



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PPECO
MESTRADO EM ECONOMIA REGIONAL**

**CIDADES MÉDIAS NÃO METROPOLITANAS DAS REGIÕES NORDESTE E
SUDESTE DO BRASIL: DINÂMICA DO EMPREGO INDUSTRIAL NO PERÍODO
DE 1990 A 2013**

ANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS

**NATAL/RN
2015**

ANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS

**CIDADES MÉDIAS NÃO METROPOLITANAS DAS REGIÕES NORDESTE E
SUDESTE DO BRASIL: DINÂMICA DO EMPREGO INDUSTRIAL NO PERÍODO
DE 1990 A 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia. Área de Concentração: Economia Regional.

Orientador: Dr. William Eufrásio N. Pereira.

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do NEPSA / CCSA

Morais, Ana Cristina dos Santos.

Cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil: dinâmica do emprego industrial no período de 1990 a 2013/ Ana Cristina dos Santos Moraes. – Natal, RN, 2015.

155 f.

Orientador: Prof. Dr. William Eufrásio Nunes Pereira.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Economia.

1. Desenvolvimento regional - Brasil – Dissertação. 2. Emprego formal - Indústria – Dissertação. 3. Desigualdades socioeconômicas – Dissertação. 4. Cidades médias - Dissertação. I. Pereira, William Eufrásio Nunes. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/BS

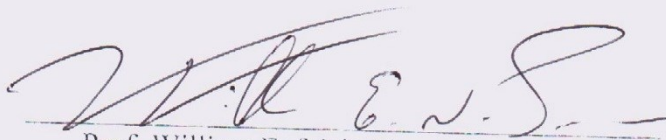
CDU 338.1(81)

ANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS

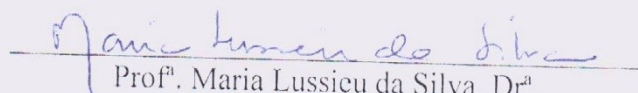
“CIDADES MÉDIAS NÃO METROPOLITANAS DAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL: dinâmica do emprego industrial no período de 1990 a 2013”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, na área de concentração – Economia Regional.

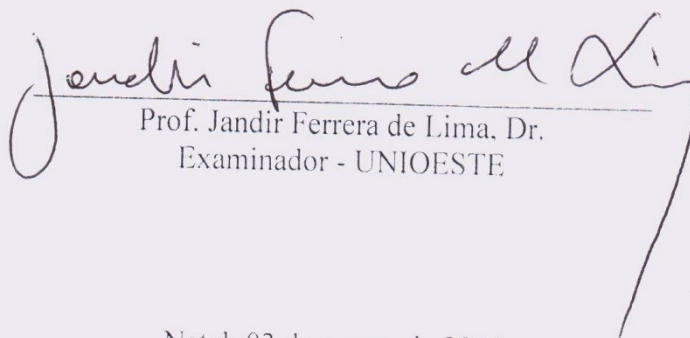
BANCA EXAMINADORA



Prof. William Eufrásio Nunes Pereira, Dr.
Orientador – UFRN



Prof.ª Maria Lussieu da Silva, Dr.ª.
Examinador- UFRN



Prof. Jandir Ferrera de Lima, Dr.
Examinador - UNIOESTE

Natal, 03 de março de 2015.

Dedico:

A Deus, pela Sua infinita bondade em minha vida.

À Família, por toda paciência e apoio.

Ao GEPETIS, por tudo.

Ao meu orientador

AGRADECIMENTOS

São muitos, mas tentarei descrevê-los. Minha confissão inicial é que sentirei muita falta de vocês, sem exceção.

Agradeço imensamente a Deus, que me concedeu muito mais do que pedi. Fazer mestrado não fazia parte dos meus sonhos, pois imaginava que era algo para além das minhas possibilidades. Além disso, com sua infinita graça, me ajudou em momentos tão difíceis durante esse período, os quais eu não acreditava que conseguiria superar. Obrigada Deus.

Ao Professor Jorge Mariano, pelo apoio e compreensão em momentos tão oportunos. A concretização deste trabalho está sendo possível, em parte, por pessoas como ele acreditarem em pessoas esforçadas como eu.

Aos meus pais, Terezinha e Antônio, por todo apoio, carinho e motivação de sempre. Aos meus irmãos sempre muito carinhosos e apoiadores. Amo muito vocês.

Ao meu marido Francimar e meus filhos Raquel, Samuel e Daniel, pela paciência e compreensão após tanta chatice.

Jailton Xavier, Jaeusdes Xavier e Marco Antônio, jamais esquecerei o que fizeram por mim.

Aos funcionários da Secretaria do Mestrado: Lorena Caoly e José Neto, pela paciência maravilhosa. Sempre que abria a porta da sala do mestrado, um deles dizia: “o que você quer dessa vez?”. Obrigada por tudo. Amo vocês.

Às meninas lindas da Secretaria de Economia, obrigada pela amizade de vocês. Natália por sua alegria contagiante e paciência. Luana, obrigada pelas discussões e sugestões do segundo capítulo dessa dissertação, foram momentos divertidos e de aprendizados para mim.

Duas pessoas maravilhosas que passaram a fazer parte da minha vida, também terão minha eterna gratidão: Professor João Paulo e Carmen Gabrielli. Muito obrigada por tudo: brincadeiras, revisão e discussão da dissertação, ensinamentos, paciência. Vocês tornaram momentos tão difíceis como estes mais fáceis de serem superados.

Aos alunos do mestrado 2014, que me trouxeram tanta alegria e compreensão, amo muito vocês, obrigada por todos os momentos felizes, brincadeiras, estudos em grupo, discussão de textos, sofrimentos antes das provas: Marília Araújo, Severino, Leo, Bruno, Calisto, Ithamar, Danilo (obrigada por nos

ajudar tanto, nunca pagarei os momentos de ensinamentos a mim dispensados), Ray e Matheus. Estes dois últimos em especial, pois nos primeiros meses de curso me apoiaram e me proporcionaram uma amizade de forma incondicional e inigualável. Deus os recompense, meninos, pois eu jamais o poderei fazer.

Ao professor Rodolfo, apesar de ter ficado pouco tempo na UFRN, me ajudou de forma incontestável e incomparável na orientação do projeto de doutorado, sem o qual teria sido extremamente mais difícil. Obrigada mesmo.

Trabalhar em equipe, para mim, é sempre muito prazeroso. O trabalho final nunca é mérito individual. Por isso meus agradecimentos a todo o Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho Inovação e Sustentabilidade (GEPETIS) pelo apoio em momentos difíceis. Ao professor Marconi, sempre paciente e com ensinamentos e dicas valiosas. Ao professor Denílson e à professora Valdênia, sempre atenciosos. Agradeço a todos os bolsistas pelo carinho demonstrado, especialmente a Layse e Pollyanna, as quais, de maneira ímpar, me ajudaram com coletas e tratamento de tabelas e gráficos. Meninas, sem vocês teria sido muito mais complicada a conclusão deste trabalho.

À professora Lussieu, pelos conselhos e apoio. Pelas palavras de orientação no momento certo. Continuo sendo sua admiradora, muitíssimo obrigada por tudo. Jamais poderei devolver.

Ao meu orientador, professor William Eufrásio, Coordenador do GEPETIS. Obrigada por ter me suportado, por todos os ensinamentos, incentivos, paciência, apoio e orientação desde 2009 (espero que essa parceria continue). Serei eternamente grata. Sou consciente de que o seu apoio, incentivo, paciência e até as broncas foram fundamentais para me conduzir nesses seis anos que trabalho com o senhor. Enfim, nada do que eu falar conseguirá expressar a minha gratidão.

Por fim, agradeço especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo apoio e financiamento para a concretização deste trabalho.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

Paulo Freire

MORAIS, Ana Cristina dos Santos. Cidades Médias não Metropolitanas das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil: dinâmica do emprego industrial no período de 1990 a 2013. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Economia Regional, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRN. Natal, 2015.

RESUMO

As transformações econômicas ocorridas no Brasil nas duas últimas décadas implicaram mudanças locacionais de empresas e de emprego, tanto entre regiões quanto entre áreas metropolitanas e não metropolitanas. Essa dissertação visa identificar a dinâmica do emprego industrial nas cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, com população entre 100 e 500 mil habitantes, no período de 1990 a 2013. Utilizou-se do método histórico-dedutivo, visando observar as conexões entre o geral e o particular, por entender que as realidades locais são reflexos de ações não somente locais, mas principalmente nacionais e regionais. A base de dados consta na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), importante para a aplicação do Quociente de Localização (QL) nos 15 segmentos do setor industrial, tendo o emprego como variável básica. O uso desse indicador (QL) mostra o grau de concentração relativa do segmento em cada uma das cidades em pauta, quando comparadas com suas respectivas regiões (Nordeste ou Sudeste). Além disso, incluiu-se a Matriz de Transição da Cadeia de Markov para avaliar as probabilidades de mudanças de estados nas variáveis analisadas. Os resultados mostraram que ocorreram aumentos das quantidades de empregos nas cidades das duas regiões. Do ponto de vista relativo, no que se refere ao emprego formal na indústria, as cidades médias do Nordeste se sobressaíram em relação às cidades médias do Sudeste.

Palavras-chave: Regiões, Emprego Formal, Especialização, Cadeias de Transição de Markov, Cidades Médias.

MORAIS, Ana Cristina dos Santos. Medium cities not Metropolitan of Northeast and Southeast regions of Brazil: Dynamics of industrial employment in the period of 1990 to 2013. Master thesis-postgraduatecourse in Regional Economics, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRN. Natal, 2015.

ABSTRACT

The economic transformations that happened in Brazil in the last two decades involved locational changes of enterprises and employment, both regions and metropolitan and not metropolitan areas. This research will identify the dynamics of industrial employment in medium-sized cities not metropolitan of Northeast and Southeast regions of Brazil, between 1990 and 2013. The historical and deductive method was used to observe connections between the general and the private, understanding that the local situations are reflections of not only local actions, but mainly national and regional. The Annual Relation of Social Information (RAIS) database, of the Ministry of Labor and Employment (MTE), was used, which is important for the application of Location Quotient (QL) in 15 segments of industry that has the employment as basic variable. This indicator use shows the relative concentration degree of this in each one of the cities in the agenda, after comparing with their respective regions (Northeast or Southeast). In addition of that, included the transition matrix of Markov chain to evaluate the odds of changing states in the analyzed variables. The results showed us that the quantities of employment increased in the cities of the both regions. In the relative point of view, the northeastern cities had standed out better than the Southeast ones.

Keywords: Regions, Formal employment, specialization, Transition of Markov chains, medium-sized Cities.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Empregos (milhões) e estabelecimentos (mil) industriais: 1985-1989.....	46
Gráfico 2 – Participação relativa dos estabelecimentos industriais no Brasil (1989-2010).....	60
Gráfico 3 – Participação relativa das regiões brasileiras na população do Brasil (%).....	64
Gráfico 4 – Taxa de crescimento regional, decenal, da população brasileira (%).....	65
Gráfico 5 – Crescimento do emprego formal na indústria, no Brasil: 1990/200 e 2000/2010 (%).....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	População (1000 habitantes) de algumas capitais.....	29
Tabela 2 –	Tamanho médio e taxa de crescimento do número de estabelecimentos, no Brasil, 1985 – 1989.....	47
Tabela 3 –	Quantidade de municípios, no Brasil, por Região e tamanho populacional -1991 e 2010.....	66
Tabela 4 –	Cidades médias não metropolitanas do Nordeste: População 1991, 2000 e 2010. Quantidades absolutas e taxa de crescimento.....	72
Tabela 5 –	Cidades Médias não metropolitanas do Sudeste: População 1991, 2000 e 2010. Quantidades absolutas e taxa de crescimento	76
Tabela 6 –	Discriminação dos estratos considerados na amostra.....	86
Tabela 7 –	Participação relativa do emprego formal na indústria do Brasil – 1995 e 2013.....	87
Tabela 8 –	Emprego Formal na indústria do Brasil: Absoluto, relativo e taxa de crescimento, 1990-2013.....	91
Tabela 9 –	Evolução da quantidade de atividade especializada na indústria do Nordeste – 1995-2010.....	92
Tabela 10 –	Evolução da quantidade de atividade especializada na indústria do Sudeste – 1995-2010.....	94
Tabela 11 –	Cidades médias do Sudeste com especialização produtiva, 1990 a 2013. Anos escolhidos.....	98
Tabela 12 –	Aglomerações por segmentos da indústria nas CMNM do Sudeste , 1990 – 2013.....	101
Tabela 13 –	Cidades médias do Nordeste com especialização produtiva, 1990 a 2013. Anos escolhidos	103
Tabela 14 –	Aglomerações por segmentos na indústria das CMNM do Nordeste, 1990 – 2013.....	105
Tabela 15 –	Probabilidade de transição entre os estados (ranks) – cidades médias não metropolitanas: NE e SE – 2010/1991.....	106
Tabela 16 –	– cidades que pertencem ao rank 1.....	107
Tabela 17 –	cidades que pertencem ao rank 2.....	107

Tabela 18 –	idades que pertencem ao rank 3.....	108
Tabela 19 –	idades que pertencem ao rank 4.....	108
Tabela 20 –	Distribuição das cidades em 2010.....	109
Tabela 21 –	Cidades Médias – Distribuição dos Trabalhadores na Indústria por faixa etária – Números Relativos (%) – 1994 e 2010.....	110
Tabela 22 –	Cidades Médias – Distribuição dos Trabalhadores na Indústria por gênero – Números Relativos (%) – 1994 e 2010.....	111
Tabela 23 –	Cidades Médias – Distribuição dos Trabalhadores na Indústria por faixa de salário – Números Relativos (%) – 1994 e 2010....	111
Tabela 24 –	Cidades Médias – Distribuição dos trabalhadores na indústria por nível de escolaridade – Números Relativos (%) – 1994 e 2010.....	112

LISTA DE SIGLAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CMN	Cidades médias não metropolitanas
CMNMNE	Cidades médias não metropolitanas do Nordeste
CMNMSE	Cidades médias não metropolitanas do Sudeste
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CO	Centro-Oeste
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIDENE	Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MI	Ministério da Integração Nacional
NE	Nordeste
NO	Norte
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
SE	Sudeste
SP	São Paulo
SU	Sul
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência para o Desenvolvimento do Sul
URV	Unidade Real de Valor

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Cidades médias não metropolitanas do Brasil, 1991.....	68
Figura 2 –	Cidades médias não metropolitanas do Brasil, 2010.....	68
Figura 3 –	Cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 1991.....	73
Figura 4 –	Cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 1991.....	73
Figura 5 –	Cidades médias não metropolitanas do Sudeste, 1991.....	74
Figura 6 –	Cidades médias não metropolitanas do Sudeste, 2010.....	74
Figura 7 –	Distribuição das aglomerações do setor industrial nas cidades médias não metropolitanas do Sudeste, 1990 e 2013.....	100
Figura 8 –	Distribuição das aglomerações do setor industrial nas cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 1990 e 2013.....	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS REGIONAIS NO BRASIL	23
2.1 Origens do desenvolvimento regional no Brasil: da Colônia à República	23
2.2 As desigualdades regionais no período de articulação comercial.....	26
2.3 A indústria antes de 1929 e transformações produtivas	30
2.4 Planejamento e desigualdades regionais no Brasil – a partir do Plano de Metas.....	37
2.4.1 GTDN e SUDENE: diagnóstico para uma integração regional	39
2.5 Concentração e desconcentração econômica no Brasil	43
2.6 Apontamentos sobre a economia recente no Brasil.....	51
2.7 Guerra fiscal no Brasil e Nordeste	54
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA E URBANIZAÇÃO .	62
3.1 Cidades Médias no Brasil.....	65
3.2 Cidades médias do Nordeste	71
3.3 Cidades Médias do Sudeste.....	74
4 METODOLOGIA	79
4.1 Descrição das variáveis	80
4.2 Quociente de Localização (QL).....	81
4.3 Matriz de Transição Markoviana.....	83
5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS OBTIDOS.....	87
5.1 O Quociente de Localização para o Sudeste e Nordeste	92
5.2 Dinâmica do emprego formal industrial nas cidades médias do NE e SE	96
5.3 Apresentação do QL para as cidades médias do Sudeste.....	97
5.4 Apresentação do QL para as cidades médias do Nordeste	102
5.5 Análise da Matriz de Transição Markoviana	106
5.6 Perfil dos trabalhadores na indústria das CMNM do NE e SE.....	110
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE.....	124

1 INTRODUÇÃO

Até a primeira metade do Século XX, o capital industrial estava concentrado no Sudeste do Brasil e a pouca integração econômica nacional colaborava para que o estado de São Paulo se afirmasse como o maior centro comercial do país. A partir de 1955, com a criação do Plano de Metas que buscava promover a industrialização brasileira, as políticas econômicas implementadas no Brasil tinham como finalidade promover o crescimento da economia brasileira. Tais políticas tiveram, inicialmente, um efeito concentrador nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

Para promover uma minimização desse efeito concentrador, outras regiões passaram a ter maior atenção no que se refere à implantação de unidades produtivas em seus territórios. Essa atenção se deu com a intervenção do Estado, principalmente, a partir da criação de autarquias como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE - 1959), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO - 1967), dentre outras instituições. Não significando, portanto, que tenha ocorrido uma descentralização do capital, mas, uma redistribuição dos investimentos pelo território nacional.

Criado em 1974, o II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND) buscava dinamizar a indústria do Brasil através de uma mudança no setor de bens de capital, de eletrônica e de insumos básicos. O Plano visava, também, promover a implantação da indústria de base, a mudança do centro de alguns setores para a indústria de base, proporcionar infraestrutura para a integração nacional e ainda, promover o fortalecimento do capital privado nacional.

Nesse contexto de busca pelo desenvolvimento industrial do país, Cano (2007) mostra que ocorreu uma desconcentração virtuosa, caracterizada por uma estrutura produtiva industrial diversificada, em que os estados mais ricos da Região Sudeste perderam participação relativa em benefício das outras regiões. Isso proporcionou redução das diferenças entre os estados mais ricos e mais pobres, devido à redistribuição da renda pelo território nacional, embora, do ponto de vista absoluto, essa concentração das atividades econômicas continua, predominantemente, no Sudeste do Brasil.

Essa nova reconfiguração proporcionou a redução das diferenças regionais, através de uma, pequena e relativa, convergência da produção nacional. A participação do Estado no desenvolvimento de política regional foi um fator

preponderante nesse processo de desconcentração das atividades produtivas, as quais estavam localizadas, principalmente, na Região Sudeste e, mais especificamente, no estado de São Paulo (CAIADO, 2002).

Na primeira metade dos anos 1980, ocorreu uma mudança no modelo até então adotado de desenvolvimento da indústria brasileira e pautado na substituição de importação. O início dessa mesma década foi marcada pelo endividamento externo, recessão econômica, inflação, crise fiscal do Estado e, também, pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Tal crise se deu, principalmente, pela elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, no final da década de 1970.

Foram elaborados alguns planos econômicos na tentativa de estabilizar a economia. No caso do Plano Cruzado, Castro (2005) mostra alguns aspectos que impediram sua condução, dentre eles o congelamento de preços, o qual durou mais que o necessário. No caso do Plano Bresser a tentativa de provocar um choque deflacionário na economia teve sucesso inicial, mas as remarcações de preços provocaram novos aumentos na inflação. No que se refere ao plano verão, sua ineficácia foi demonstrada logo no segundo mês de execução.

Nos anos 1990, o Brasil vivenciou algumas transformações, dentre elas as reformas, a abertura comercial e financeira, privatizações, dentre outras. Em 1994, entrou em vigor o Plano Real, que objetivava promover o ajuste fiscal através das contas públicas do governo e eliminar a inflação. O Plano passou por três fases: O Programa de Ação Imediata, a criação da URV (Unidade Real de Valor) e a criação da nova moeda, o Real. Alguns fatores tornaram-se decisivos para o sucesso do Plano Real, como por exemplo: liquidez internacional, alto grau de reservas e apoio político do Congresso Nacional (CASTRO, 2005).

A economia externa, em 1994, proporcionava melhores condições para estabilidade do que nos anos 1980 (CASTRO, 2005). No início dessa mesma década, de acordo com Carneiro (2002), ocorreu uma reformulação na estrutura existente desde a década de 1950. Um dos exemplos dessa reforma foi a extinção de barreiras não tarifárias, as quais tinham como função proteger a indústria nacional, era o caso das cotas de importação, que tinham como objetivo impor limites à quantidade de produtos importados. A abertura comercial gerou uma especialização, que resultou queda “nos setores responsáveis pela reprodução do

capital” (CARNEIRO, 2002, p. 316). Além disso, o crescimento da economia brasileira passou a ter maior dependência das importações.

Os desdobramentos da economia brasileira, a partir da década de 1990, promoveram algumas transformações no que se refere à distribuição das atividades do setor industrial pelo território nacional. O processo de desconcentração proporcionou um deslocamento da indústria pelo território brasileiro beneficiando, sobretudo, o Nordeste em detrimento da região Sudeste, em virtude do novo momento de redistribuição da indústria brasileira (PEREIRA, 2008).

Essa desconcentração produtiva no período, proporcionou migração populacional em direção às cidades com novas oportunidades de emprego. No Nordeste não foi diferente, pois existia um setor industrial, basicamente, concentrado em indústrias intensivas em mão de obra, como é o caso das indústrias calçadistas, têxteis e de alimentos.

Para Pacheco (1996) ocorreu uma mudança na configuração regional do Brasil, caracterizada por uma desconcentração espacial, após o período de grande concentração da atividade econômica no estado de São Paulo. O autor destaca alguns determinantes da desconcentração, mesmo que relativa, tais como: mudança e expansão da fronteira agrícola e mineral, possibilitando a migração populacional entre os estados; a relativa desconcentração populacional; o surgimento de desvantagens para o setor industrial, como custos com deslocamentos e com os problemas relacionados às questões ambientais; Políticas governamentais e o investimento produtivo do Estado; dentre outros.

A Guerra Fiscal no Brasil, principalmente na década de 1990, se deu de forma desigual e perversa. Varsano (1997) considera a guerra fiscal como benefícios fiscais concedidos pelos estados. Trata-se de uma relação de quem ganha e quem perde, ou seja, os estados mais bem estruturados ganham em detrimento dos demais, pois, segundo o autor, não é um jogo de soma positiva. Os investimentos eram atraídos, exatamente, para aqueles estados que tinham condições de assumir o ônus da dívida, ou seja, aquelas unidades da federação que podiam arcar com os custos em infraestrutura, isenções de IPTU, doação de terrenos, dentre outros incentivos.

A política regional adotada pelos estados, através da Guerra Fiscal, foi uma demonstração do afastamento do Estado brasileiro na promoção de política de desenvolvimento regional a partir do início dos anos 1990. De acordo com Caiado

(2002), o resultado dessa redução da presença do Estado na economia foi a ampliação do desemprego, a criação de uma capacidade da estrutura industrial ociosa, aumento da inflação, bem como a queda nos investimentos público e privado. A continuidade foi feita com as privatizações, bem como a redução nos gastos governamentais (CAIADO, 2002), ocorrendo, então, uma desconcentração bastante seletiva no que se refere ao espaço e, do ponto de vista setorial, sem possibilidade de reversão das desigualdades e da heterogeneidade existente no território brasileiro.

Desde a segunda metade dos anos 1990, os governos dos estados brasileiros buscaram promover políticas que tentassem reduzir os problemas dos diferenciais de renda entre as regiões brasileiras. A retomada de políticas de desenvolvimento de cunho regional tem objetivo duplo: primeiro, tenta reverter uma trajetória histórica – no caso brasileiro, de regiões completamente díspares no que se refere ao desenvolvimento econômico e social; Segundo, busca proporcionar condições de acessibilidade justa e equilibrada aos bens e serviços fornecidos pelo poder público, pois enquanto tem-se regiões desenvolvidas como o Sudeste, e, mais especificamente, o estado de São Paulo, há dentro do mesmo território Nacional espaços em que pessoas vivem na mais completa miséria.

A falta de uma Política de Desenvolvimento Nacional, nos anos 1990, associada à guerra fiscal, promoveram uma disputa desleal entre os estados da federação brasileira, pois os investimentos privados tenderam a se realocar em espaços com pouca tradição industrial. Alguns autores (CAIADO, 2002; CANO, 1998, dentre outros) mostram que ocorreu um processo de desconcentração das atividades produtivas. Esse processo ocorreu apenas do ponto de vista relativo, pois em números absolutos de emprego gerados e de empresas instaladas, é na Região Sudeste onde está a maior concentração de emprego e renda do país.

Dentro das regiões, a realocação dos investimentos e o processo de desconcentração ocorreram em alguns espaços, principalmente nas regiões metropolitanas dos estados e nas cidades médias. Isso corrobora com o fenômeno concentrador das atividades produtivas, inclusive concentrado dentro da própria Região. No caso do Nordeste são os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco os maiores centros concentradores de investimentos.

Nessa discussão, a questão central da pesquisa é: o processo de desconcentração do emprego industrial, face a um processo maior de

desconcentração ocorrido no pós-1970, continuou ocorrendo no pós 1990 em direção às cidades médias não metropolitanas do Sudeste e Nordeste?

As regiões Sul e Sudeste do Brasil concentram a produção industrial, agrícola e serviços, bem como o capital financeiro Nacional, dentre outros. No Brasil existe uma literatura extensa (OLIVEN, 1988; SANTOS, 2005; COSTA, 1975) acerca do espaço brasileiro, do ponto de vista demográfico, social e econômico. Neste caso, com relação à escolha espacial a análise será feita sob a perspectiva do emprego formalizado e das unidades instaladas, pois a escolha de estudar as cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste se deve à necessidade de identificar o grau de importância que essas cidades exercem em seus estados.

A análise será feita levando-se em consideração o período de 1990 a 2013. A escolha temporal para o estudo visa identificar, entre os últimos anos no Brasil, as probabilidades de crescimento do emprego na indústria.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo observar a dinâmica do emprego formal na indústria das cidades médias não metropolitanas (as quais são cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes) e que não pertencem às regiões metropolitanas das capitais, das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, nos anos 1990 a 2013. O estudo parte do pressuposto de que ocorreu um deslocamento de indústrias em direção às cidades fora do contexto de regiões metropolitanas.

Quanto aos objetivos específicos, eles se constituem em i) Identificar a distribuição espacial das atividades do setor industrial, ii) identificar a dinâmica do emprego industrial nas cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, no período de 1990 a 2013; iii) Mapear a localização do emprego industrial; e iv) estimar, através das cadeias de transição de markov a probabilidade de cidades com baixo nível de emprego migrar para um estado (rank) superior na quantidade de empregos gerados na cidade.

A hipótese norteadora da pesquisa é que o deslocamento do emprego e da produção ocorrido no Brasil provocou uma desconcentração, a qual transformou e reconfigurou o espaço urbano-industrial fazendo com que outras atividades se estabelecessem nesses espaços receptores de novas indústrias. Essa ocorrência se deu, em primeira instância, em direção ao interior, principalmente, do estado de São Paulo e, posteriormente, para os demais estados da federação. Outra hipótese a ser perseguida é que quando esse processo se iniciou no Nordeste, ele não ocorreu de forma homogênea, pois os estados mais ricos da região e as cidades litorâneas,

bem como aquelas pertencentes às regiões metropolitanas foram as mais beneficiadas, pois elas tinham maiores condições de assumir o ônus das isenções fiscais concedidas às empresas.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, há uma revisão das desigualdades regionais no Brasil. Em seguida, mostra o processo de urbanização no Brasil e nas cidades médias. O terceiro capítulo é composto pela metodologia e por último as análises dos resultados obtidos.

2 DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS REGIONAIS NO BRASIL

O capítulo tem por objetivo fazer uma revisão bibliográfica, demonstrando as principais características do processo de concentração e desconcentração das atividades econômicas do processo de integração do mercado brasileiro ao longo do tempo.

2.1 Origens do desenvolvimento regional no Brasil: da Colônia à República

A característica básica do Brasil, durante o período colonial, consistia, fundamentalmente, no fato de ser uma sociedade agrária, baseada em trabalho escravo e em grandes propriedades de terras.

Nesse período, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, havia uma imensa oferta de terras não utilizadas, as quais ficavam sob a administração de uma minoria. A agricultura, principal atividade econômica, era responsável pela dinamização da colônia e os grandes proprietários rurais foram os maiores detentores da produção (CANO, 2002).

A exploração do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro e do café era controlada por administradores pré-determinados por Portugal. No caso da cana-de-açúcar havia uma proibição para a importação, por parte dos países exportadores, de equipamentos para refino do açúcar. Nesse sentido, para a empresa brasileira obter êxito, foi necessária a utilização das técnicas e máquinas para os engenhos açucareiros advindos de Portugal, pois os portugueses já possuíam técnicas para a produção de açúcar (FURTADO, 1991).

No século XVIII, o pioneirismo da economia do ouro em Minas Gerais, contribuiu para a formatação e integração do mercado brasileiro (CANO, 2002), o qual teve um papel importante para a integração nacional. Tal pioneirismo promoveu um processo de integração de espaços como “Nordeste pecuário, São Paulo agrícola e comercial, o comércio e a urbanização do Rio de Janeiro e o gado sulino” (CANO, 2002, p. 29). O autor mostra ainda que o fato de o estado de Minas Gerais possuir uma centralidade geográfica no Brasil, provocou uma necessária e urgente criação de infraestrutura, principalmente de transportes, que possibilitasse a ligação do estado com outras unidades da federação.

Com a invasão de Portugal por Napoleão, no início do século XIX, a Coroa Portuguesa chega ao Brasil, devido ao empobrecimento daquele país. Esse acontecimento provocou uma redução da participação das autoridades locais na administração da Colônia, em virtude da alta concentração de poder exercido pelos portugueses (PRADO JÚNIOR, 1985).

No Nordeste, a formação da atividade econômica teve início com a exploração do açúcar e, posteriormente, da pecuária. A expansão da atividade açucareira e a necessidade de seu cultivo no litoral fez com que a criação de gado adentrasse para o interior brasileiro, o que foi estimulado pela necessidade de lenha para a atividade açucareira. Por sua vez, a pecuária era uma atividade genuinamente extensiva, o que promovia a ocupação do interior brasileiro (FURTADO, 1985).

No Brasil, a urbanização da colônia ocorreu devido a fatores como “a organização político administrativa; as atividades econômicas rurais e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus setores” (REIS, 1968 *apud* SANTOS, 1994, p. 18). Santos (1994) destaca ainda que, com o desenvolvimento da urbanização no século XVIII, a principal residência do fazendeiro deixa de ser o campo e passa a ser a cidade. Contudo, ainda levaria algum tempo para que fosse efetivada a urbanização.

No final do século XVIII e início do século XIX, ocorreu um favorecimento à agricultura, devido à demanda por produtos coloniais na Inglaterra, possibilitando a expansão do setor primário no Brasil. No entanto, a exceção ocorreu com relação à economia açucareira, pois os seus níveis de produção foram reduzidos devido ao quadro político modificado pela absorção de Portugal pela Espanha (FURTADO, 1991).

Vale salientar que, em 1860, do ponto de vista da importância econômica, Fortaleza superava São Paulo, esta era considerada apenas um entreposto comercial devido à sua localização geográfica. Nesse período, praticamente a metade do contingente populacional paulista vivia no campo. A partir de 1870 houve um acelerado crescimento populacional urbano, provocado pela migração da população da zona rural (SINGER, 1977).

Na primeira metade do século XIX, os países europeus, além de criarem privilégios para si mesmos, criaram barreiras aos produtos brasileiros, como o algodão, resultando em prejuízos nas economias das províncias. Eles possuíam

uma industrialização mais sólida, além de dominarem mercados, eram compradores de matérias-primas e grande fornecedores de produtos manufaturados. No que se refere ao Brasil, a expansão das exportações era uma condição imperativa para que ocorresse o desenvolvimento da economia nacional (FURTADO, 1991).

Quanto ao Nordeste, na segunda metade do século XIX, com o aumento nos preços do algodão, em virtude da guerra nos Estados Unidos, ocorre uma melhoria significativa na produção algodoeira, inserindo o Ceará em um contexto de prosperidade. Nesse período, problemas de ordem natural, como as secas, provocaram a morte de todo o gado da Região. Diante de um quadro de extrema dificuldade para os nordestinos, ocorreu um estímulo para a saída de parte da população local para as demais regiões brasileiras, em busca de oportunidade de empregos e melhorias nas condições de vida. Nesse contexto, os governos estaduais, principalmente a Amazônia, subsidiavam os gastos com transportes, para estimular ainda mais o fluxo migratório (FURTADO, 1991).

No período da República Velha (1889-1930), Prado Júnior (1985) mostra que a produção açucareira era a principal atividade das regiões do país, tendo sido o açúcar o produto mais importante para a exportação. A perda de mercado externo restringiu a produção ao mercado interno. Essa mudança de mercado desencadeou uma crise econômica nas regiões produtoras, principalmente pelo fato de produtores externos terem seu produto a preços mais baixos, inviabilizando a concorrência brasileira. Some-se a isso o encarecimento da mão de obra, a expansão da atividade cafeeira e o fim do tráfico negreiro. Tais regiões não tiveram a preocupação com o desenvolvimento do cultivo de outras culturas que pudessem dar continuidade à dinâmica existente anteriormente (PRADO JÚNIOR, 1985; CANO, 1998).

Por ser o centro financeiro e comercial do Brasil, o Rio de Janeiro teve seus processos de urbanização e de concentração de renda mais acelerados, tornando-se, posteriormente, junto com os demais estados da Região Sudeste, o espaço de maior apropriação de riquezas (CANO, 2002).

O complexo econômico do Nordeste estava com sua principal atividade, o açúcar, em declínio. Não haviam sido formadas relações capitalistas de produção, visto que existia, e ainda existe, grande concentração de renda e terra (CANO, 1998). Com a perda do interesse dos mercados externos, a produção do açúcar foi limitada ao mercado interno, o que causou sérios prejuízos à sua economia. Além

disso, não havia interesse em uma produção diversificada, sobretudo porque existia uma extrema concentração de terra e de renda, condenando a Região à uma economia estagnada (PRADO JÚNIOR, 1985).

2.2 As desigualdades regionais no período de articulação comercial

Com a introdução da ferrovia, na década de 1870, como assinala Cano (2006), São Paulo obteve um crescimento promissor do café, promovendo a minimização dos custos com transportes, transbordando para um aumento das margens de lucro. De acordo com o mesmo autor, um dos problemas preocupantes do período era a escassez de mão de obra, devido ao fim do tráfico de escravos, em 1865. Com este acontecimento, o estado de São Paulo foi beneficiado com o excesso de trabalhadores existentes no continente europeu.

A vinda de imigrantes para o Brasil, no final da década de 1870, foi possível, também, pelo financiamento exercido pelos capitalistas do café, conforme mostra Pacheco (1998), uma vez que a grande acumulação de capital no sistema cafeeiro impossibilitava a permanência de escravos na atividade. Essa absorção da força de trabalho imigrante possibilitou o aparecimento de cidades com certa divisão social do trabalho, sendo mais difícil na economia escravista (PACHECO, 1998).

A chegada de imigrantes ao Brasil, além de resolver o problema da escassez de mão de obra, mobilizou o mercado interno, derivado do poder aquisitivo do trabalhador.

Nesse sentido, a economia do café é caracterizada por ser baseada estritamente na utilização da terra, com custos financeiros menores do que os do açúcar. As terras virgens e os solos estáveis, que facilitaram a utilização de transportes, além do clima adaptável ao trabalhador imigrante, acabaram concentrando na região paulista a melhor estrutura da plantação do café existente no País, colocando o Brasil de maneira ímpar no comércio internacional (FURTADO, 1991; PRADO JÚNIOR, 1985).

A facilidade do plantio do café, referindo-se à possibilidade de plantio de outros produtos em conjunto na mesma propriedade, por não ter necessidade de grandes inversões de capital, provocou um aumento da cultura de outros produtos em consórcio com o café. Posteriormente, a superprodução gerou, por parte do governo, uma imposição à restrição à plantação do fruto no Brasil, no final do século

XIX, provocando queda nos preços, com restrição do cultivo e taxaço de impostos a novos produtores do café (PRADO JÚNIOR, 1985).

No início do século XX, houve uma mudança qualitativa e diversificada da indústria paulista. Guimarães Neto (1986) chama a atenção para a dificuldade de quantificar as informações sobre a especialização da indústria no período, porém destaca que o Nordeste, provavelmente, tenha sido uma das regiões que mais teve prejuízo com a concentração do estado de São Paulo.

Até metade dos anos 1920, de acordo com Guimarães Neto (1986), a integração do mercado brasileiro era pequena, pois o comércio, feito, basicamente, da produção agrícola, era focado no exterior. Em São Paulo, as exportações para as demais regiões se deram, diferentemente dos demais estados, de forma acentuada, vez que este estado também era o maior importador de produtos primários do interior brasileiro.

Essa perda do Nordeste, em benefício do crescimento de São Paulo, também está vinculada aos investimentos do capital no acelerado processo de crescimento industrial do estado. Acrescente-se que tal capital investido era advindo, inclusive, dos capitalistas do Nordeste e de outras atividades da economia, os quais buscavam taxa de lucros mais elevadas (SINGER, 1977).

Esse fato é descrito como “área em que a causação circular age com maior nitidez em uma economia capitalista” (SINGER, 1977, p. 57). No caso do Brasil, era a Região de São Paulo que estava se desenvolvendo e os capitalistas de outras regiões eram atraídos para o estado paulista, dadas as vantagens oferecidas, acentuando ainda mais a transferência de recursos das outras regiões, pois “já é sabido que o capital não tem pátria” (SINGER, 1977, p. 57).

As quedas no preço do açúcar e na quantidade exportada, fez com que ocorresse déficit de 50% da sua produção entre os séculos XVII e XVIII. Porém, no século XIX, ocorreu recuperação desse quadro de forma considerável. A cultura do algodão no Nordeste se constituiu como uma atividade fundamental para a Região. A recuperação na produção, todavia, enfrentou alguns obstáculos devido à produção externa do açúcar com a beterraba, que dominava o mercado internacional. Além disso, outra barreira enfrentada pelo Nordeste no período foi o aumento da produção açucareira no Sul do Brasil (CANO, 1998).

Na segunda metade do século XVIII, o algodão tornou-se uma das principais matérias primas do setor industrial de maior demanda, principalmente depois da

introdução da máquina a vapor, transformando o Nordeste, especialmente o Maranhão, em uma das áreas mais ricas do Brasil (GUIMARÃES NETO, 1986).

Na verdade a lavoura algodoeira não só abriu, a época, perspectiva econômica para o *hinterland* nordestino, que somente havia conhecido a pecuária e a sua atividade subsidiária da produção de alimentos, como, através do estabelecimento de novas relações sociais, foi portadora de transformações significativa na economia da região. Manuel Correia de Andrade se refere a esta cultura destacando o seu caráter fácil, barato e democrático (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 33).

Essa dinâmica da economia algodoeira posteriormente passaria para a Região Sudeste do Brasil, sendo São Paulo o centro de maior dinamismo. No século XIX, o Nordeste perpassa um período de melhorias na sua estrutura produtiva. Contudo, o processo de sua recuperação foi lento, no que se refere às exportações e à sua integração com a Região Sul (CANO, 1998). Dentre outras limitações citadas pelo autor, destaca-se a queda nos preços dos produtos nordestinos: o açúcar e o algodão – mesmo que tenha ocorrido uma breve recuperação com o comércio externo ao longo do século.

Quanto à produção do algodão nordestino no Século XIX, apesar de baixo dinamismo, no que se refere à quantidade produzida, teve crescimento constante. O mercado interno era a fonte de expectativas para o aumento do cultivo, visto que a indústria têxtil no Brasil consumia mais da metade da cultura do produto. O algodão dinamizou o processo de urbanização e as relações comercial e industrial, muito mais do que o açúcar. Isso porque o transporte do algodão era demasiadamente caro e, portanto, estimulava a implantação de fábricas têxteis locais. Contudo, o cultivo do algodão de São Paulo operava com técnicas mais avançadas, fazendo com que o estado se tornasse líder da produção no Brasil. Neste mesmo período o Nordeste teve sua produção em queda constante, apresentando como consequência a perda de mercado nacional (CANO, 1998).

O sistema ferroviário do Nordeste, apesar de ter reduzido os custos de transportes do açúcar e do algodão, não foram tão exitosos quanto na Região Sul do Brasil, haja vista as poucas inversões de capitais ocorridas na Região nordestina. Além disso, a implantação das ferrovias nordestinas não provocou uma dinamização no que se refere ao processo de urbanização local, pois os principais aglomerados populacionais encontravam-se no litoral.

Essa falta de dinamismo populacional pode ser vista na tabela 1, a seguir. Mostra-se que a população das capitais do Rio de Janeiro e São Paulo superam

toda a Região Nordeste no contingente de pessoas em seus territórios, levando-se em consideração que são dados aproximados, dado a dificuldade de coleta de informações no período.

Tabela 1 – População (1000 habitantes) de algumas capitais – 1872 – 1940.

	Nordeste (a)	Salvador	Recife	Rio de Janeiro	São Paulo
1872	424	129	116	275	32
1890	468	174	112	523	65
1900	551	206	113	811	240
1920	905	280	240	1158	579
1940	1270	290	348	1764	1330

Fonte: CANO, 1985, p. 78.

(a) Total das nove capitais.

A tabela acima mostra que o processo de urbanização no período ocorreu de forma muito lenta. Entre 1920 e 1940, o crescimento da população de Salvador praticamente não existiu. Santos (1994) mostra que esse ínfimo crescimento se deu em virtude da abertura de uma frente de conquista da zona do cacau, ocasionando uma queda no êxodo rural em direção à capital da Bahia. O maior crescimento se deu nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Superior inclusive, à soma de todas as capitais do Nordeste.

No Nordeste, a abolição da escravidão prejudicou, como em outras regiões, principalmente, as grandes lavouras de cana-de-açúcar. Com a perda do mercado externo, o Brasil precisava buscar alternativas de dinamização do mercado interno, já que no período estava ocorrendo um aumento significativo da população (PRADO JÚNIOR, 1985).

Guimarães Neto (1986, p. 25) considera três etapas durante o processo de integração nordestina: 1) isolamento relativo das regiões brasileiras em geral; 2) articulação comercial ou de constituição do mercado interno nacional; e 3) integração econômica.

No caso do isolamento relativo, a produção brasileira tinha como destino a comercialização dos bens primários, os quais eram voltados para o mercado externo. A etapa da articulação comercial é resultado de fatores como produção

diversificada, bem como a constituição de um sistema de transporte e comunicação. Além disso, indústrias localizadas em São Paulo buscavam novos mercados.

Quanto à integração econômica, a transferência de capital produtivo para as demais regiões do Brasil fazia com que as regiões receptoras e menos desenvolvidas transformassem sua estrutura produtiva, bem como desencadeava maiores inclusões no mercado de trabalho (GUIMARÃES NETO, 1985).

2.3 A indústria antes de 1929 e transformações produtivas

A articulação regional brasileira teve início nas primeiras décadas do século XX. Guimarães Neto (1998) faz uma distinção desse processo de consolidação em três momentos: etapa inicial dependente do setor externo; período de desenvolvimento industrial depois da crise de 1929; e, período da industrialização pesada que teve início a partir da segunda metade dos anos 1950.

Nos anos anteriores à crise de 1929 ocorreram alguns fenômenos, que mudaram o rumo da economia paulista, tais como a contração nos preços de commodities, redução das relações comerciais externas, em virtude de crise internacional. O café foi o único produto que apresentou bom dinamismo, por isso que efetivamente o capital industrial possuía uma dependência do capital cafeeiro. Cano (1998) mostra os componentes principais que originaram o bom desenvolvimento da economia cafeeira em São Paulo: produção de café; a atividade da indústria em função do café: máquinas e equipamentos, embalagens e o desenvolvimento da indústria têxtil; instalação de ferrovias; crescimento do segmento bancário; instalação de infraestrutura: portos, armazéns, transportes urbanos, além do processo de urbanização.

Foi no período compreendido entre 1905 e 1919, que ocorreu significativo crescimento da produção diversificada de São Paulo, incluindo bens de capital e de insumos. Além disso, o aumento em outros segmentos do setor industrial, como é o caso da indústria têxtil. Além disso, a imigração do Nordeste contribuiu para o aumento da economia de São Paulo, principalmente, pela grande oferta de força de trabalho disponível.

Há certos condicionantes que definem a expansão da indústria, bem como algumas mudanças na estrutura produtiva, principalmente na região cafeeira, que ocorreram no período compreendido entre o final do século XIX, tendo como

consequência a expansão da economia do café, e 1932 – ano de recuperação da crise de 1929 (CANO, 1975).

Naquele final de século, havia um clima favorável ao cultivo do café no território brasileiro, visto que o setor externo brasileiro estava com queda de produção do café. Além disso, com a responsabilidade dos estados pela imigração de mão de obra, o governo paulista, bem como seus fazendeiros, conduziram tal solução de forma mais extensa (FURTADO, 1991), tendo a economia cafeeira se desenvolvido de maneira cíclica, pois preços oscilam de acordo com o momento em que se encontravam as fases da plantação (CANO, 1975).

São Paulo demonstrou grande capacidade para formação de uma estrutura industrial e de um aumento na diversidade produtiva. A integração no mercado nacional, apesar de pequena, até meados da década de vinte, era basicamente feita via produtos agropecuários, açúcar e algodão no Nordeste. No Sul, a carne de charque se constituía como o produto mais comercializado naquele momento da articulação. As exportações ocorriam de São Paulo para as demais regiões. Para Guimarães Neto (1986), uma marca importante do crescimento no setor industrial era o papel complementar exercido pelas regiões em benefício de São Paulo.

Nesse quadro de desenvolvimento da economia paulista, os investimentos no cultivo do café se deram, principalmente, em virtude da baixa nos preços internacionais do produto. Tais investimentos aumentaram consideravelmente a quantidade de empresários instigados para inversões de capitais nessa cultura, mais ainda devido à grande quantidade disponível de força de trabalho e de terras.

Esse bom momento da produção do café possibilitou aos empresários do Brasil o controle de boa parte do plantio mundial, os quais aproveitaram a oportunidade para reduzir a oferta de produtos primários visando uma melhoria na renda dos países importadores (FURTADO, 1991).

Nesse contexto, de crescimento do plantio do café, ocorreu um aumento significativo da produção entre 1925 e 1928, devido ao tempo entre cultivo e colheita das plantações. O problema é que essa ampliação de produção, não foi acompanhada pelo igual crescimento das exportações. Com a prolongada crise do setor externo e os estoques por parte dos fazendeiros empresários sendo acumulados a cada ano, foi inevitável o problema da superprodução e queda na renda dos cafeicultores. Nesse contexto, tais empresários transferiram parte de seu

capital para inversões em outras atividades, como os bancos, instalação de indústrias, dentre outros (CANO, 1977).

O caráter concentrador da indústria brasileira em São Paulo é mostrado por Guimarães Neto (1986) já no período inicial do século XX, pois era ínfima a articulação comercial entre as regiões, com um pequeno percentual da produção comercializado no Brasil, porquanto, o restante da produção era voltado para o mercado externo. As demais regiões também apresentavam participação dentro da indústria nacional, com especialização naquele produto mais potencial, ratificando o caráter complementar do resto do país, e afirmando o estado paulista como o espaço nacional com maior fluxo de convergência do capital.

A pouca integração da economia nacional, foi causada ainda mais pela falta de comunicação entre os espaços nacionais. Além disso, havia os limites impostos pelos preços dos transportes, os quais eram na modalidade marítima. Por se constituírem em elevados custos, impediam que houvesse um fluxo de mercadorias entre as regiões (CANO, 1998). Esses limites naturais beneficiaram as próprias regiões, na medida em que possibilitavam a instalação de indústrias regionais, basicamente as têxteis, de cervejas, cimento, dentre outras, mesmo sendo de pouca importância para a produção nacional (CANO, 1998).

Na década de 1920, ocorreu a contração nos preços das *commodities* do mercado internacional contraindo o comércio mundial. Além disso, existia uma instabilidade financeira no âmbito internacional. Nesse contexto, o café era visto com uma demanda quase certa. O desempenho desse produto demonstrava que a economia brasileira era pautada em uma política de vendas voltada para o setor externo: não havia uma consciência no sentido de estimular a integração da economia nacional. Além disso, o setor industrial não era dinâmico suficiente para promover um crescimento unificador entre as regiões (CANO, 2012).

Deve-se levar em consideração que a política exercida beneficiava os grandes proprietários de terras, levando-os a participar da política de forma mais ampla (MERCADANTE, 1980). Os conflitos existentes demonstravam a insatisfação de alguns segmentos, com uma política de valorização do café, a qual retirava os benefícios sociais com um aumento inflacionário, prejudicando o bem estar das pessoas e provocando um espraiamento de greves pelo país. Nesse contexto, as oligarquias paulista e mineira eram as elites que comandavam o Brasil, visto que, existia uma população que não participava da política brasileira (CANO, 2012).

A década de 1920 não traria apenas crises de sobreinversão ou de exportações. Traria também mudanças muito importantes que teriam papel decisivo nas transformações que se dariam a partir da crise. Ao longo desta, os bancos de capital nacional atingem maior desenvoltura, sobrepassando, a partir da Primeira Guerra Mundial, os de capital estrangeiro instalados no país. [...]. As ferrovias, juntamente com o sistema de navegação cabotagem, agilizavam, até meados da década de 1940, a primeira etapa da integração do mercado nacional (CANO, 2002, p, 91).

Ao final da década de 1920, a economia brasileira vivenciava dois momentos distintos, os quais foram apresentados por Cano (2002): um momento quantitativo do setor industrial, dado a acumulação de capital anterior, devido à demanda existente no Brasil, a qual estimulava a produção paulista, que crescia significativamente, aumentando a concentração industrial daquele estado. O segundo momento é o salto qualitativo, período em que após a primeira Grande Guerra, a economia paulista buscava estabelecer-se definitivamente no mercado externo, período em que o autor chama de “concentração por necessidade”, ou seja, a busca por mercado externo, pois tentava-se dar uma continuidade à acumulação de capital e estabelecer de forma definitiva sua capacidade de produção (GUIMARÃES NETO, 1986).

Esse dinamismo da produção paulista acentuou-se ainda mais na primeira metade da década de 1920, uma vez que a integração do mercado nacional ainda era muito tímida. Nesses primeiros anos de expansão do setor industrial, cresce a complementaridade existente, especialmente na relação Nordeste/São Paulo, visto que tal fato não era exclusiva apenas com o Nordeste, mas também com as demais regiões do Brasil.

Nesse novo momento, a economia paulista se solidificou dentro de um contexto nacional, conquistando o mercado interno, pois “de pouco mais de 15% da produção industrial brasileira em 1907, SP chegava, em 1929, com pouco menos de 40%” (CANO, 1998, p. 65). Essa dinâmica da economia paulista transbordou, também, para o mercado de trabalho, pois o estado foi beneficiado com a migração de nordestinos e mineiros, promovendo aumento da oferta de mão de obra. A economia cafeeira de São Paulo teve seu desenvolvimento mais intenso do que em outras regiões por ter desenvolvido de forma mais avançada as relações de

produção capitalistas, proporcionando uma intensificação em sua urbanização, bem como no aumento de sua concentração do setor industrial (CAIADO, 2002).

Notadamente, alguns autores (GUIMARÃES NETO, 1986; CANO, 1975; FURTADO, 1975) mostram que, no período após a crise de 1929, denominado de “industrialização restringida¹”, o estado de São Paulo já concentrava boa parte da produção industrial brasileira: além de ter uma estrutura diversificada, contava também com uma agricultura bastante desenvolvida. Em contraposição ao desenvolvimento do estado paulista, o restante do Brasil tinha um desenvolvimento bastante tímido (CANO, 1998).

No início dos anos 1930, a quantidade de café produzida atingia níveis impossíveis de serem comercializados, dada a conjuntura do comércio internacional, que inviabilizava a obtenção de empréstimos com vistas a investir nos estoques do café existente nas plantações. Furtado (1975) mostra alguns problemas básicos relacionados à questão do plantio do café no período, tais como:

A incerteza quanto à decisão de colher ou deixar as plantações abandonadas. Se o produto fosse colhido, qual decisão seria tomada: estocar ou extinguir? Estocar ou extinguir tinha seus custos. Tais problemas não eram fáceis de serem enfrentados, pois cada decisão que fosse tomada teria seus custos, já que, se fossem abandonados nos cafezais ou colhidos, alguém teria que arcar com as despesas tanto de perda de produção – no caso do abandono – quanto da colheita, vez que teriam os custos da mão de obra e do estoque da produção.

Cano (1998) não considera o período anterior a 1930 como um “processo de industrialização”, pois sua indução ocorreu tendo em vista as exportações ocorridas. Contudo, é a partir de 1933, com a recuperação econômica ao final da crise, que se pode falar em industrialização, pois há uma recuperação da economia nacional, deixando de ser uma economia, predominantemente, agroexportadora. Essa recuperação ocorreu, principalmente, em função da mudança do centro dinâmico que passou de voltada para exportação – determinante do emprego e renda – para uma economia voltada para o mercado interno, proporcionando um novo modelo de acumulação (CAIADO, 2002).

¹ O conceito de industrialização restringida está inserido em Melo (1998, p. 117): “as bases técnicas e financeiras e de acumulação são insuficiente para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de produção que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial”

Em 1930, estas transformações ocorreram também no âmbito político, pois a retirada do então Presidente do Brasil promoveu a redução do poder das oligarquias, iniciando uma centralização de poder com o novo presidente, Getúlio Vargas, o que fez com que as regiões perdessem sua autonomia nas decisões.

Naquele período, o capital mercantil era o padrão de acumulação capitalista existente no Brasil. Guimarães Neto (1985) mostra algumas consequências, principalmente no que se refere ao comércio existente entre o estado de São Paulo e a Região Nordeste. Após a crise, para a integração da economia nacional, foi o capital mercantil que passou a investir na produção, a qual estava extremamente concentrada no Sudeste.

Nesse contexto fica claro que ocorreu uma mudança no padrão de acumulação a partir dos anos 1930, devido a uma quebra na vinculação da renda fiscal do governo com a economia cafeeira, onde os interesses, com a intervenção do Estado, passaram a ser o “desenvolvimento urbano-industrial” (TAVARES, 1998. P. 125).

No período entre 1930 e 1955, de acordo com Caiado (2002), a indústria existente no Brasil era de forma restringida, significa que ela ocorreu em função da acumulação do capital ser muito dependente do setor externo. Para o autor foi a partir de 1930 que algumas medidas de política econômica implementadas pelo Governo, tais como substituição de importação e investimentos em infraestrutura foram importantes para promover o crescimento industrial no período.

O dinamismo existente entre as regiões era predominantemente de fluxo de mercadorias, não ocorrendo, portanto, uma busca, por parte do capital produtivo, de novos espaços para seus investimentos. A fase de industrialização restringida é caracterizada em virtude da dependência do setor externo, tanto para exportação quanto para importação de bens. Com isso, a indústria teve crescimento significativo, pois, as importações reduziram os investimentos no setor industrial, os bens de produção eram os mais diversificados e, no caso dos bens de capital, sua capacidade de produção era muito pequena (GUIMARÃES NETO, 1985).

A atuação do Estado, no sentido de integração das regiões brasileiras, ocorreu visando à eliminação dos impostos cobrados no comércio entre elas, pois era considerado um dos maiores entraves ao desenvolvimento das unidades da federação que estavam fora do entorno de São Paulo.

Trata-se de um Estado que ao superar as formas oligárquicas e regionais de pressões e de intervenção, busca os meios e caminhos para a centralização, para a efetiva constituição de “uma forma mais, avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês”. O processo de centralização ocorre através da construção de um complexo e diversificado aparelho burocrático-administrativo que tem como funções básicas a intervenção, regulação e controle da economia e da sociedade, em nome do “interesse geral” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 115).

Essa atuação do Governo brasileiro é no sentido de retirar ou reduzir o poder das oligarquias através da centralização do poder nacional. A participação do Estado passa a ser mais intensa com relação às variáveis macroeconômicas, bem como na constituição de empresas públicas (GUIMARÃES NETO, 1986).

No que se refere ao sistema de transportes rodoviários, houve um significativo crescimento, durante o período da industrialização “restringida”, mas, não foi suficiente para reduzir a distância existente entre as unidades da federação mais desenvolvidas e as economicamente mais atrasadas. Nesse período, isso ocorria, também, em virtude da falta de um sistema de transporte ferroviário que possibilitasse interligar as regiões do Brasil, ficando essa integração apenas entre os estados da Região Sudeste.

O período denominado de industrialização “restringida”, apresentado por Cano (2006, p. 72) mostra que ocorreu grande expansão da produção nacional, em que as unidades federativas menos desenvolvidas cresciam, embora em menor proporção do que o estado de São Paulo. De acordo com este autor, o aumento da produção promoveu uma redução da ociosidade da indústria, a qual era resquício da década anterior.

Ocorreu uma intensificação, no período entre 1949 e 1955, no sentido de o Estado brasileiro promover a substituição de importação, bem como a integração do mercado interno. Para Caiado (2002), tal atitude de reestruturação, por parte do Governo brasileiro, proporcionou a consolidação da articulação comercial entre as regiões do Brasil, bem como ampliou a concentração da indústria exercida por São Paulo. De acordo com Cano (2002), essa intervenção na economia por parte do Estado, foi uma forma de evitar a estagnação da economia e promover a integração do mercado nacional.

2.4 Planejamento e desigualdades regionais no Brasil – a partir do Plano de Metas

O aumento da concentração das atividades econômicas em São Paulo, não resultou em estagnação das demais regiões brasileiras. O aumento da produção paulista proporcionou um crescimento com taxas para a periferia. São Paulo comandava o processo de acumulação, em virtude de ser o centro da produção nacional, porém a questão regional ganhou maior destaque na política a partir dos anos 1950, visto que os investimentos em infraestrutura e na indústria pesada eram bastante concentrados no Centro-Sul e em São Paulo, o que provocou pressão das demais regiões (CANO, 2006). Já em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado com a finalidade de fomentar o processo de industrialização no Brasil, o qual iria ser, posteriormente, o grande parceiro para a execução no financiamento dos investimentos do Plano de Metas (LESSA, 1983).

No âmbito Nacional, mesmo com receio da oposição, Juscelino Kubitschek venceu as eleições em 1955. Após assumir o cargo no ano seguinte, pôs fim ao estado de sítio. O então Governo Federal, entre os anos 1957 e 1960, criou um Plano impetuoso (Plano de Metas), que versava sobre um planejamento com metas prioritárias, além da construção de Brasília, visando beneficiar a industrialização entre as regiões. Havia um interesse em promover a substituição de importações da produção dos bens de capital. Além disso, existia uma preocupação em transformar qualitativamente a economia através da implantação de um segmento industrial com produção de insumos básicos, bens de capital e serviços públicos. De acordo com Lessa (1983), o Plano era pautado em quatro grandes metas:

- I. Investimentos estatais nos sistema de transporte, bem como na geração de energia;
- II. Ampliação ou instalação de um setor de produção de intermediários, sobressaindo à metalurgia;
- III. Instalação do segmento produtor de bens de capital; e
- IV. Construção de uma nova sede administrativa para o Brasil.

Tal Plano buscava beneficiar o setor produtivo do Brasil, com a implantação de uma estrutura integrada, pois havia preocupação em transformar a economia brasileira do ponto de vista qualitativo. A agricultura e a distribuição de renda, naquele período, não foi alvo das preocupações do então governo brasileiro. Além

disso, existia pouca ênfase para inversões em gastos sociais. A ideia era dinamizar aquelas regiões do Brasil, as quais, outrora foram primária-exportadora, que foram perdendo sua importância no cenário Nacional para o Centro Sul do país. Os desequilíbrios existentes – estancamento do setor externo, a produção do café em um novo ciclo expansivo e desequilíbrios fiscais – não eram preocupações que pudessem reduzir o avanço do processo de industrialização.

O Plano de Metas procurava instalar indústria do segmento da siderurgia visando suprir o crescimento da economia nacional, com a construção da usina de Volta Redonda, no período da II Guerra Mundial. Quanto à produção de bens de capital, o foco era nas indústrias automobilística, naval, mecânica e material elétrico pesado. A indústria mecânica foi estimulada pela instalação de indústrias automobilísticas, sendo esta, uma das atividades mais importantes. A construção de Brasília constituiu-se um dos pontos mais desafiadores do Plano, em virtude do montante de recursos comprometidos na obra (LESSA, 1998).

As importações de bens de capital contribuíram para o endividamento nacional, mas tornou-se necessário para a manutenção dos investimentos. Contudo, transformou o capital externo via única de sustentação para a substituição das importações. Diante dos desafios a serem superados, para financiar o Plano, foi necessária a aquisição da dívida externa brasileira. Para esse período, são apontados alguns efeitos negativos: do ponto de vista social, a significativa redução nos investimentos, bem como queda nos salários reais; no setor externo, o acúmulo da dívida pública federal (FURTADO, 1989).

O Plano tinha a nítida finalidade de promover a industrialização nas demais regiões do Brasil, visando “retirar”, em parte, o foco do centro dinâmico – São Paulo, estado mais desenvolvido do Brasil. O Plano não foi pensado para preocupar-se com a agricultura, mas exclusivamente com o processo de instalação da indústria pesada no país. Os problemas existentes, tais como monetário, fiscais, salariais, só seriam resolvidos desde que não interferissem nos objetivos do Plano. Dentre outras, algumas metas foram estabelecidas – do setor público, tendo o BNDE como o maior aliado nas decisões e efetivações dos projetos; do setor privado, com estímulos para facilitação das importações de equipamentos de baixo preço – visando não desviar-se do projeto.

Ao final do período ocorreram mudanças qualitativas, com a implantação da produção industrial de insumos básicos, bem como um alargamento das funções do

Estado (LESSA, 1998). Fica evidente que “a ação do Estado é decisiva para a constituição de uma indústria pesada de bens de produção e a das empresas internacionais para a instalação de um setor diferenciado e “dinâmico” de bens de consumo capitalista” (TAVARES, 1998. P. 125).

A implantação do Plano de Metas promoveu mudanças em alguns setores da economia brasileira, conforme já destacado anteriormente. Com a decisão de crescimento econômico e a conservação do equilíbrio político, em detrimento da alta inflacionária, foi possível notar que era possível promover mudanças na estrutura produtiva brasileira, ainda que em prejuízo de alguns benefícios sociais, os quais não estavam contemplados entre os objetivos do Plano. O BNDES foi um canal que desempenhou extraordinário papel em compatibilizar e aperfeiçoar, no que se refere a tomada de decisões e aperfeiçoamento dos projetos financiados (LESSA, 1998).

2.4.1 GTDN e SUDENE: diagnóstico para uma integração regional

Criado em 1957, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) coordenado, por Celso Furtado, tinha o intuito de relatar situações acerca da estagnação econômica e social do Nordeste, visando inserir a Região em um processo de industrialização voltado para a substituição de suas importações, pois, estas contribuíam significativamente para retardar o desenvolvimento nordestino. De acordo com o GTDN a industrialização da Região era fundamental para a superação do atraso econômico e de renda existentes.

No Brasil havia enormes disparidades regionais de renda e de desenvolvimento. O Nordeste, em 1956, apresentava-se como uma área com menor nível de desenvolvimento do continente americano. O documento do GTDN constatou que o Nordeste para o Brasil apresentava-se com uma gravidade maior do que ao comparar o Brasil no conjunto dos países ocidentais. Comparando o Nordeste com o Centro-Sul verificou-se que havia uma menor quantidade da população ativa, bem como de trabalhadores na agricultura. No caso da indústria, o setor era pouco capitalizado. As diferenças estruturais mostravam que a relativa falta de terras e baixa acumulação de capital foram as duas causas responsáveis pelo menor nível de renda no Nordeste. Não haviam, até aquele período, preocupações no sentido de reduzir tais diferenças, dado as disparidades no ritmo de crescimento existente no período (GTDN, 1967).

A criação do GTDN foi pioneiro no Brasil, o qual tinha como principal objetivo fazer um exame teórico sobre o problema das desigualdades regionais existentes no território brasileiro. Tal Grupo realizou um levantamento sobre os problemas regionais do Nordeste, apresentando propostas na tentativa de mudar a estrutura existente na Região, através do modelo de substituição de importações. Nesse sentido, o relatório do GTDN, aponta como principais dificuldades:

- a) Menor nível de renda em relação às demais regiões;
- b) Crescimento econômico inferior ao Centro-Sul;
- c) Transferência de recursos financeiros para o Centro-Sul do Brasil entre os anos 1948 e 1956, em virtude, principalmente, de fatores climáticos e concentração de terras;
- d) Diluição das transferências governamentais devido a necessidade de obras para minimizar os efeitos das secas;
- e) Saída de investimentos privados do Nordeste visando melhores rendimentos no Centro-Sul;
- f) Ausência de políticas de investimento no setor produtivo, visando criação de postos de trabalho;
- g) Redução significativa da produção de alimentos, em virtude da falta de chuvas;
- h) Ineficácia das medidas adotadas para promover mudanças estruturais significativas;

Era factual a urgente necessidade de políticas de desenvolvimento para o Nordeste, pois, conforme mostra o relatório do GTDN, havia diferenças básicas quanto ao pouco capital investido e, conseqüentemente, no ritmo de crescimento, fazendo com que a Região demonstrasse diferenças bastante consideráveis em seu nível de desenvolvimento. Não havia uma demonstração de interesse, por grupos particulares, em mudar aquela realidade, tornando cada vez maior o diferencial de desenvolvimento, quando comparada com o Centro-Sul que se constituía em um grande exportador de mercadorias, embora não fosse grande importador das mesmas. Existia uma política de proteção à indústria nacional, contudo, beneficiava o Centro-Sul em detrimento do Nordeste. Além disso, a seca existente na Região devido a pouca precipitação pluviométrica, impossibilitava a produção, principalmente, agrícola prejudicando consideravelmente a população, no que se refere à sua alimentação de subsistência (GTDN, 1967).

As primeiras medidas de enfrentamento da questão regional foram algumas políticas do Governo Federal direcionadas para o Nordeste no sentido de reduzir os efeitos sociais provocados pelas secas na Região. Dentre outras medidas para minimizar os efeitos da seca, o Governo Federal criou postos de trabalho, visando gerar renda para as famílias mais afetadas.

Nesse sentido, a construção de açudes, através do Departamento Nacional Contra as Secas (DNOCS) criado para administrar as políticas direcionadas para o combate às secas, foi uma das medidas visando coletar água das chuvas.

Portanto, a criação desses açudes contribuiu ainda mais para consolidar as oligarquias existentes na Região, pois não foi ao acaso que os açudes eram construídos nas propriedades dos grandes fazendeiros da Região, valorizando ainda mais aquelas terras. O GTDN tinha o compromisso de compatibilizar projetos de acordo com as especificidades da Região, bem como torná-los ágeis no sentido de obter os resultados esperados com maior brevidade. Uma das metas era reduzir os efeitos das secas, com o aumento da extensão territorial da Região, anexando terras mais úmidas. Além disso, um outro ponto importante foi a tentativa de investir na industrialização visando provocar mudanças em sua economia (GTDN, 1967; GUIMARÃES NETO, 1986).

O relatório do GTDN mostrava que as desigualdades existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul eram decorrentes tanto do crescimento do setor industrial de São Paulo, quanto pelo baixo desempenho que as indústrias do Nordeste tinham em competir. A proposta do Grupo seria investir mais na indústria e agricultura, visando empregar a população urbana e produzir alimentos a preços mais baixos.

Diante das constatações do relatório do GTDN, quanto a situação social do Nordeste, o Governo Federal cria a Lei 3.692/1959 de instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que além dos estados do Nordeste abrangeria também o polígono das secas em Minas Gerais. A instituição tinha os seguintes objetivos:

- a) analisar e indicar diretrizes para desenvolver o Nordeste;
- b) supervisionar, coordenar e controlar a implementação de projetos alocados pelo Governo Federal para o desenvolvimento da Região.
- c) executar os projetos referentes ao desenvolvimento do Nordeste;
- d) coordenar os programas de assistência técnica direcionados à Região.

Nesse sentido, a SUDENE consolidou-se como uma das primeiras ações de planejamento regional brasileiro. A partir da criação desta Superintendência, criou-se outras (SUDECO, SUDESUL, etc.) para as diversas regiões do Brasil. Com sua criação pretendia-se expandir o foco de desenvolvimento do Governo Federal o qual era limitado às Regiões Sudeste e Sul. A ideia da criação da Autarquia era que essa instituição funcionasse como fomentadora do desenvolvimento regional nordestino. Seguindo a orientação do relatório do GTDN, a SUDENE organizou-se no sentido proporcionar incentivos tanto à agropecuária quanto à indústria na Região. A expectativa era que a Superintendência incentivasse esses setores (indústria e agropecuária) visando favorecer a geração de emprego para a significativa quantidade de trabalhadores desempregados. Porém, essas expectativas não se consolidaram, pois eram as oligarquias locais, as maiores beneficiadas com todo esse processo.

O I Plano Diretor para o desenvolvimento do Nordeste, aprovado em (1961) determinava que os recursos para o Nordeste fossem administrados pela SUDENE. Tais investimentos deveriam ser alocados em energia elétrica, transporte, abastecimento de água e empreendimentos diversos. No II Plano Diretor (1963), criou-se Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), o qual assegurou incentivos fiscais aos empreendimentos agrícolas e industriais, bem como algumas mudanças no sentido de direcionar projetos para segmentos antes não contemplados como educação, habitação, etc.

Quanto ao III Plano, tinha como meta reduzir a desigualdade do Nordeste em relação ao Centro-Sul, aumentando a renda *per capita* nordestina, bem como Integrar a Região para inseri-la à economia brasileira e criar mecanismos de geração de emprego. Além disso, pretendia-se elevar a taxa de crescimento populacional. Em 1969 entrou em vigor o IV Plano que ratifica ainda mais os graves problemas existentes como a concentração de terras, desgaste no uso do solo, pessoas se submetendo ao trabalho extenuante no meio rural. Como se não bastasse ainda existia as dificuldades encontradas para a comercialização de produtos agrícolas (PEREIRA, 1996).

O Nordeste era o maior importador de produtos do Centro-Sul, de acordo com Guimarães Neto (1989), por este motivo havia um grande escoamento de divisas nordestinas. Entretanto, a maior quantidade de produtos a serem comercializados do Nordeste era de recursos naturais, os quais não eram exportados para aquela

região, ou seja, era uma via de mão única. Portanto, o foco na integração regional não pode ser atribuído, exclusivamente, aos recursos naturais existentes na região, mas também, na forma da acumulação do capital, pois o mesmo capital que estava concentrado em determinadas regiões passa a emigrar para espaços menos desenvolvidos.

2.5 Concentração e desconcentração econômica no Brasil

No período entre 1961 e 1967 ocorreu um crescimento da economia nordestina superior à brasileira, em virtude, principalmente, da política de desenvolvimento adotada depois da criação da SUDENE. Deve-se considerar, também, o incentivo para o desenvolvimento do setor industrial, bem como a situação econômica da Região, com a entrada da indústria paulista, no mercado regional prejudicando a expansão do setor e a quantidade de recursos disponíveis, demonstrando o início de uma acumulação industrial. Essa acumulação se dá em benefício dos grupos econômicos do Sudeste, os quais se favorecem dos incentivos concedidos em prol do Nordeste (PEREIRA, 1996).

Entre 1968 e 1973 a economia brasileira vivenciava um momento conhecido como milagre econômico. De acordo com Tavares (1985), nesse período o estímulo às fusões favoreceram à concentração de investimentos e, conseqüentemente, de capital. A política cambial favorecia a entrada de capital de empréstimo no País, dado a disponibilidade de dinheiro no euromercado. Ocorreu crescimento significativo do registro das contas nacionais em virtude da liquidez internacional vigente. Os países produtores de petróleo disponibilizaram recursos financeiros para países a juros relativamente baixos.

A captação de recursos financeiros por parte do Brasil, no período acima citado, de acordo com Cavalcanti (1988), está relacionada a dois fatores. Primeiro, havia uma balança comercial favorável, pois o mercado externo estava em um momento de rápida expansão. Segundo, o aumento da liquidez gerava excesso de dólar. Para o autor tais condições permitiram que países subdesenvolvidos aumentasse sua participação haja vista os prazos estendidos para os pagamentos dos empréstimos adquiridos, bem como a queda nos *spreads* bancários.

O aumento significativo no preço do petróleo provocou crise internacional, prejudicando o balanço de pagamentos da economia brasileira. Esse prejuízo está

relacionado à deterioração dos termos de intercâmbio, aumento significativo das taxas de juros internacionais, bem como redução no seu ritmo de crescimento, em virtude do protecionismo exercido pelos países desenvolvidos (CAVALCANTI, 1998).

O bom desempenho do período referente ao “milagre” foram rebatimentos dos anos anteriores 1964/67 em que ocorreram reformas, fiscal, de crédito, habitação, salarial, dentre outras. Além disso, havia uma capacidade ociosa, bem como aumento no consumo das famílias. O aumento das exportações e empréstimos externos foram responsáveis pelo aumento das importações, causando a incapacidade do crescimento via bens de consumo duráveis (TAVARES, 1985).

Os anos 1970 teve seu início abalado, do ponto de vista do comércio internacional, em função da crise do dólar e do sistema monetário internacional (TAVARES, 1983). Porém a conjuntura derivada do milagre mudou estruturalmente o Brasil, por exemplo, aumentou a participação do Estado na economia. Essa participação dá início a um novo processo de acumulação, tendo o Estado como líder (AGUIRRE, SADDI, 1997)

O Brasil aproveitou o momento para captar financiamentos externos, pois, contribuíram para proporcionar o crescimento brasileiro, no entanto, acentuou ainda mais a concentração de renda e as diferenças socioeconômicas existentes entre as regiões. Nesse período, ocorreu crescimento acelerado do endividamento externo, pois a apresentação que se fazia à época era de que o financiamento seria fundamental para elevar o produto interno. O desenvolvimento econômico do período supracitado ocorreu de forma acelerada em alguns segmentos do setor industrial como material de transporte, impossibilitando a continuidade de crescimento, rebatendo seus efeitos sobre a produção de bens duráveis (CARNEIRO, 2009).

Na segunda metade dos anos 1970 entrou em vigor o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que foi mais abrangente do que o Plano de Metas, cujo objetivo era solucionar os problemas existentes com o setor externo. O Brasil estava inserido em um contexto internacional em que havia desequilíbrio no Balanço de pagamentos, aumento nos preços do petróleo, queda no crescimento das economias e nas exportações.

O padrão do II PND era voltado para a modificação daquele estágio de desenvolvimento do setor industrial. Para a realização de uma mudança do então modelo existente, seria necessário, de acordo com a Lei nº 6.151/1974, uma

mudança na indústria de bens de capital e de eletrônica pesada, além do foco no segmento de insumos básicos, visando promover a substituição de importações (II PND, 1974; LESSA, 1998).

O Plano era pautado em estratégias voltadas para aumentar a participação da indústria pesada; ratificar a importância do setor privado brasileiro; promover a desconcentração da indústria Nacional com a distribuição da produção nas regiões brasileiras e proporcionar uma melhor distribuição de renda. Nesse contexto de implantação do Plano, com quedas nas taxas de crescimento da economia mundial, as empresas de capital externo queriam investir no Brasil, visto que havia possibilidade de crescimento do mercado nacional (CARNEIRO, 2009; TAVARES, 1985).

No período do milagre até o início dos anos 1980 ocorreu a consolidação da indústria de base. As políticas de âmbito nacional eram pensadas no sentido de expandir e diversificar a produção com crescimentos em todos os segmentos produtivos, incluindo, telecomunicações, energia e transportes. Porém, tais investimentos foram à custa de grande endividamento externo. Além disso, ocorreu aproveitamento da capacidade industrial ociosa, bem como retorno ao investimento (CAIADO, 2002).

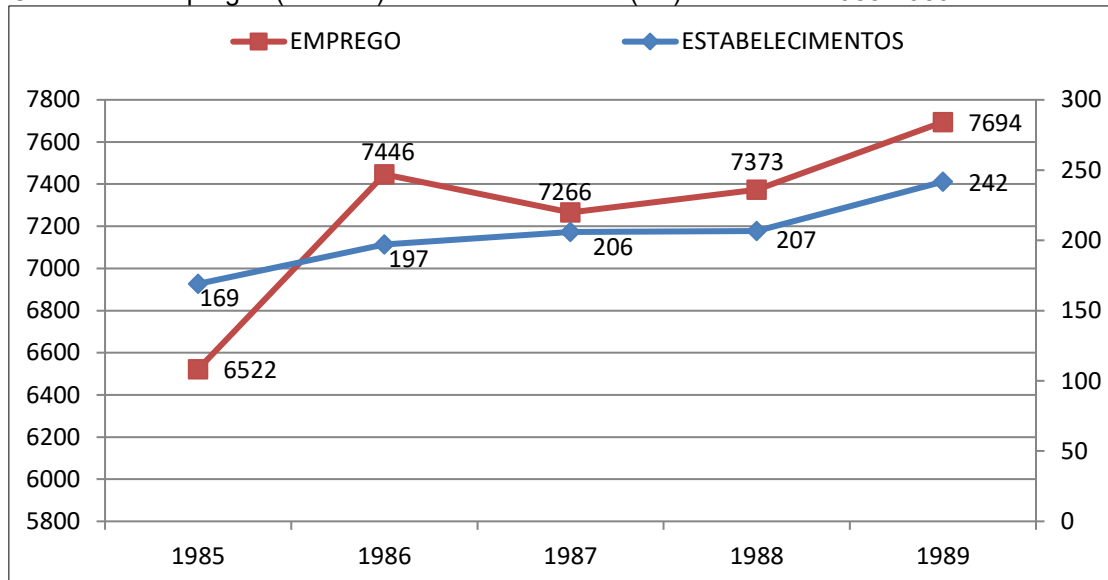
Contudo, essa desconcentração produtiva existente na década de 1980 se deu mais em direção às cidades do interior paulista em virtude de fortalecimento em infraestrutura proporcionada pelo governo estadual; subsídios fiscais com forte atuação dos municípios; as exportações tinham incentivos específicos. De acordo com Cano, (2007), mesmo com a redução dos investimentos federais no estado de São Paulo ocorreu um amadurecimento dos investimentos federais com importantes rebatimentos no interior do estado. Além disso, os custos (normatização, fiscalização) de implantação de indústrias na Região Metropolitana de São Paulo tornava-se cada vez mais inviáveis, visto que algumas empresas estavam se reestruturando.

A primeira metade da década de 1980 é marcada por um período de alta inflação, conforme mostra Castro (2005), com um salto na taxa de 100% para 200%. O Brasil era receptor de recursos financeiros internacionais, ocorrendo o inverso após esse período, em virtude da crise externa. A partir de 1980 ocorreu uma inversão nos fluxos de capital externo, pois o País passou a transferir recursos para pagamento de juros com intuito de amortização da dívida.

Nesse período ocorreu mudança no modelo até então adotado, marcando a década pelo endividamento externo, recessão econômica, inflação, crise fiscal do Estado e, também, pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações.

Diante do quadro de crise, o Estado brasileiro perdeu completamente sua capacidade de ser o principal ator e promotor do investimento. Apesar da geração de emprego e renda, havia um arrocho no salário e na renda do trabalhador (TAVARES,1980). A partir da segunda metade da década supracitada, ocorreram tentativas malsucedidas de estabilizar a inflação, através de planos anti-inflacionários – Cruzado, Bresser e Verão (CASTRO, 2005).

Gráfico 1 – Empregos (milhões) e estabelecimentos (mil) industriais: 1985-1989



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE, vários anos.

O gráfico 1 mostra o comportamento do emprego e estabelecimentos industriais instalados no Brasil, na segunda metade da década de 1980. De acordo com os dados o crescimento relativo entre 1985 e 1989 do emprego e dos estabelecimentos foi de 17% e 43%, respectivamente. Isso mostra que o crescimento na quantidade de empresas instaladas no país foi relativamente maior do que a capacidade de geração de postos de trabalho nesses anos.

A tabela 2 mostra o tamanho médio dos estabelecimentos, bem como a taxa de crescimento das empresas instaladas no Brasil.

Tabela 2 – Tamanho médio e taxa de crescimento do número de estabelecimentos, no Brasil – 1985-1989.

Taxa de crescimento			
ANOS	TME*	Estabelecimento	Emprego
1985	18,8	-	-
1986	18,7	8,8	8,2
1987	18,3	4,4	2,0
1988	17,9	6,8	4,6
1989	18,1	2,7	3,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

* Tamanho médio dos estabelecimentos medido pelo número de trabalhadores.

O tamanho médio dos estabelecimentos é calculado com a quantidade de empregados pela quantidade de estabelecimentos, que mostra a quantidade média de pessoas empregadas por unidade produtiva na segunda metade dos anos 1980. No período, a média de trabalhadores por estabelecimentos permaneceu constante, ou seja, existia uma média de 18 pessoas empregadas por empresa instalada no Brasil. Quanto a taxa de crescimento, a dos estabelecimentos foi maior do que o emprego, na média. Isso mostra que, o crescimento da indústria instaladas no Brasil, foi maior do que a quantidade de empregos gerados no setor.

A partir da segunda metade dos anos 1980 ocorreu uma inversão nos fluxos de capital externo, ocorrendo saída de capitais em virtude de pagamento da dívida. Além disso, ocorreu o esgotamento dos efeitos das políticas de investimentos do II PND, com a deterioração econômica, bem como das contas públicas, a inflação crescente e o setor externo em desequilíbrio.

A crise no período não foi sanada com as diversas tentativas de planos de estabilização da economia, provocando um esfriamento na dinâmica da economia do país, principalmente, para as regiões periféricas, contudo, ampliada a participação de São Paulo no Produto nacional. Some-se nesse período a ampliação de incentivos concedidos pelos estados, desde o final da década de 1970 (CAIADO, 2002).

No início da década de 1990 os países desenvolvidos passaram por ajustes econômicos como a redução da atuação do Estado nas economias, redução dos direitos trabalhistas, privatizações, dentre outras. No caso do Brasil ocorreram, também, algumas medidas no mesmo sentido, tais como, abertura comercial e financeira, privatizações, efetiva redução do Estado brasileiro na economia. Tais ações proporcionaram reconcentração de alguns segmentos. A redução da

participação do Estado se deu pelo agravamento da guerra fiscal entre os estados, bem como através de incentivo ao investimento estrangeiro. Para o autor, com a falta de projetos voltados para o desenvolvimento regional, a guerra fiscal tornou-se um instrumento que promoveu vantagens nas regiões do País, proporcionando uma realocação industrial em algumas regiões em detrimento de outras (CAIADO, 2002).

A abertura do mercado interno aos produtores externos fez com que as importações crescessem significativamente, em virtude da abolição da lista dos produtos, os quais eram proibidos, por serem fabricados no Brasil. Segundo Carneiro (2002) entre os anos 1990 e 1994 ocorreu significativa redução da proteção ao setor industrial brasileiro.

Nesse contexto, a reestruturação da produção no Brasil deu-se a partir da segunda metade dos anos 1980, com a busca por inovação tecnológica e organizacional. Porém, esse processo se consolidou na década de 1990, com a reformulação da estrutura existente desde a década de 1950.

De acordo com Silva (2008), no início do governo Fernando Henrique Cardoso o processo de reestruturação produtiva alcançou maior velocidade, dado as políticas liberais que promoveram, no período de 1994 a 1998, “a estabilização monetária, a abertura comercial e a reforma do Estado”, promovendo “uma breve retomada do crescimento econômico no Brasil” (SILVA, 2008, p. 119).

A partir dos anos 1990 a economia brasileira vivenciou alguns acontecimentos bastante distintos, pois o Governo federal viabilizou a privatização de alguns serviços públicos, monopolizando determinadas empresas estatais. Além disso, ocorreu significativo aumento nas fusões e aquisições no Brasil. Os segmentos que mais concentraram essas fusões e aquisições, de acordo com Carneiro (2002), forma os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica e comunicações), metalúrgica e siderurgia, extrativa mineral, química e petroquímica. A abertura comercial fez crescer o nível de competição da produção brasileira com as empresas internacionais, resultando em uma nova reconfiguração locacional da indústria Nacional, antes concentrada na Região Sudeste (PEREIRA JÚNIOR, 2009).

Pereira (2008) apresenta três causas principais para o processo de reestruturação produtiva no Brasil, que consiste:

a) Na necessidade das empresas brasileiras competirem internacionalmente em um comércio mundial altamente agressivo e concorrencial;

b) Na implementação, por parte das multinacionais, de novas tecnologias de gestão e produção. A implantação dessas novas tecnologias acelerou-se nos anos 1990, a partir da política do governo Collor de “derrubar” as barreiras alfandegárias aos produtos importados;

c) Na necessidade gerada nas empresas nacionais de corresponderem à maior competição nacional e internacional.

Foi nos primeiros anos da década de 1990, que o processo de reestruturação acelerou-se ainda mais. Uma das consequências da abertura econômica e da internacionalização da economia brasileira daqueles anos, foi a competição acirrada vivida no mercado brasileiro, provocando aumento significativo do desemprego. Nesse período, as empresas que não conseguiram acompanhar esse processo, ampliando produtividade, reduzindo gastos, inserindo novas tecnologias, algumas, foram obrigadas a fecharem suas portas com a decretação de falência (PEREIRA, 2008; GUIMARÃES NETO, OLIVEIRA, 1997).

O processo de reestruturação produtiva que ocorreu no Brasil possibilitou uma desconcentração que apresentou outras características, no que diz respeito à localização da produção.

Para Diniz (2000), as razões para o processo de desconcentração da economia brasileira, entre 1970 e 1985, devem-se a:

1. Deseconomias de aglomeração² na área metropolitana de São Paulo, e criação de economias de aglomeração em outras regiões;
2. Ação do Estado via investimento direto, incentivos fiscais e construção de infraestrutura,
3. Busca de recursos naturais e consequente expansão agrícola,
4. Efeitos locacionais da competição.

Esse processo de desconcentração, devido a reestruturação produtiva, beneficiou alguns espaços brasileiro fora do centro dinâmico. Isso significa que a região Sudeste teve perdas apenas relativas. “A configuração urbano-industrial que começou a delinear-se nos 1980 e 1990 apontava para a perda da importância e da participação no PIB das metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro – em

² Entende-se por deseconomias de aglomeração aqueles espaços em que espaços perdem determinados setores da economias em virtude de: resistência dos trabalhadores e sindicatos a baixos salários, restrições com relação ao meio ambiente, dentre outros. Ver Rangel Galinari, Mauro Borges Lemos, 2007; Fochezatto, Valentini, 2010.

benefício das outras metrópoles nacionais e cidades de porte médio” (...) (PEREIRA, 2008, P. 86).

Para empresas se localizarem em regiões mais afastadas do maior centro de dinamismo, deu-se em função do “aproveitamento de potencialidades regionais para o desenvolvimento de indústria de base local” (PEREIRA, 2008, p. 87). Para o autor, no que diz respeito às políticas de desenvolvimento da indústria, elas ficaram restritas a guerra fiscal entre os estados. Afirma que os dois fenômenos podem atuar simultaneamente, mas, o fator principal que promoveu a relocação de indústrias foram os incentivos fiscal-financeiros, concedidos pelos estados brasileiros na década de 1990, além da mão de obra existente em grande quantidade.

No Brasil, um dos os principais espaços urbanos que ganharam com a relocação industrial foram as cidades médias não metropolitanas. Andrade (2001) mostra que esses centros se beneficiaram com o aumento populacional em virtude do processo de desconcentração proporcionado pelo papel indutor da indústria. De acordo com Amorim Filho e Serra (2001, p, 5) as cidades intermediárias surgiram, nos anos de 1970, como uma possibilidade de descentralizar os grandes aglomerados urbanos. Para os autores, algumas preocupações foram fundamentais para a temática dessas cidades: “a exacerbação de problemas de desequilíbrios urbano-regionais; o agravamento da qualidade de vida nas grandes aglomerações urbanas; e, a frágil organização hierárquica das cidades”.

Embora a reestruturação produtiva tenha promovido relocação de indústrias no Nordeste brasileiro, Pereira (2008, p. 90) afirma que os estados dessa região atraíram “investimentos privados fruto do movimento do capital”, promovido mais pela guerra fiscal, do que pela reestruturação produtiva, ainda que não se possa rejeitar a importância desse processo.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil, na década de 1990, contribuiu para a redução da concentração industrial paulista e foi marcado por diminuição nos custos, principalmente aqueles relacionados à mão de obra, provocando a expulsão de grande parcela dos trabalhadores dos seus postos de trabalho. O Nordeste atraiu indústrias conjuntamente com políticas estaduais de estímulo a tais transferências de empreendimentos industriais. Essa migração

industrial estava ligada ao processo de reestruturação produtiva, abertura comercial, guerra fiscal entre os estados brasileiros, dentre outros (MORAIS, et al, 2014).

As regiões Sul e Sudeste, de acordo com afirmação de Guimarães neto (1997) foram aquelas que mais sofreram com os efeitos negativos no mercado de trabalho, em função de processos já mencionados (reestruturação produtiva, abertura comercial, etc.) pelos quais passava a economia brasileira na década de 1990. Além disso, ocorreu uma mudança locacional de alguns segmentos do setor industrial beneficiando alguns estados, porém, acabou prejudicando outros, em que o autor cita como exemplo a indústria calçadista do Ceará.

No início dessa mesma década o Plano Collor I, não só promoveu a abertura comercial, como também, criou um conjunto de medidas denominadas “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior – (PICE)” (SILVA, 2008, p. 118). Esse conjunto de medidas concomitante à abertura da economia aprofundou a crise brasileira, visto que a indústria brasileira não tinham como concorrer com os produtos favorecidos pela redução das tarifas de importações.

De acordo com Silva (2008), no início do governo Fernando Henrique Cardoso o processo de reestruturação produtiva alcançou maior velocidade, dado as políticas liberais que promoveram, no período de 1994 a 1998, “a estabilização monetária, a abertura comercial e a reforma do Estado”, promovendo “uma breve retomada do crescimento econômico no Brasil” (SILVA, 2008, p. 119).

2.6 Apontamentos sobre a economia recente no Brasil

A implantação do Plano Real no Brasil em 1994 proporcionou a redução da inflação, porém, em contrapartida ocorreu a valorização cambial, altas taxas de juros, além disso, havia forte entrada de capital especulativo no País. Dentre as metas de políticas macroeconômicas, três temas: metas de inflação, taxa de câmbio flutuante e superávit primário, foram mecanismos viabilizados para implementação de políticas econômicas, nos governos FHC e Lula (OLIVEIRA, NAKATANI, 2006).

De acordo com Amitrano (2005), alguns fatores contribuíram para pressionar o setor industrial nos anos 1990. Tais fatores estão relacionados com a rapidez com que ocorreu a abertura comercial, bem como com o longo tempo de duração da valorização cambial, marcado por ser de baixo dinamismo em virtude da reestruturação produtiva e política de estabilização. De acordo com o autor os anos

da década de 1990 até 2002 não havia um programa de investimentos que tivesse como finalidade mudança para um novo modelo de desenvolvimento, ou seja, existia uma incapacidade de criar bases no setor industrial. Tal período caracterizou-se por ser de baixo dinamismo e instabilidade no crescimento.

Quanto à desconcentração da indústria e a mudança no padrão locacional, Diniz (1993) mostra que ocorreu uma redução relativa na participação da Região Metropolitana de São Paulo, provocando um processo de desconcentração, mesmo que em regiões ou em áreas pré-selecionadas. Trata-se de uma desconcentração mais voltada para o interior paulista ou em direção às localidades em seu entorno, ou seja, era uma desconcentração, concentrada. Pois para o autor “o perfil da distribuição regional e pessoal dos rendimentos se apresenta como o grande obstáculo para uma efetiva política de desconcentração regional da indústria no Brasil” (DINIZ, 1993, p. 58).

Para Resende et al. (2014), esse processo de desconcentração apontado por Diniz (1993), mostra que ocorreu uma relativa queda no emprego industrial no Brasil, principalmente na indústria de manufaturados no período entre 1990 e 2000. Em que, de acordo com autor, ocorreu uma redução no estoque de emprego total.

Quanto ao mercado de trabalho formal no Brasil, existem alguns determinantes da sua redução dos postos de trabalho no Brasil, nos anos 1990, os quais estão relacionados à abertura comercial, falta de política industrial, juros elevados, dentre outros. Na falta de projeto nacional, a abertura comercial no Brasil aconteceu de maneira indiscriminada e, carente de algumas políticas com intuito de inserir de forma ativa, bem como proteger a produção e os níveis de emprego, transformando-se em um sério problema estrutural, com aumento no desemprego e redução no mercado de trabalho formal. Além disso, as importações da década contribuíram ainda mais para a redução do emprego, e colaboraram com a diminuição do crescimento da economia brasileira. Um dos responsáveis pela pouca quantidade de empregos gerados foi o baixo nível de crescimento econômico do Brasil (MATTOSO, BALTAR, 1997).

Na década de 1990 existia uma dificuldade muito grande para a geração de emprego no Brasil, sendo os seus piores anos em 1994 e 1995. Nesses anos, mesmo com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), as taxas de crescimento do emprego formal não acompanharam a produção nacional. Em contrapartida, as taxas de desemprego aumentaram significativamente, demonstrando que o mercado

de trabalho estava se deteriorando. Como consequência desse baixo dinamismo do mercado de trabalho formal, ocorreu um aumento considerável do trabalho informal, deixando o trabalhador totalmente desprotegido de benefícios advindos da previdência social e do seguro desemprego (RAMOS, 2009).

Diante de um quadro de neoliberalismo brasileiro, no qual não havia maiores preocupações com a integração Nacional, e de uma mudança nos tradicionais fatores determinantes de localização da produção no Brasil, fez com que fossem pensadas políticas regionais lideradas pelo Governo Federal. O Governo do Presidente Lula, em 2003, lançou um projeto denominado Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, que tinha como objetivo principal reduzir as desigualdades entre as regiões. Na verdade trata-se de uma proposta ousada, em que se sugere “um Brasil para todos e de todas as regiões” (Brasil, 2003).

Trata-se de um desafio a enfrentar de grandes proporções, pois se o objetivo da PNDR é combater ativamente a pobreza e as desigualdades de renda, em escala regional, visto que a pobreza não é uma especificidade apenas das regiões pobres, ela também está nos espaços mais dinâmicos do País. Nesse sentido, naquele mesmo ano foi criada uma Política Nacional de desenvolvimento Regional (PNDR) no qual fazia um diagnóstico de cada Região de acordo com as suas especificidades. A ideia da política era a criação de programas específicos para cada Região com foco, principalmente, nos espaços detectados como sendo de baixa renda.

O principal objetivo da PNDR era promover redução nas desigualdades regionais e de renda existentes, com a utilização de diversos potenciais e diversidade existentes em cada espaço. Para que tal objetivo obtivesse êxito, seria necessário proporcionar infraestrutura, principalmente, nas áreas detectadas com sendo prioritárias (PNDR, 2003).

Nesse contexto, Resende, *et al* (2014) mostra que ocorreu uma redução nas disparidade entre as regiões brasileiras, no que se refere ao PIB, no período de 2000-2010 quando comparado com 1990-2000, apontando que as taxas de crescimento do produto para as regiões periféricas foram maiores do que as taxas das regiões consideradas mais ricas – Sul e Sudeste. Apontando como uma característica inerente ao Brasil a recente redução na desigualdade de renda das pessoas e das regiões brasileiras.

A relação existente entre crescimento econômico e emprego no Brasil mostra que ocorreu um aumento da produção, acompanhado com o aumento dos vínculos formais, quando comparado com outros países em desenvolvimento. Alguns fatores explicam a retomada do mercado de trabalho no Brasil, destaca-se a mudança de regime cambial, promovendo melhoria no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, a criação do sistema Simples proporcionou redução na carga tributária para novos empreendimentos. Outros determinantes estão relacionados à fiscalização exercida pelo MTE. É importante destacar que, nos anos 1990 ocorreu uma redução do emprego formal, dado a necessidade de redução dos custos pelas empresas, em virtude do processo de reestruturação produtiva do período. A partir de 2004 ocorreu crescimento da produtividade com a desvalorização do Real, principalmente na indústria de transformação. No entanto, o período econômico vigente aponta para melhorias, pois há redução no desemprego, aumentos de produtividade e do rendimento do trabalho. Além disso, o setor industrial e a agricultura apontaram para manutenção da boa performance na geração de emprego (NEVES JÚNIOR, PAIVA, 2008).

2.7 Guerra fiscal no Brasil e Nordeste

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 155, inciso XII, “g”, prevê formas para “regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados”, entretanto os governos, sobretudo, aqueles dos estados mais desenvolvidos, promoveram aquilo que ficou conhecido como “guerra fiscal”, visando atrair novos empreendimentos. Tal atitude dos governantes estaduais provocou intenso conflito na federação. De acordo com Ferreira (2000), com a guerra fiscal, os incentivos deixam de executar o seu real objetivo, que seria estimular a economia (MORAIS, PEREIRA, 2014).

O processo de desconcentração dos anos 1970/85 atingiu principalmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente suas regiões metropolitanas. Na sequência dos anos 1985, o Nordeste brasileiro continuou se beneficiando com a atração de uma quantidade significativa de empresas para a sua região. O ganho desse período “deveu-se mais à reestruturação produtiva do capital do que à política econômica do Governo”, que naquele momento estava em “um período de ausência

total no que se refere ao intuito desenvolvimentista” (PEREIRA, 2008, p. 92).

A guerra fiscal funcionou como benefícios fiscais concedidos pelos estados. Trata-se de uma relação de quem ganha e quem perde, ou seja, os estados mais bem estruturados ganham em detrimentos dos demais, pois, não é um jogo de soma positiva (VARSANO, 1997). A guerra fiscal visa atrair empresas para unidades federativas envolvidas, mesmo que em detrimento dos interesses gerais do país, visto que a constituição prevê a competição entre seus membros (PRADO, CAVALCANTI, 2000).

Além dos incentivos previstos, o ICMS, também era utilizado na guerra fiscal visando atrair empresas para o território que fazia uso dessa política financeiro-fiscal, que trata em reduzir ou devolver parcialmente o imposto a recolher. Varsano (2002) critica tais concessões, pois, afirma que os incentivos fiscais via ICMS, não apresentam ganhos líquidos para o País, visto que são poucos empreendimentos que merecem tal incentivo do estado. Para o autor, o Estado é o promotor da dinâmica do desenvolvimento, sendo coerente com a política de desconcentração da produção industrial e com o desenvolvimento regional.

Quando os estados da federação passam a assumir tal papel, tende a não dar certo, visto que aqueles mais desenvolvidos tem mais facilidades de vencer a guerra fiscal, promovendo, na verdade, perda para o País, na medida em que os estados que se utilizam de tal política promovem desequilíbrios em suas contas públicas e, como consequência, déficit fiscal no País. Do ponto de vista da unidade federativa, as concessões de incentivos geram emprego e renda para a população local (PEREIRA, 2008).

Dentro desse contexto, as políticas estaduais que tinham como objetivo o desenvolvimento industrial resumiram-se à guerra fiscal entre os estados da Federação. As concessões dos incentivos, geralmente eram relacionadas ao ICMS. Este foi um importante instrumento que viabilizou a implantação de empreendimentos, porém, ao final do prazo estabelecido, essas empresas não se sustentavam na localidade e se deslocavam para outras cidades, em busca de novos incentivos (VARSANO, 1997 *apud* PEREIRA, 2008).

Nos anos 1990, existia no Brasil vários incentivos fiscais, já mencionados. Alguns conflitos ocorriam em alguns estados, no que se refere ao setor industrial, principalmente, nos segmentos têxteis e calçados os quais, de acordo com Alves (2001) suas plantas foram deslocadas das regiões Sul e Sudeste em direção ao

Nordeste, não apenas em busca de mão de obra mais barata, mas também de incentivos fiscais, bem como redução no custo com transportes. A autora sintetiza a guerra fiscal em:

- A) um processo constante, operacionalizado pelo estado;
- B) uma política pública que visa alocar novos empreendimentos;
- C) mecanismos que promovem subsídios dentre os quais o ICMS apresenta-se como o mais importante.

Os estados brasileiros visando atrair investimentos privados utilizaram seis benefícios fiscais relacionados ao ICMS, nos anos 1990. Segundo Brito e Bonelli (1997 *apud* PEREIRA, 2008 p. 106), as unidades federativas promoveram a:

- a) Isenção do ICMS para novas empresas sem produto similar no estado e durante determinado período;
- b) Isenção ou redução do ICMS para as micros e pequenas empresas;
- c) Redução de alíquotas de ICMS (para situações e produtos específicos);
- d) Prorrogação dos prazos de recolhimento do ICMS;
- e) Utilização dos mecanismos de diferimento (recolhimento postergado do ICMS); e,
- f) Utilização do crédito presumido (por estimativa do ICMS).

Outros incentivos também foram utilizados pelos estados, “infraestrutura (venda de lotes e galpões, locação de máquinas e equipamentos, doação de áreas etc.)”, as concessões financeiras (aquisição de ativos fixos, composição acionária etc.). Além disso, o autor destaca a facilidade com que os gestores promoviam o processo para que houvesse o registro de empresas, bem como outros benefícios tais como formação e capacitação etc. (PEREIRA, 2008, p. 107).

O instrumento de guerra fiscal do ICMS tem por objetivo promover incentivos visando atrair empreendimentos para localidades que se utilizam dessa ferramenta. São incentivos, geralmente financeiros-fiscal, que promovem a redução ou devolução de determinada quantia do imposto a recolher. Dentro desse contexto, Varsano (2002) mostra que a concessão de incentivos fiscais só seriam justificáveis no caso de oportunidade de uso privado dos recursos:

1. que não seria aproveitada em qualquer ponto do território da unidade considerada caso o incentivo não fosse concedido;
2. que seja efetivamente nova, isto é, uma adição ao investimento na unidade;

3. cujos benefícios sejam, pelo menos parcialmente, apropriados por residentes da unidade, que — a menos de externalidades inter jurisdicionais (*spillovers*) — são os que perdem com a redução da provisão pública de bens e que a parte apropriada supere os benefícios gerados pelo anterior uso público dos recursos.

Os estados do Nordeste, também se empenharam nesse processo de guerra fiscal. Ceará, Pernambuco e Bahia destacam-se por terem promovido esforços ativos visando atrair novos investimentos. Porém, Pereira (2008) mostra que esses esforços não tiveram grandes êxitos, no que se refere à indústria de transformação desses estados, com exceção do estado da Bahia. Contudo, em termos absolutos “o valor da transformação industrial da Bahia (54,5%) é superior ao somatório do valor da transformação industrial dos estados de Alagoas, do Maranhão e da Paraíba” (PEREIRA, 2008; MORAIS, *et all*, 2014).

O fato de o Brasil promover intervenção, através de incentivos fiscais, demonstra uma contradição, visto que, na década de 1990, o País encontrava-se em uma profunda crise e os seus respectivos estados com endividamento público. Dentro desse contexto, Pereira (2008) nos que mostra alguns gestores públicos, acreditavam que a renúncia fiscal promoveria benefícios maiores do que as perdas. É possível que, no curto prazo, haja ganhos relacionados a emprego e renda, contudo, no médio e longo prazos, a possibilidade de saída dessas empresas promove a perda dos ganhos de curto prazo (BNDES, 2000; MORAIS, PEREIRA, 2014).

Nesse sentido, o Nordeste brasileiro apresentou avanço no que diz respeito à instalação de novas indústrias, das quais algumas foram implantadas na região e/ou transferidas do Sul e Sudeste. A partir dos anos 2000, há um novo direcionamento na economia brasileira, pois as políticas econômicas tornaram-se mais restritivas, destinando-se principalmente ao cumprimento de metas inflacionárias. A partir de 2006, a região Nordeste vem apresentando taxas de crescimento econômico superior ao do País, resultado este que vem se consolidando nos anos posteriores (AMARAL FILHO, 2009, *apud* MORAIS, 2011).

No que diz respeito às políticas municipais de desenvolvimento da indústria, as cidades seguiram o exemplo dos estados. Com isso acentuou ainda mais a guerra fiscal entre as cidades e estados. Grandes empreendimentos que se transferiram para o Nordeste alocaram-se nas cidades de médio porte,

principalmente aquelas localizadas nas proximidades das capitais, geralmente nas regiões metropolitanas.

Com a necessidade das indústrias melhorarem a qualidade de seus produtos para continuarem competindo no mercado, no início da década de 1990, precisaram transformar suas bases produtivas e aderir a novas tecnologias e inovações, visando aumento da produtividade e redução nos custos de produção. A industrialização brasileira manteve sua concentração espacial no centro-sul do país, com destaque para o estado de São Paulo durante a maior parte do século XX. No entanto, essa concentração começou a ser reduzida na segunda metade do mencionado século.

A guerra fiscal da década de 1990 constituiu-se como o principal fator que alterou as vantagens de localização que influenciava a decisão de instalação, visto que houve no período cancelamento de investimentos públicos na produção, bem como ausência de projeto de desenvolvimento regional (PEREIRA, 2008; CAIADO, 2002).

Embora alguns autores acreditem que a busca por aproveitamento de potencialidades regionais para o desenvolvimento da indústria de base local seja determinante das novas localizações, cremos que os incentivos fiscais e financeiros ainda constituíram-se no principal atrativo para as empresas que realocalizaram-se. Não é à toa que a maior parte dos estados e municípios brasileiros ampliou a oferta de incentivos fiscais e para-fiscais para a implantação e/ou ampliação de empreendimentos industriais. Como foi demonstrado, os impostos (ICMS, IPTU e ISS) se constituíram na principal moeda de troca do Estado para com o capital, dos governos para com os empresários (PEREIRA, 2008, p. 115).

A diversidade desses incentivos é significativa. No caso dos municípios nordestinos encontra-se como principais incentivos a doação de terras seguida da isenção do ISS e do IPTU. Nos anos 2000, os percentuais dos incentivos vinculados ao fornecimento de infraestrutura oscilam significativamente. Enquanto os percentuais dos incentivos fiscais e financeiros são mais acentuados em 2001 e 2002.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil contribuiu para a redução da concentração industrial paulista e foi marcado por diminuição nos custos, principalmente aqueles relacionados à mão de obra, provocando a expulsão de grande parcela dos trabalhadores dos seus postos de trabalho. Grosso modo, a realocação produtiva implicou processo de desconcentração do setor industrial do Sudeste para as demais regiões do País. Tal desconcentração, a qual Azzoni (1986) classifica como, “reversão da polarização”, referia-se a mudança de polo do capital,

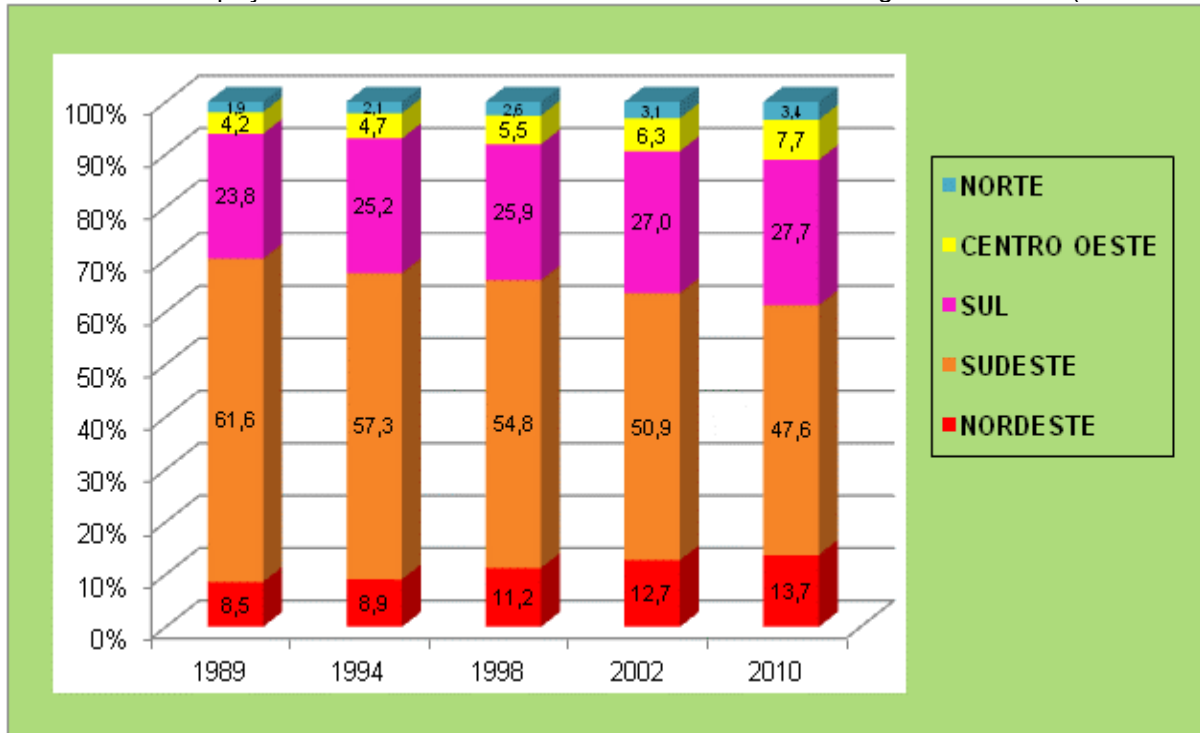
o qual era centralizado no Estado, com maior intensidade na região metropolitana de São Paulo. Esse processo de “reversão da polarização” industrial foi estimulado pelas deseconomias de aglomeração que apresentavam na área metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo em que possibilitou economias de aglomeração em outras regiões do País (PEREIRA, 2008). O Nordeste atraiu indústrias conjuntamente com políticas estaduais de estímulo a tais transferências de empreendimentos industriais. Essa migração industrial estava ligada ao processo de reestruturação produtiva, abertura comercial do capital, guerra fiscal entre os estados brasileiros, etc.

A guerra fiscal produz problemas financeiros para estados e municípios, promovendo conflitos entre a federação. Se esses incentivos forem mantido por muito tempo, de acordo com BNDES (2000), os seus efeitos se constituirão em uma simples ferramenta de perda de arrecadação. Isso pode acontecer em função do nivelamento dos incentivos, fazendo com que as empresas busquem melhores condições para suas empresas como mão de obra qualificada, bem como serviços públicos existentes. O problema surge então para os estados mais pobres que não tem como assumir essa falta de arrecadação, portanto, os estados com maior capacidade de prover benefícios às empresas, aqueles com maior poder de atração de empreendimentos.

Ao longo do período, a Região Sudeste perdeu participação de quase quatorze pontos percentual, enquanto que nas outras regiões ocorreu ganhos relativos, o Nordeste foi a região que mais se beneficiou com ganhos em participação relativa. Esse deslocamento das indústrias não mostra que tenha ocorrido uma “reversão de polarização”, pois mesmo com as perdas, mais especificamente de São Paulo, o emprego e a indústria continuam concentrados na Região Sudeste. Na análise do período entre os anos 1989 e 1994, verifica-se crescimento, embora relativamente pequeno.

A participação dos estabelecimentos nas regiões Nordeste, Norte, Sul e Centro Oeste ao longo de, praticamente, todo o período apresentou crescimento relativo pequeno, porém constante. No caso do Sudeste a perda de participação relativa se deu ao longo de todo o período.

Gráfico 2– Participação relativa dos estabelecimentos industriais das regiões no Brasil (1989-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS/MTE.

O gráfico 2 mostra a participação dos estabelecimentos industriais nas regiões do Brasil. Ocorreu uma mudança espacial das atividades produtivas. Os segmentos industriais que mais se instalaram no Nordeste foram a indústria da Construção Civil, a indústria Têxtil e a indústria de Alimentos, responsáveis por gerar a maior parcela de empregos formais dentro do setor industrial na Região. Esse fato deve-se, em grande medida, aos incentivos fiscais promovidos pelos estados nordestinos, conforme foi dito.

O Sudeste concentra quase 50% do total das unidades produtivas e dos empregos formais do País. Nesse contexto há uma responsabilidade dos municípios – aqui referindo-se aos seus gestores – no que se refere ao papel de inserção das cidades no cenário econômico brasileiro, possibilitado mais pela sua situação geográfica, em que essas cidades estão inseridas dentro de uma determinada região, do que pelo seu tamanho demográfico.

A exemplo das outras regiões, o Nordeste também participou da guerra fiscal entre as unidades da federação nos anos 1990, pois nessa mesma década o Produto Interno Bruto cresceu mais acentuadamente. No entanto, alguns estados se mostraram mais eficazes no que diz respeito a estimular a atração de capital.

Dentro do contexto reestruturação produtiva, Pereira (2008, p. 98) destaca

três fases de intervenção do Estado na economia brasileira, a primeira “se constitui na intervenção pré-reestruturação”, nos anos de 1970, com desconcentração e realocização do capital. Uma segunda fase foi nos anos 1980, que consistia “na fase de transição, na qual o Estado diminuiu significativamente sua intervenção direta e produtiva no espaço”, simultaneamente as empresas tentavam se enquadrar no processo de reestruturação. Um último momento ocorre “quando o Estado, pressionado por sua crise fiscal e pelas instituições credoras internacionais, abstém-se de uma ação mais direta e incisiva no espaço urbano-industrial”, ao mesmo tempo em que tentava promover políticas neoliberais diante da reestruturação “espontânea e forçada”, causada por empresas brasileiras na década de 1990.

O Estado constituiu-se em um importante produtor e fomentador no processo de industrialização e desenvolvimento brasileiro, agindo de forma decisiva nos espaços urbanos. Ao intervir na economia, o Estado consolidou a urbanização nas cidades brasileiras. Pois ao incentivar a atração de empresas por parte de estados e municípios ocorreu um processo de deslocamento populacional em direção às cidades com ofertas de empregos, proporcionando uma acelerada urbanização das cidades receptoras. Nesse contexto, as cidades médias constituem-se polos atrativos de investimentos e crescimento populacional, como será visto no item a seguir.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA E URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização da sociedade capitalista foi constituído através da industrialização. Para Lefèbvre (2004) a sociedade urbana nasceu da industrialização, tal sociedade “domina e absorve a produção agrícola”. Há uma clara distinção entre cidade e campo nessas sociedades. Tal distinção tornou-se menos aparente com o campo absorvendo as máquinas, principalmente quando se amplia a relação entre preço da produção e o lucro no setor rural, tal qual na indústria.

A urbanização inserida no contexto da primeira revolução industrial estava fundamentada de acordo com dois conjuntos de fatores: na prévia decomposição da sociedade rural e sua emigração para as cidades, disponibilizando mão de obra à indústria e na saída de uma economia doméstica para uma manufatureira. Para o autor é a indústria que se constitui como elemento que domina a urbanização, pois as indústrias são atraídas para as cidades pela mão de obra e mercado disponíveis, pois nos dois casos é ela que promove também o desenvolvimento do setor de serviços (CASTELLS, 2000).

Até o final do Século XIX não havia uma distinção entre campo e cidade, o seu crescimento se deu em virtude do aumento populacional, bem como da constante migração de pessoas entre países. Um exemplo foi a migração de europeus em direção ao Estados Unidos. Porém, o mesmo fenômeno ocorreu em países subdesenvolvidos (GIDDENS, 2009). Isso ocorre em virtude da busca por oportunidade de empregos, bem como os serviços que a cidade pode oferecer.

O problema da urbanização, para Castells (2000), possui quatro fundamentos, tais como:

- a) O rápido crescimento da urbanização no mundo;
- b) Tal crescimento está concentrado em regiões subdesenvolvidas;
- c) O surgimento de novos espaços urbanos;
- d) A relação urbana com as novas maneiras de articulação social.

Ao mesmo tempo em que ocorre a urbanização e a industrialização, o surgimento das cidades grandes acontece como uma consequência. Além disso, o aparecimento de cidades pequenas e médias ocorre para amortecer o crescimento das grandes metrópoles (LEFÈBVRE, 2004). Contudo, o aumento da população não está paralelo com o crescimento econômico.

Para Limonad (1999), a compreensão desenvolvida de urbanização, não pode ser entendida simplesmente como cidades que se organizam social, econômica e politicamente, mas deve sim ser entendida como um processo social de maior valor na estruturação do território. Sobre essa questão, percebe-se que:

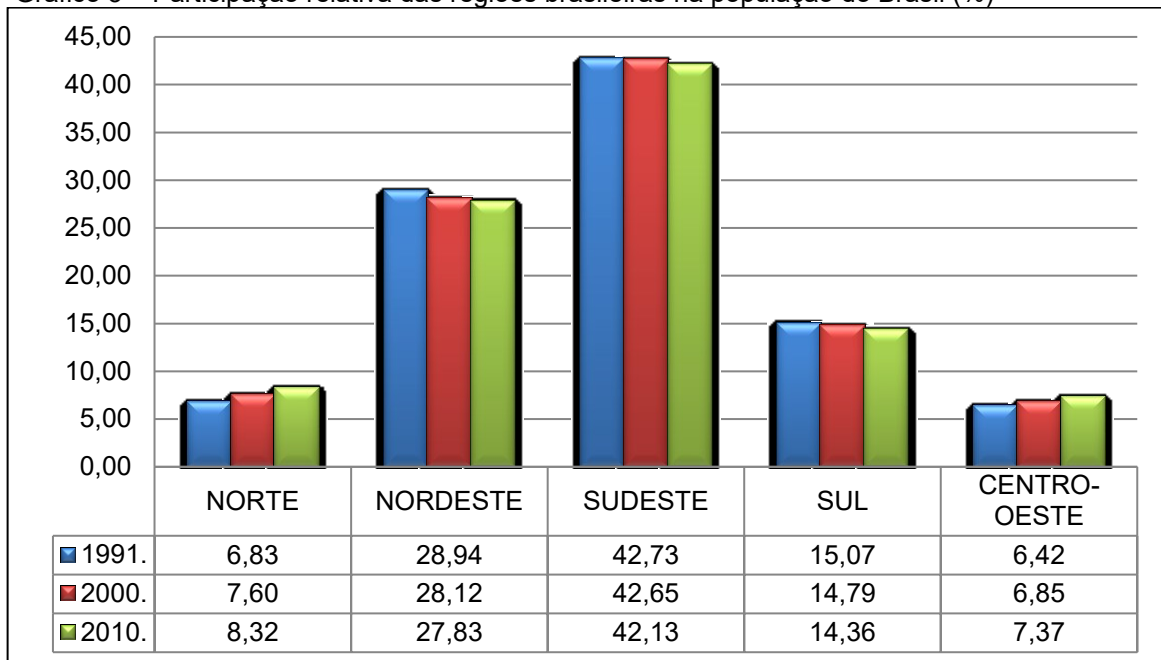
A urbanização pode ser vista como uma de várias grandes acelerações do distanciamento espaço-tempo... A especificidade do urbano é definida, pois, não como uma realidade separada, com suas próprias regras sociais e espaciais de formação e transformação, ou meramente como um reflexo e uma imposição da ordem social. O urbano é uma parte integrante e uma particularização da generalização contextual mais fundamental sobre a espacialidade da vida social... Em sua...especificidade social, o urbano é permeado por relações de poder, relações de dominação e subordinação, que canalizam a diferenciação regional e o regionalismo, a territorialidade e o desenvolvimento desigual, e as rotinas e revoluções, em muitas escalas diferentes. (SOJA, 1993 *apud* LIMONAD, 1999).

O processo de crescimento das cidades brasileiras se deu de forma rápida, pois São Paulo, em apenas seis décadas transformou-se na maior cidade da América Latina, devido à industrialização que impôs acelerado processo de urbanização. A industrialização confere um padrão de acumulação que potencializa a urbanização. Esta por sua vez, demonstra ser maior que o ritmo da industrialização.

O maior crescimento populacional no país, conforme mostra Santos (2013), ocorreu a partir de 1940. Para o autor esse fenômeno se deu em virtude da elevada natalidade em paralelo com as melhorias sanitárias, bem como avanço na qualidade de vida da população.

A diferença existente no Brasil não era apenas com a distribuição das atividades econômicas – concentradas no Sudeste, mas, também relacionada a população. Esta concentrada sobretudo no Nordeste, a qual migrou, substancialmente, para regiões mais desenvolvidas como o Sudeste (BRITO, 2012). Contudo, de acordo com o autor, as taxas de crescimento das grandes cidades vêm declinando, principalmente, desde dos anos 1980, com uma tendência de maior crescimento populacional nas aglomerações metropolitanas com mais de 100 mil habitantes.

Gráfico 3 – Participação relativa das regiões brasileiras na população do Brasil (%)

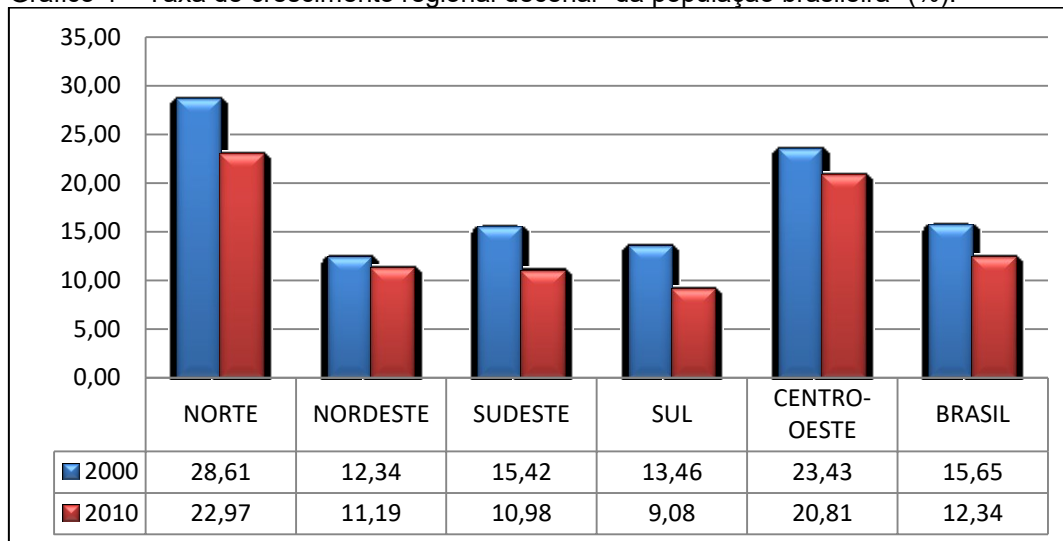


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

No gráfico 3 apresenta-se a participação relativa das regiões do Brasil, no total da população brasileira. O Norte e o Centro-Oeste foram as regiões que apresentaram taxa de crescimento populacional

Do ponto de vista da participação das regiões na população brasileira, não há um crescimento significativo de uma determinada Região. As demais tiveram uma leve perda de participação. Porém mais de 40% da população brasileira, ou seja, mais de 80 milhões de brasileiros encontram-se na Região Sudeste do País, dos quais mais de 50% desse total moram no estado de São Paulo.

O incremento de pessoas foi de aproximadamente quase 23 milhões de habitantes, ou seja, um aumento de 15,65%. No caso de 2010 em relação a 2000 o percentual de crescimento foi de 12,35%, significa um crescimento aproximado de 21 milhões de pessoas, ver gráfico 4. Essas informações corroboram com as informações de Brito (2012), em que mostra um declínio nas taxas de crescimento da população brasileira desde a década de 1980.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento regional decenal³ da população brasileira⁴ (%).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Esses dados, também, mostram que ocorreu uma redução do contingente populacional que migraram em direção às grandes metrópoles do país. Isso ocorreu, provavelmente, em função de políticas locais (estados e municípios) que proporcionaram a ocorrência de um aumento na quantidade de empregos gerados e empresas instaladas pelo território brasileiro.

3.1 Cidades Médias no Brasil

Estudos realizados por pesquisadores (PEREIRA 2008; LIMA, 2010; STEINBERGER; BRUNA, 2001) mostram que as definições ou conceitos para cidades médias é de fundamental importância para a implementação de políticas públicas específicas para esses municípios. Segundo Pereira (2011), o conceito de “cidade média ou de porte médio” difundiu-se a partir dos anos 1950/60, período em que surgiram preocupações com o desenvolvimento do País. Segundo o autor, até então, não havia preocupações no que diz respeito ao conceito de cidade média. “Do ponto de vista hierárquico das cidades, uma cidade de porte médio é aquela que se localiza entre a grande e a pequena⁵, em outras palavras, apresenta uma posição intermediária” entre os dois tipos de cidades (PEREIRA, 2012, p. 29).

³A taxa de crescimento de 2000/1991 constam apenas 9 anos, pois o censo, que deveria ter sido em 1990, foi realizado em 1991.

⁴ 2000: crescimento da população em 2000 comparado com a população em 1990 ; 2010: : crescimento da população em 2010 comparado com a população em 2000.

⁵ O IBGE, considera cidade pequena aqueles municípios com menos de 100 mil habitantes e são a grande cidade são aqueles aglomerados populacionais acima de 500 mil habitantes.

Nos anos 1970 eram conceituadas cidades médias municípios com contingentes populacionais de 20 mil habitantes. Já a partir dos anos 1980, as cidades de porte médio atraíam populações com melhor poder aquisitivo. Conforme mostra Santos (2013), as cidades com população entre 20 mil e quinhentos mil habitantes passam, em 1950 de 7 milhões para cerca de 38 milhões em 1980. Sposito (2006, p. 175) define cidades médias como sendo “aquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano”.

Alguns fatores foram fundamentais para o dinamismo populacional das cidades médias no Brasil, pois, o processo de desconcentração industrial ocorrido no Brasil, impulsionada pela deseconomias e economias de aglomeração (ANDRADE, SERRA, 2001). Há ainda que destacar fatores como preço da terra e da mão de obra, problemas ambientais, onde a fiscalização nas regiões metropolitanas, em especial em São Paulo, são mais intensificadas.

A tabela 3 mostra o número de municípios brasileiros por grandes regiões, segundo a classe de tamanho.

Tabela 3 – Quantidade de municípios, no Brasil, por Região e tamanho populacional -1991 e 2010.

Habitantes (1000)	1991						2010					
	BRASIL	NO	NE	SE	SUL	CO	BRASIL	NO	NE	SE	SUL	CO
Total	5488	449	1786	1666	1141	446	5564	449	1794	1667	1188	466
Até 20	4193	342	1294	1243	946	368	3914	275	1195	1145	940	359
20 a 100	1120	96	455	337	163	69	1368	154	541	384	200	89
101 a 500	151	9	31	75	30	6	245	18	47	122	44	14
501 a 1000	14	-	4	8	-	2	23	-	7	12	2	2
1000 a 1500	5	2	1	-	2	-	5	1	1	1	1	1
Acima de 1500	5	-	1	3	-	1	9	1	3	3	1	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Censos – 1991 e 2010.

É possível perceber redução na quantidade de municípios com até 20 mil habitantes, em todas as regiões do país. O maior crescimento ocorreu na quantidade de cidades com população entre 20 mil e 100mil habitantes, com um aumento de 22%. As cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, que

em 1991 com 151 passou para 245 em 2010, ou seja um crescimento, de aproximadamente, 62% no aumento de cidades médias. Somando o Sudeste e o Nordeste, 69% das cidades médias do Brasil encontram-se nessas duas regiões. O crescimento populacional das cidades médias mostra a tendência apontada por Brito (2012) em que há um crescimento populacional dos glomerados entre 100 e 500 mil habitantes.

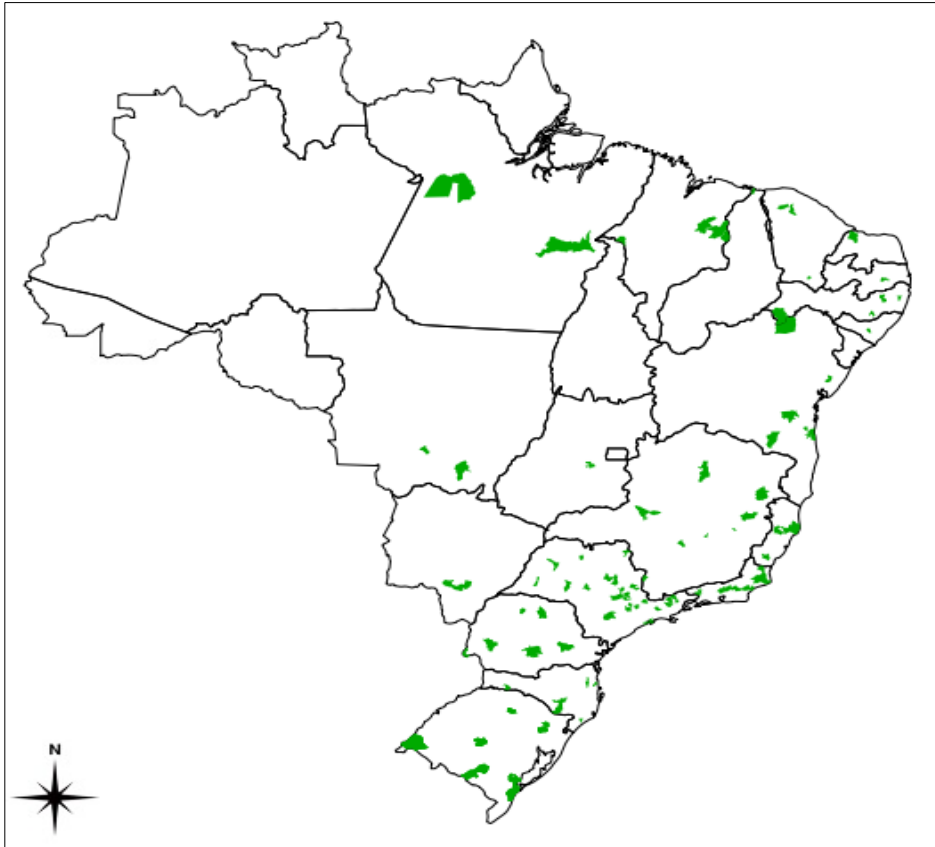
Em entrevista divulgada pelo IPEA, realizada com o pesquisador Bernardo Furtado, este fala que um dos motivos para o crescimento de cidades médias, bem como no seu contingente populacional é o preço da terra, que nas grandes cidade torna-se bastante elevado em relação à essa cidades (IPEA, 2010)

A importância das cidades médias no cenário brasileiro, se deve mais pela situação geográfica em que ela está inserida dentro de uma determinada região do que pelo seu tamanho demográfico. Amorim filho (2001) apresenta as cidades médias como sendo centros estratégicos para o desenvolvimento de políticas urbanas e de desenvolvimento regional desde a década de 1970. Tais políticas visavam minimizar o fluxo migratório para as grandes cidades, maior eficiência na produção, bem como multiplicar “postos avançados do sistema socioeconômico nacional”.

No Brasil vários autores (PEREIRA, 2007, LEMOS, 2003, AMORIM FILHO; SERRA, 2001, ANDRADE, 2001 etc.) discorrem sobre o assunto visando constituir, compreender ou caracterizar alguns conceitos para as cidades médias brasileiras, haja vista as mudanças ocorridas na organização e produção, os quais estão diretamente relacionados a reestruturação produtiva , abertura comercial e mudanças no papel do Estado no desenvolvimento do País com a ampliação nos investimentos em infraestrutura, estradas, ferrovias, energia elétrica e telefonia (AMORIM FILHO, 2001) .

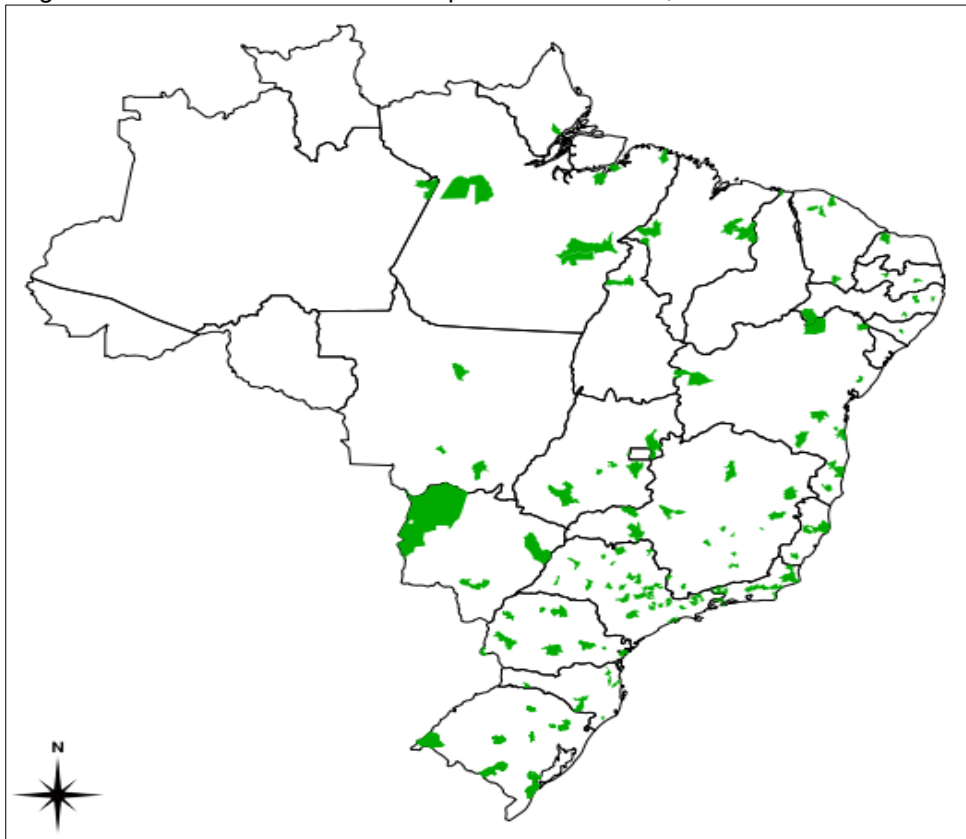
As figuras 1 e 2 mostram a quantidade de cidades médias não metropolitanas do Brasil, nos anos 1991 e 2010, respectivamente. Em 1991 existiam 117 cidades de médio porte, passando a 181 no total brasileiro em 2010, estando 81 inseridas nas regiões Nordeste e Sudeste.

Figura 1: Cidades médias não metropolitanas do Brasil, 1991.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Figura 2: Cidades médias não metropolitanas do Brasil, 2010.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Essas figuras identificam a dinâmica espacial das cidades, permitindo visualizar a localização em que estão inseridas em cada estado brasileiro. É possível perceber a dinâmica ocorrida para as cidades em pauta. É possível observar que há um aumento na quantidade dessas cidades nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

O processo de desconcentração ocorrido na década de 1990 promoveu o deslocamento da indústria pelo território brasileiro, beneficiando, sobretudo o Nordeste em detrimento da região Sudeste, confirmando o processo de reversão da polarização da indústria brasileira iniciado na década anterior (PEREIRA, 2008).

Dentro desse contexto, vários autores conceituam as cidades de médio porte. Elas podem ser conceituadas por sua relevância na localização geográfica, população, importância sócio econômica e função na hierarquia urbana, e constituam-se em centros de desenvolvimento regional. Essas cidades médias têm papel fundamental de desconcentração regional e de dinamização, pois criam o desenvolvimento local e regional, possibilitando a diminuição da disparidade econômica e na renda, com vista à melhoria na qualidade de vida de seus habitantes (STEINBERGER, BRUNA; 2001).

Para Lima (2010), ao ser assim caracterizada por Serra (1998), o conceito de cidade média é capaz de unir centros onde já possuem escala urbanas com atividades econômicas que podem gerar as chamadas economias de aglomeração. Além disso, o autor apresenta uma tipologia com características visíveis das cidades médias, que as levam a desenvolver funções econômicas completamente diferentes dentro da hierarquia urbana⁶ nacional e, inclusive, dinâmicas desiguais. Essa tipologia é definida da seguinte forma: a) cidades médias metropolitanas - as que fazem parte de uma área metropolitana definida por lei; b) cidades médias capitais de estados - ligadas a funções administrativas públicas; c) cidades médias em eixos de transporte, associadas à infraestrutura e d) cidades médias de fronteiras agrícolas, relacionadas à expansão agrícola para novas áreas do País.

Essas cidades exercem atração sobre a população devido, principalmente, a possibilidade da oferta de emprego e da instalação do setor industrial e de serviços. Há três características que definem cidades médias: elas podem ser articuladoras nos eixos de desenvolvimento, atuam nos sistemas regionais com sucesso na localização de tecnoplos e importância das relações espaciais da cidade, onde

⁶ Ver MOURA, WERNECK (2001),

desempenham papel importante na divisão do trabalho (LIMA, 2010). Além disso, contribuem para a diminuição do congestionamento populacional dos grandes centros urbanos.

A reconfiguração urbano industrial dos anos 1980 e 1990 apresentou perda de importância das metrópoles nacionais como Rio de Janeiro e São Paulo, fato que acabou gerando benefícios a outras cidades, incluindo as de médio porte, inclusive as não pertencentes à regiões metropolitanas. Um dos principais motivos para a implantação de novos empreendimentos nessas cidades se deve aos incentivos fiscais-financeiros, frutos de uma política fiscal-financeira, concedidos pelos respectivos estados brasileiros (MORAIS, 2012).

Amorim Filho e Serra (2001) destacam alguns atributos relacionados à cidades médias. Segundo esses autores, para que uma cidade seja classificada como Cidade Média, ela precisa interagir além de seus espaços, tamanho geográfico suficiente para fornecer bens e serviços, gerar de postos de trabalhos, dentre outros. Dentro dessa classificação, nos anos 1970, foram destinados esforços no sentido de minimizar os fluxos migratórios para as grandes cidades, melhorar eficientemente alguns ramos produtivos. Na concepção dos autores, esses foram “os principais objetivos de políticas urbanas que centralizavam esforços no apoio ao desenvolvimento das cidades médias brasileiras” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 9).

Nos primeiros anos da década de 1970, não existiam grandes centros urbanos que possuíssem dinamismo econômico. Nesse período as cidades médias eram aquelas que possuíam população entre 50 mil e 250 mil habitantes. Naquela época havia um limitado número de municípios considerados intermediários, em contrapartida existia grande quantidade de municípios que serviam como entrepostos entre a zona rural e a urbana (ANDRADE E LODER, 1979 *apud* AMORIM FILHO 2001).

O desenho urbano do final dos anos 1970, provocado pela desconcentração das cidades médias, deu-se através da política urbana adotada pelo Estado nos anos 1970, visto que no período 1970/80, essas cidades eram sinônimos de “política urbana nacional, enquanto política pública”, haja vista a participação mais ativa do Estado. A ausência de tais políticas nos estados promoveu, dentre outros efeitos, a guerra fiscal entre as cidades (STEINBERGER, BRUNA; 2001).

3.2 Cidades médias do Nordeste

O processo de urbanização das cidades médias brasileiras tem apresentado, em sua maioria, crescimento relativo superior ao Nordeste. Há um avanço na quantidade de cidades médias da Região Nordeste, não pertencentes às regiões metropolitanas. De acordo com a tabela 02, em 1991 a região possuía 20 cidades médias, passando a 24 em 2000 e atualmente conta com 29 cidades médias. A cada censo a quantidade de cidades médias cresce, conforme consta na tabela 03. Tais cidades têm apresentado crescimento superior ao Nordeste. Algumas cidades como Porto Seguro cresceram consideravelmente, saindo de 34.661 habitantes em 1991, para 126.770 em 2010. Os dados de 2010 permitem constatar que há evolução positiva no crescimento populacional nessas cidades.

A tabela 04 apresenta o contingente populacional das cidades médias, em estudo, do Nordeste, no período dos censos 1991, 2000 e 2010, bem como o crescimento relativo da população nos últimos vinte anos. Além disso, cidades que em 1991 não eram consideradas cidades de médio porte, como por exemplo, o estado da Bahia que passou de 7 cidades médias em 1991 para 11 em 2010. As cidades que mais cresceram, em termos relativos, no período foram Porto Seguro (265%) – passou de 34 mil habitantes para mais de 126 mil, Açailândia (63.5%), Juazeiro (53%), Petrolina (81%), Teixeira de Freitas (61%) e Caruaru (47%). A instalação de indústrias nas cidades médias do Nordeste estabeleceu estruturas produtivas que permitiram o aumento e a diversificação do consumo tendo como consequência o crescimento populacional dessas cidades.

A visualização espacial das cidades médias em cada estado do Nordeste para os anos 1991 e 2010 estão dispostas nas figuras 3 e 4, respectivamente, em que é possível perceber que há uma concentração na parte litorânea da Região.

A Região Nordeste do Brasil possui 29 cidades médias, juntas detinham em 2010 uma população de 5,9 milhões de habitantes e um PIB de R\$ 55,0 bilhões de reais em 2009, como pode ser observado na Tabela 01. Esses centros constituem grandes aglomerações urbanas que se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos ou de conurbações sendo denominado de Área de Concentração de População (ACP). São caracterizadas pelo tamanho e densidade da população,

grau de urbanização e coesão interna da área (deslocamentos da população para trabalho ou estudo).

Tabela 4 - Cidades Médias não metropolitanas do Nordeste: População 1991, 2000 e 2010. Quantidades absolutas e taxa de crescimento

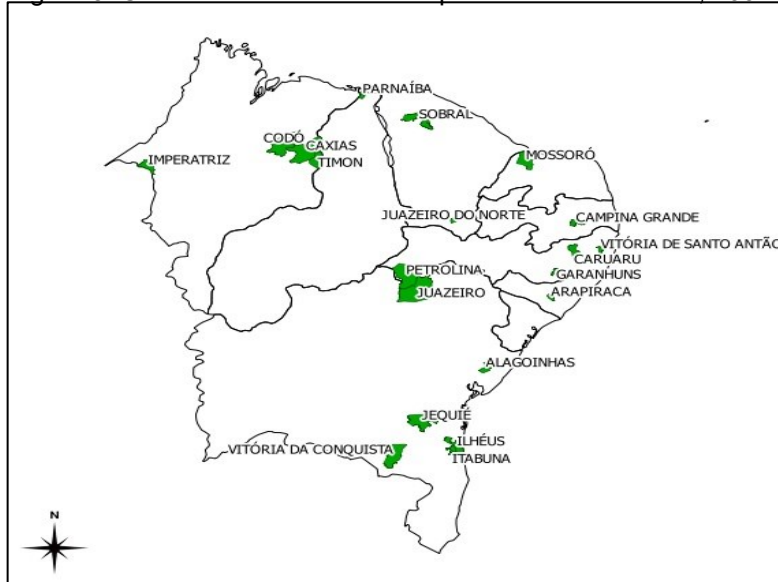
POPULAÇÃO					
UF	Município	1991	2000	2010	2010/1991
RN	Mossoró	192.267	213.841	259.886	35,2
BA	Vitória da Conquista	225.091	262.494	306.374	36,1
BA	Itabuna	185.277	196.675	204.710	10,5
BA	Juazeiro	128.767	174.567	197.984	53,8
BA	Ilhéus	226.885	222.127	184.231	-18,8
BA	Jequié	144.772	147.202	151.921	4,9
BA	Alagoinhas	116.894	130.095	142.160	21,6
BA	Teixeira de Freitas	85.547	107.486	138.491	61,9
BA	Barreiras	92.640	131.849	137.428	48,3
BA	Porto Seguro	34.661	95.721	126.770	265,7
BA	Paulo Afonso	86.619	96.499	108.419	25,2
BA	Eunápolis	70.545	84.120	100.246	42,1
CE	Juazeiro do Norte	173.566	212.133	249.936	44,0
CE	Sobral	127.315	155.276	188.271	47,9
CE	Crato	90.519	104.646	121.462	34,2
CE	Itapipoca	77.922	94.369	116.065	49,0
MA	Imperatriz	225.005	230.566	247.553	10,0
MA	Timon	107.439	129.692	155.396	44,6
MA	Caxias	131.345	139.756	155.202	18,2
MA	Codó	102.903	111.146	118.072	14,7
MA	Açailândia	63.626	88.320	104.013	63,5
PB	Campina Grande	321.904	355.331	385.276	19,7
PB	Patos	81.565	91.761	100.695	23,5
PE	Caruaru	213.697	253.634	314.951	47,4
PE	Petrolina	162.402	218.538	294.081	81,1
PE	Vitória de Santo Antão	106.848	117.609	130.540	22,2
PE	Garanhuns	103.341	117.749	129.392	25,2
PI	Parnaíba	117.266	132.282	145.729	24,3
AL	Arapiraca	164.921	186.466	214.067	29,8

Fonte: Elaboração própria com base nos censos do IBGE: 1991, 2000 e 2010.

Há vários problemas relacionados ao crescimento populacional. Cidades com crescimento da população elevado, como é o caso de Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Petrolina, precisam ter esse crescimento acompanhado de um aumento na quantidade de serviços básicos essenciais à população, como atendimento à saúde, escolas, creches, aumento na quantidade da frota de ônibus.

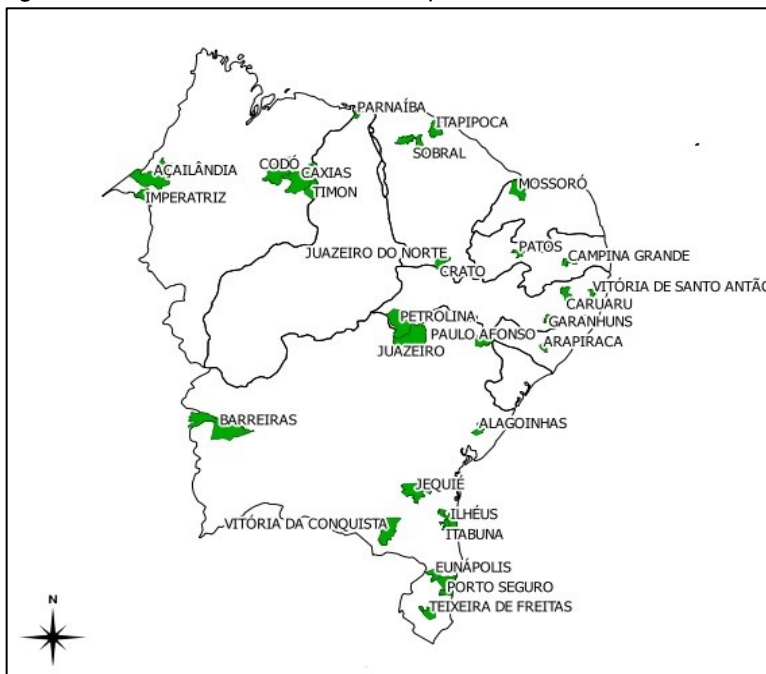
Na verdade o que ocorrerá é uma piora na qualidade de vida, não apenas das pessoas que migraram para essas cidades, mas também na vida daqueles que já residiam no município.

Figura 3: Cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 1991.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

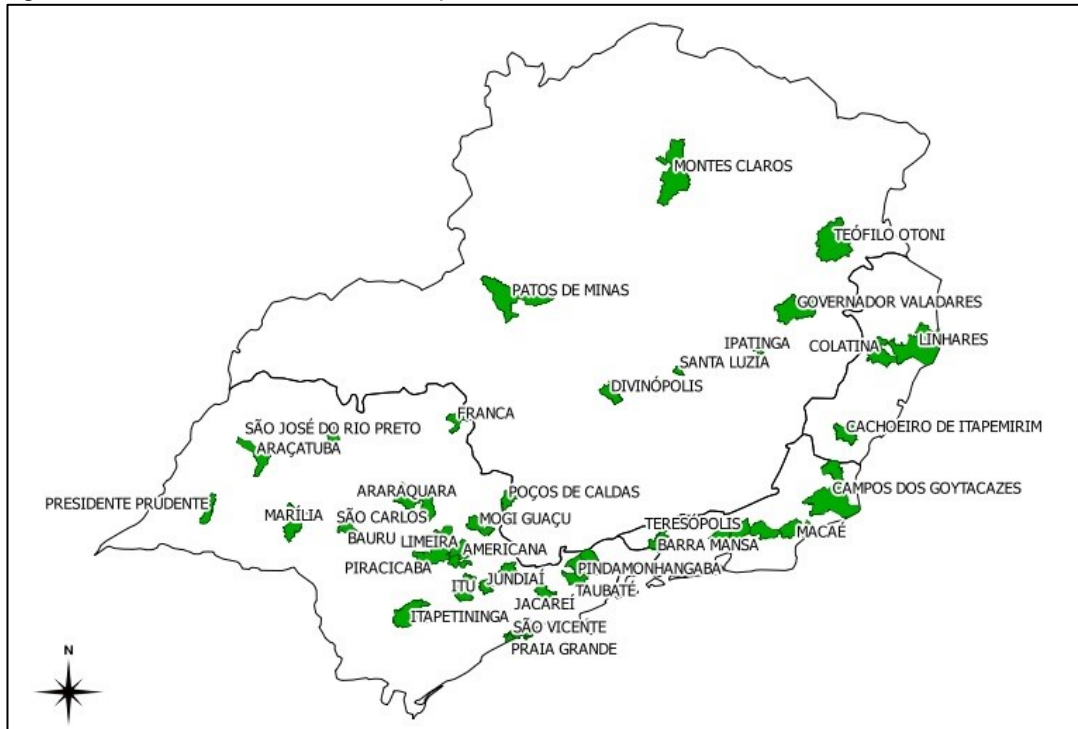
Figura 4: Cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 2010.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

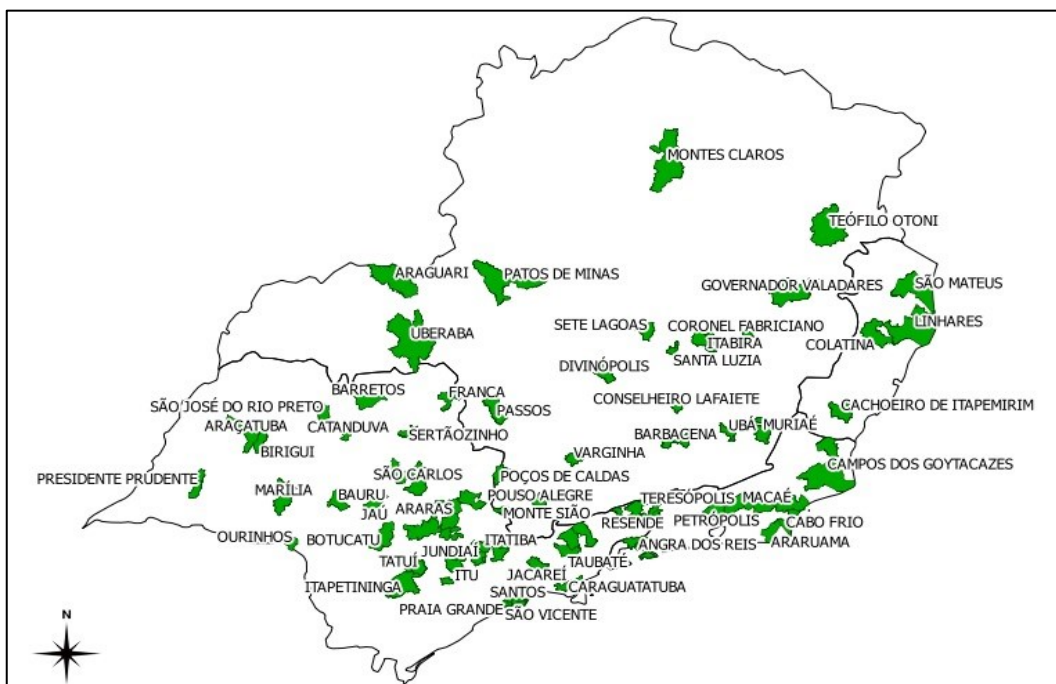
3.3 Cidades Médias do Sudeste

Figura 5: Cidades médias não metropolitanas do Sudeste, 1991.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Figura 5: Cidades médias não metropolitanas do Sudeste, 2010.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

O Sudeste possui 81 cidades médias não metropolitanas, sendo 4 no Espírito Santo, 20 em Minas Gerais, 12 no Rio de Janeiro e 45 no estado de São Paulo. Comparando o crescimento dessas cidades com o total do Sudeste há um crescimento relativo maior nas cidades médias. Os dados mostram que de 2010 em relação a 1991 para as cidades médias do Sudeste a taxa de crescimento foi 36,7% enquanto a Região cresceu cerca de 28%. Ou seja, há um crescimento relativo maior das cidades em pauta.

Nas figuras 5 e 6 estão dispostas as cidades médias não metropolitanas da Região Sudeste do país e sua visualização geográfica. Percebe-se que ocorreu crescimento significativo, principalmente nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

De acordo com a tabela 5, em 1991 o Sudeste contava com 44 cidades médias não metropolitanas, obtendo um crescimento de 84% em 2010. A cidade com maior crescimento relativo está no estado do Rio de Janeiro, Rio das Ostras, que passou de pouco mais de 18 mil, em 1991, para 105 mil habitantes em 2010, ou seja, um incremento populacional de mais de 400%. Esse crescimento, provavelmente, tem a ver com o fato de ser uma cidade promover incentivos municipais para atrair novos empreendimentos pra seu território, além disso, a cidade é receptora de royalties do petróleo, maior fonte de receita do município (PMRO, 2014).

Outra cidade com crescimento significativo, cerca de 146%, foi Cabo Frio também no estado do Rio de Janeiro, tendo como principal atividade industrial a extração mineral, mais voltada para o petróleo, bem como o segmento indústria química.

TABELA 5 - Cidades médias não metropolitanas do Sudeste: População 1991, 2000 e 2010. Quantidades absolutas e taxas de crescimento.

UF	MUNICÍPIO	1991	2000	2010	2010/1991
SP	Santos	417450	417983	419400	0,47
MG	Teófilo Otoni	130017	129424	134745	3,64
RJ	Barra Mansa	163418	170753	177813	8,81
RJ	Nova Friburgo	167081	173418	182082	8,98
MG	Governador Valadares	230524	247131	263689	14,39
RJ	Petrópolis	256673	287318	295917	15,29
RJ	Volta Redonda	221952	242063	257803	16,15
SP	Barretos	95414	103913	112101	17,49
MG	Coronel Fabriciano	87439	97451	103694	18,59
MG	Araguari	91283	101974	109801	20,29
SP	Araçatuba	149616	167627	181579	21,36
SP	Guaratinguetá	91998	104219	112072	21,82
RJ	Campos dos Goytacazes	376496	407118	463731	23,17
SP	Santa Barbara Doeste	145472	170196	180009	23,74
SP	São Vicente	268618	303551	332445	23,76
ES	Colatina	99872	103437	111788	11,93
MG	Muriae	81131	92101	100765	24,20
SP	Catanduva	90779	105847	112820	24,28
SP	Presidente Prudente	165484	189186	207610	25,46
MG	Passos	84622	97211	106290	25,61
MG	Barbacena	99954	114126	126284	26,34
SP	Jundiaí	289269	323397	370126	27,95
MG	Itabira	85606	98322	109783	28,24
SP	Jacareí	163869	191291	211214	28,89
SP	Cubatão	91136	108309	118720	30,27
SP	Araraquara	159528	182471	208662	30,80
SP	Piracicaba	278715	329158	364571	30,80
MG	Conselheiro Lafaiete	89059	102836	116512	30,83
SP	Bauru	261112	316064	343937	31,72
SP	Limeira	207770	249046	276022	32,85
MG	Ipatinga	180069	212496	239468	32,99
SP	Ourinhos	76923	93868	103035	33,95
SP	Marília	161305	197454	216745	34,37
SP	Taubaté	206965	244165	278686	34,65
MG	Patos de Minas	102946	123881	138710	34,74
SP	Votorantim	80728	95925	108809	34,78
SP	Rio Claro	138081	168338	186253	34,89
RJ	Teresópolis	120709	138081	163746	35,65

SP	Araras	87459	104196	118843	35,88
SP	Mogi Guaçu	100792	124228	137245	36,17
SP	Franca	233098	287737	318640	36,70
SP	Americana	153840	182593	210638	36,92
ES	Cachoeiro de Itapemirim	137782	173343	189889	37,82
MG	Poços de Caldas	110123	135627	152435	38,42
SP	Guarujá	209867	264233	290752	38,54
SP	Jau	94116	112104	131040	39,23
ES	Linhares	101299	112617	141306	39,49
MG	Varginha	88022	108998	123081	39,83
SP	São Carlos	158221	192998	221950	40,28
SP	Botucatu	90761	108306	127328	40,29
SP	Sertãozinho	78435	94664	110074	40,34
MG	Divinópolis	151588	184071	213016	40,52
RJ	Resende	84635	104549	119769	41,51
MG	Uberaba	208585	252051	295988	41,90
SP	Itapetininga	101582	125559	144377	42,13
SP	Tatuí	74864	93430	107326	43,36
SP	Itu	107314	135366	154147	43,64
SP	Pindamonhangaba	102063	126026	146995	44,02
SP	Birigui	75125	94300	108728	44,73
MG	Montes Claros	250062	306947	361915	44,73
SP	São Jose do Rio Preto	280559	358257	408258	45,52
ES	São Mateus	74846	90460	109028	45,67
SP	Salto	72333	93159	105516	45,88
SP	Atibaia	86336	111300	126603	46,64
SP	Bragança Paulista	99874	125031	146744	46,93
MG	Santa Luzia	137825	184903	202942	47,25
MG	Sete Lagoas	144014	184871	214152	48,70
MG	Uba	66511	85065	101519	52,63
SP	Várzea Paulista	68921	92800	107089	55,38
SP	Valinhos	67886	82973	106793	57,31
MG	Pouso Alegre	81836	106776	130615	59,61
SP	Itatiba	61645	81197	101471	64,61
RJ	Araruama	59024	82803	112008	89,77
SP	Caraguatatuba	52878	78921	100840	90,70
SP	Sumaré	226871	349246	434003	91,30
RJ	Angra dos Reis	85571	119247	169511	98,09
SP	Indaiatuba	100948	147050	201619	99,73
SP	Praia Grande	123492	193582	262051	112,20
RJ	Macaé	93657	132404	206728	120,73

RJ	Cabo Frio	75696	124719	186227	146,02
RJ	Rio das Ostras	33.845	58571	141023	316,67

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Censos 1991, 2000 e 2010.

Esse crescimento das cidades médias deu-se em função de políticas municipais, com foco em atração de empresas que gerassem emprego e renda, provocando o favorecimento da urbanização das cidades. Pois de acordo com os dados apresentados, o crescimento da população está diretamente relacionado com o crescimento do emprego na Região. A instalação de empreendimentos industriais nas cidades, além de gerar empregos para o setor, proporciona demanda no setor de serviços.

A diversidade dos incentivos para a instalação de empreendimentos é bastante significativa. Dentre os principais incentivos estão a doação de terras seguida da isenção do ISS e do IPTU. Nos anos 2000 os percentuais dos incentivos vinculados ao fornecimento de infraestrutura oscilam entre os anos.

Os incentivos fiscais são fatores importantes para promover o deslocamentos de indústria no país.

4 METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em um método histórico e dedutivo, pois baseia-se em uma fundamentação teórica, partindo do geral para o mais específico.

A classificação utilizada para a definição de cidade média, neste estudo, do ponto de vista do recorte populacional é a mesma definida pelo IBGE, qual seja, municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes. Este intervalo é utilizado ou mencionado por vários autores, como Braga (2001; 2005), Almeida (2003), Andrade e Serra (1998; 2001), Andrade, Santos e Serra (2000), Braga (2004), Lima (2010), ou seja, municípios com aglomerados urbanos entre 100 mil a 500 mil habitantes.

As informações utilizadas são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, disponibilizados pelo Ministério Trabalho e Emprego – MTE. Os dados são referentes ao setor industrial, mais especificamente os seus 15 segmentos. A justificativa para o uso desses dados é devido ao fato de a RAIS ser uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal no Brasil. A escolha dessa base como a principal fonte é em virtude da mesma incluir todos os trabalhadores formais durante o ano, considerando-se o estoque do emprego em 31 de dezembro de cada ano. Nessa base, todas as empresas, tendo ou não movimentação são obrigadas a informar, ao MTE, sua movimentação de funcionários durante o ano. Os aspectos metodológicos abordarão questões como: a) descrição das variáveis a serem utilizadas; b) Quociente de Localização; e c) Matriz de Transição Markoviana.

Do ponto de vista espacial o estudo tem como foco as cidades médias não metropolitanas das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Essas cidades têm sido amplamente trabalhadas por diversos autores, constantes na bibliografia da pesquisa, os quais mostram que ao longo das últimas décadas ocorreu crescimento significativo tanto na quantidade de cidades quanto no contingente populacional. Neste sentido, a pesquisa baseia-se sob a perspectiva do emprego formalizado e do perfil dos trabalhadores.

4.1 Descrição das variáveis

A análise será feita levando-se em consideração o estoque de emprego e o perfil dos trabalhadores, levando em consideração os seguintes atributos: Salário, gênero, escolaridade e idade. Considera-se o estoque de empregos anual, em 31 de dezembro, correspondente a cada ano do período de 1994 a 2013.

Quadro 1 – Subsetores de atividades econômica da Indústria, segundo IBGE (2014).

Descrição
Extrativa mineral
Indústria de produtos minerais não metálicos
Indústria metalúrgica
Indústria mecânica
Indústria do material elétrico e de comunicações
Indústria do material de transporte
Indústria da madeira e do mobiliário
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos
Indústria de calçados
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
Serviços industriais de utilidade pública
Construção civil

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Os dados da RAIS são os mais adequados para a elaboração deste trabalho. Dentre as justificativas para a utilização dessas informações pode-se citar Britto e Albuquerque (2002) *apud* Rezende (2012, p. 43), em que os autores afirmam que esses dados são os melhores para pesquisa acerca do emprego formal no setor industrial em virtude de estar relacionado com: *i*) a localização exata da atividade industrial (município, microrregião, estado etc.); e *ii*) o setor específico da atividade, segundo as variadas classificações – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/CNAE.

A classificação do setor industrial, segundo os subsetores, está disposta no Quadro 1.

4.2 Quociente de Localização (QL)

Vários estudos têm sido feitos com a utilização do índice de localização da indústria no intuito de auxiliar na identificação de aglomerações da atividade econômica. Soares *et al* (2008) analisam o impacto da especialização do setor industrial a nível de microrregiões com a utilização do quociente locacional. Os resultados mostraram que as microrregiões com quociente locacional acima de 2 possuíam um significativo impacto sobre a escala de produção.

Paiva (2006) afirma que há uma ambiguidade quanto ao termo especialização, pois se há especialização de uma determinada atividade, nesta, deveria existir também sua ampliação. “Especializar-se é conquistar competências específicas, o que significa conquistar novos patamares de domínio do geral com vistas à consecução de fins específicos” (PAIVA, 2006, p. 90). O autor mostra ainda a importância do quociente locacional para a comparação do setor produtivo de uma determinada região em relação à macrorregião que está localizada.

Rezende, Campolina e Paixão (2012) verificam a localização da indústria de transformação no Brasil, visando identificar a distribuição das atividades produtivas brasileiras. Para tanto os autores utilizam o QL como um indicador de concentração dos segmentos do setor industrial. De acordo com os autores, no período entre 1994 a 2009 verifica-se uma desconcentração da indústria brasileira, porém, esse fenômeno não ocorreu de forma igualitária pelo território nacional, visto que cada espaço tem seu próprio ritmo para atrair determinadas atividades.

O QL é um índice de especialização, o qual tem sido bastante utilizado em estudos econômicos que versam sobre o desenvolvimento regional (REZENDE, CAMPOLINA e PAIXÃO, 2012; PAIVA, 2006; RAIHER, FERRERA e STADUTO, 2006). O QL mostra a concentração, do ponto de vista relativo, quando comparados com uma determinada base, ou região de referência.

No caso desta pesquisa, as cidades em pauta serão comparadas com suas respectivas regiões Nordeste e Sudeste (regiões de referência). Caso o índice seja maior que 1, pode ser um indicativo de que há um determinado grau de especialização daquela atividade na cidade.

O quociente locacional mostra o comportamento dos segmentos do setor industrial, bem como a atividade mais especializada, no caso desta pesquisa, na cidade. Para visualizar a especialização da indústria no Brasil realizar-se-á o índice

de localização, definido a partir do quociente locacional (QL), o qual é dado a partir da equação:

$$QL = \frac{E_{ij}}{E_j} / \frac{E_{iRR}}{E_{RR}} \quad (01)$$

Em que:

E_{ij} é emprego da indústria i na região j ;

E_j é o emprego total na Região j

E_{iRR} é o emprego do setor i região de referência;

E_{RR} emprego total na região de referência.

Para o presente trabalho, o QL mostra, a participação do emprego em cada segmento do setor industrial nas cidades estudadas, relacionando-as com a suas respectivas regiões de referência (Nordeste e Sudeste). O indicador expõe que quanto maior o índice, mais especializada é a estrutura da produção naquela cidade. Ou seja, quanto aos resultados, nas atividades em que o valor numérico for menor ou igual a 1 (um), a atividade econômica da cidade não possui especialização do emprego no segmento. Contudo, se o valor for superior a 1 (um), a cidade tem uma especialização da atividade, pois está acima da média da região de referência. Portanto quanto maior for o resultado do QL, haverá uma especialização na cidade j no setor i da economia.

Alguns filtros poderão ser necessários visando reduzir problemas na amostra ou nos resultados. A formulação apontada por Rezende, Campolina e Paixão (2012) mostra que tais filtros podem estar relacionados à , por exemplo, determinação de um número mínimo de quantidade de empresas instaladas. É certo que há um considerável nível de desigualdade entre as regiões brasileiras, portanto é possível que determinada quantidade de segmentos apresente um QL acima de um. Mas isso não quer dizer, necessariamente, que naquela Região há uma especialização de determinada atividade.

No caso deste trabalho, não está sendo adotado filtro para quantidade mínima de estabelecimentos, pois caso o fizesse seriam excluídas algumas cidades objeto deste estudo. O QL utilizado será aquele que apresente um valor igual ou superior a um.

4.3 Matriz de Transição Markoviana

A metodologia da Cadeia de Markov consiste em proceder, através de um processo estocástico com estados (níveis) discretos. A propriedade Markoviana é o contexto em que os estados anteriores são relevantes para a predição dos estados seguintes, desde que o estado atual seja conhecido. Este processo de alteração de um estado para outro é denominado de cadeia ou processo de Markov o qual objetiva quantificar e mostrar o movimento da distribuição no tempo em análise (ALENCAR, 2010).

Alencar (2010, p. 431) destaca quatro procedimentos metodológicos os de análise econômica, com a utilização das cadeias de Markov.

- a) Os dados que estão sendo utilizados, na amostra, devem ser acompanhados ao longo do tempo da análise em questão;
- b) Pode-se analisar várias unidades econômicas;
- c) É possível investigar o bem-estar, em suas várias dimensões; e
- d) O estudo com a utilização dessa metodologia é concentrado na comparação do ano inicial com o final.

Pode-se entender uma cadeia de transição de Markov como uma sequência X_1, X_2, X_3 , de variáveis aleatórias. O conjunto de valores que elas podem assumir denomina-se de espaço de estados, no qual X_n denota o estado do processo no tempo n .

Com a finalidade de analisar a mobilidade de mão de obra na Região Norte de Portugal, Torres (2003) utilizou a metodologia das Cadeias de Markov para o período de 1998 a 2000. As variáveis utilizadas na pesquisa foram pessoas empregada, desempregadas e inativas. A pesquisa concluiu que ocorreu menor permanência no emprego para as mulheres, jovens e pessoas com baixo grau de escolaridade, tendo como consequência o aumento na quantidade de pessoas desempregadas.

Buscando mensurar o grau de mobilidade da renda no Brasil, 1995 a 2005, Alencar (2010) mostra que há uma relativa rigidez na estrutura social do Brasil. Baseando-se na metodologia markoviana, os dados mostraram que o maior nível de mobilidade está entre os indivíduos mais jovens, além disso, são os que mais atingem o topo da distribuição. Outra constatação da pesquisa está relacionada ao

nível educacional, pois quanto maior o nível de escolaridade das pessoas, maior a probabilidade de mobilidade para uma melhor condição de renda.

Uma cadeia de Markov é um processo estocástico com suas observações feitas em tempo discreto. De acordo com o modelo, ocorre a partir de um estado inicial a transição de um determinado nível (estado) para o seguinte, baseado em certa probabilidade. Portanto, o processo de Markov estima mudanças ao longo do tempo, onde cada valor da matriz de transição é uma probabilidade de mudar para níveis (estados) superiores (BOLDRINE, *et al*, 1980).

Simon (2004) apresenta como os principais elementos do processo de Markov:

- a) a probabilidade $x^i(n)$ de ocorrer o estado i no n -ésimo período de tempo ou, alternativamente, a fração da população em questão que está no estado i no n -ésimo período de tempo e
- b) as probabilidades de transição t_{ij} ou seja, as probabilidades com que o processo estará no estado i no tempo $n + 1$ se estiver no estado j no tempo n .

$$T = \begin{bmatrix} t_{11} & t_{12} & t_{13} & t_{14} \\ t_{21} & t_{22} & t_{23} & t_{24} \\ t_{31} & t_{32} & t_{33} & t_{34} \\ t_{41} & t_{42} & t_{43} & t_{44} \end{bmatrix} \quad (2)$$

A análise das probabilidades de transição utilizando a metodologia das Cadeias de Markov permite observar a evolução de determinada variável, ou seja, no caso desta pesquisa, mostra o comportamento do emprego industrial no sentido de saber se a região gerou mais empregos ou mesmo se ocorreu a regressão para estados anteriores, buscando capturar o grau de mobilidade do emprego industrial nas cidades médias, objeto desta pesquisa.

A matriz de transição t_{ij} mostra a probabilidade de mudança do estado j em $k+1$, dado que já se encontra para o estado i em uma unidade de tempo (k).

$$p_{ij} = P[X_{k+1} = j | X_k = i], \forall i, j \in S \quad (2)$$

onde, $p_{ij} \geq 0, \forall i, j \in S$ e $\sum_{j=0}^{m-1} P_{ij} = 1$

$$X = \begin{matrix} (0) \\ (1 \times m) \end{matrix} = [x_0^{(0)} x_1^{(0)} \dots x_{m-1}^{(0)}], \text{ em que } \sum_{j=0}^{m-1} P_{ij} = 1 \quad (3)$$

mostra que há possibilidade em observar se determinada região tem probabilidades aumentar seu nível de empregos migrou para níveis superiores, no que se refere a geração de empregos. Um dos objetivos da aplicação dessa metodologia é que ela admite fazer um delineamento acerca do comportamento do mercado de trabalho, buscando descobrir se determinada cidade tem mobilidade, no sentido de aumentar ou diminuir a quantidade de empregos. As cadeias de transição markoviana têm a possibilidade de obter, também, probabilidades de transição em n passos, $P_{(m \times n)}^{(n)}$.

No presente trabalho as cidades médias em estudo foram divididas em quatro estratos, mesma quantidade de cidades, a partir do volume de vínculos formais no setor industrial. Em seguida, procedeu-se na montagem da matriz. Tais estratos foram utilizados para analisar a mobilidade ascendente ou descendente do emprego.

A tabela 06 mostra como a amostra dos dados do emprego foram divididos para as cidades médias em pauta, das regiões Nordeste e Sudeste. Para a divisão dos intervalos foi necessário a junção dos dados, com a divisão das cidades em quantidades iguais.

Tabela 6 – Discriminação dos estratos considerados na amostra

Níveis	Intervalo	Quantidade de Cidades
RANK 1	Entre 0 e 2404	28
RANK 2	Entre 2405 e 5018	28
RANK 3	Entre 5019 e 11153	28
RANK 4	A partir de 11154	28

Fonte: Elaboração Própria, com base na quantidade de cidades e de empregos.

$$P_0 = [p_1 \quad p_2 \quad p_3 \quad p_4]$$

Esse processo resultou em uma matriz de transição para um período. Nesse sentido, em cada elemento da matriz está subentendido que existe uma certa probabilidade de uma cidade aumentar (ou não) a sua quantidade de empregos.

O vetor P_0 mostra a quantidade de cidades ao final do período, ou seja, a quantidade de cidades em cada rank da amostra.

5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS OBTIDOS

O Brasil protagonizou um dos mais rápidos processos de industrialização do mundo, em aproximadamente 50 anos o país concluiu as etapas da industrialização. Essa industrialização apresentou-se concentrada principalmente no Sudeste, desconcentrando-se gradualmente, principalmente de São Paulo, mas mantendo este estado como centro dinâmico da economia, em particular da indústria.

A tabela 7 mostra a participação relativa do emprego industrial no Brasil, nos anos 1995 e 2013.

Tabela 7 – Participação relativa do emprego formal na indústria do Brasil – 1995 e 2013.

SUBSETORES IBGE	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO- OESTE	
	1995	2013	1995	2013	1995	2013	1995	2013	1995	2013
EXT MINERAL	5,7	10,2	18,8	17,0	56,5	58,1	12,9	8,5	6,2	6,2
MIN NAO MET	1,9	5,0	12,2	20,9	61,8	47,8	20,5	19,7	3,6	6,6
IND METALURG	1,1	2,8	4,8	8,2	76,9	62,3	16,0	23,4	1,2	3,4
IND MECANICA	1,8	3,5	1,8	4,8	69,0	59,5	26,8	29,8	0,6	2,3
ELET E COMUM	9,7	14,0	3,9	4,4	71,0	55,9	14,8	24,5	0,5	1,2
MAT TRANSP	1,5	3,8	1,4	5,2	85,1	68,6	11,4	20,9	0,6	1,5
MAD E MOBIL	10,3	6,8	5,9	7,8	33,9	35,1	44,2	43,9	5,6	6,4
PAPEL E GRAF	2,3	2,7	7,4	10,9	67,4	57,2	19,9	23,7	2,9	5,5
BOR FUM COUR	1,7	3,6	6,5	9,4	66,2	55,9	23,8	25,3	1,8	5,8
IND QUIMICA	1,9	2,3	8,3	11,3	72,6	60,1	15,7	18,6	1,6	7,8
IND TEXTIL	0,7	0,8	13,5	17,4	62,6	47,5	21,4	29,8	1,8	4,6
IND CALCADOS	0,0	0,0	7,4	34,5	31,6	27,6	60,5	36,6	0,5	1,2
ALIM E BEB	2,1	4,0	23,9	18,0	46,7	42,8	21,1	24,1	6,3	11,1
SER UTIL PUB	6,2	5,8	19,4	19,2	52,8	50,7	15,9	17,3	5,8	7,0
CONSTR CIVIL	3,1	7,0	15,1	22,4	59,5	48,7	15,0	13,6	7,3	8,2
INDÚSTRIA BR	2,9	4,7	12,2	15,7	60,3	50,9	20,8	22,1	3,8	6,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

O emprego na indústria brasileira em 1995 concentrava-se no Sudeste que respondia por mais de 60% de todos os vínculos formais. Em geral, ao observar os dados do período, constata-se que dos quinze subsectores estabelecidos pelo IBGE para a indústria, o Sudeste empregava mais de 50% em doze atividades. Somente três subsectores, todos tradicionais, de baixo nível de inserção tecnológica e intensivo em mão de obra não eram hegemônicos pelo Sudeste. Os subsectores da indústria da madeira e do mobiliário (33,9%), dos calçados (31,6%) e de produtos

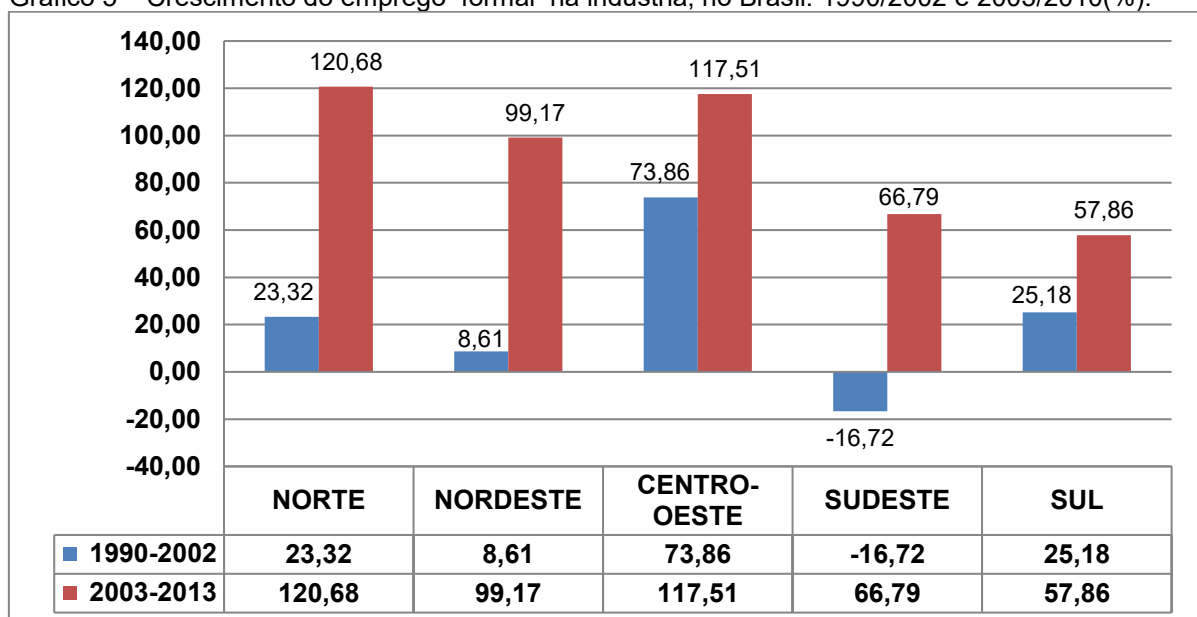
alimentícios, bebidas e álcool (46,7%) foram os únicos que apresentaram uma participação menor no volume de vínculos formais de emprego.

Essa hegemonia na concentração do emprego industrial foi, relativamente, reduzida nos anos seguintes do governo de FHC, especificamente em 2001. Pois, embora o Brasil tenha aumentado em mais de 286 mil os vínculos formais no setor industrial, o referido setor no Sudeste reduziu-se em quase 300 mil vínculos, implicando assim, em uma queda de mais de -9,5% no Sudeste. Esse declínio relativo e absoluto dos postos de trabalho no Sudeste foi compensado pelo crescimento em outras regiões.

Esse declínio relativo e absoluto do estoque de vínculos formais do Sudeste implicou em uma redução no volume de sua participação no total de vínculos do Brasil, que se reduziu de 60,3% para 53,3%. Ao fim do período, o Sudeste ainda detinha maior parte dos vínculos formais indústrias em 12 dos 15 subsetores da indústria. Essa dinâmica pode ser vista no gráfico 2, o qual mostra o desempenho do mercado de trabalho formal nas regiões do Brasil. É notório que no período do Governo Lula, ocorreu aumento do emprego em relação ao Governo anterior.

A exceção da Região Sudeste, todas as demais tiveram aumento da participação relativa no emprego.

Gráfico 5 – Crescimento do emprego formal na indústria, no Brasil: 1990/2002 e 2003/2010(%).



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da RAIS/MTE.

O gráfico 5 mostra o crescimento do emprego no Brasil, por Região, em 2002 quando comparado com 1990 e em 2010 comparando-se com os dados do

que emprego de 2003. O crescimento do emprego industrial nos anos 2000 foi maior do que em 1990, isso mostra que ocorreu recuperação no emprego formal, com aumento na quantidade de postos de trabalhos formais em direção às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, pois não só os estabelecimentos, mas também os empregos formalizados estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul.

Ao comparar o gráfico 5 com a tabela 7 percebe-se que o crescimento apresentado no gráfico corrobora com as informações constantes na tabela, visto que para o período 2003-2013, esse crescimento do emprego regional, no Norte se deu no segmento da extração mineral, madeira e mobiliário, alimentos e bebidas e na construção civil. No caso do Nordeste todas as atividades tiveram incremento do emprego, em especial os segmentos minerais não metálicos, papel e gráfica, as indústrias química, têxtil e de calçados. Para o Centro-Oeste, esse crescimento ocorreu nas indústrias minerais não-metálicos e do papel e gráfica. Já para o Sudeste e Sul ocorreu crescimento (2003-2013) em relação ao período anterior (1990-2002), porém com menores taxas do que as apresentadas para as outras regiões.

Nos anos 1990 a economia brasileira passava por transformações como a abertura comercial, que inviabilizou a geração de empregos, proporcionando a demissão de trabalhadores. Como mostrou Silva (2008) foi um período de intensa transformação brasileira, em função do rápido processo de reestruturação e desnacionalização na indústria brasileira. Além disso, como mostrou Carneiro (2002), a abertura comercial proporcionou um aumento significativo das importações brasileiras, inviabilizando, em parte, a geração interna de novos postos de trabalho, em que não havia maiores preocupação, por parte do Estado.

Entre 2002 e 2003, o aumento no emprego formal foi positivo, mas pequeno. No período do Governo Lula (2003-2010) esse aumento cresceu significativamente. No Brasil, o setor industrial aumentou em mais de 4,1 milhões de empregos e no Sudeste mais de 2,0 milhões. Esse dado já demonstra que as políticas públicas implementadas pelo governo Lula foram para o País e para o Sudeste, do ponto de vista da ampliação dos vínculos formais industriais, superiores que as do período FHC (1995-2002). Mesmo assim, o Sudeste continuou perdendo participação relativa no total do emprego industrial.

Em 2002, o Sudeste respondia por 53,3% e em 2010, 51,7% dos vínculos formais na indústria. Declínio relativo devido ao aumento absoluto dos vínculos já

mencionados. Nesse segundo período o incremento na indústria do Sudeste foi de mais de 56,8% e no Brasil mais de 60,7%. Vale ressaltar, que em 2010 são cinco os subsetores industriais do Sudeste que detêm menos de 50% dos vínculos formais totais do País. Acresceram-se os subsetores têxteis, de vestuário e artefatos de tecido e o da construção civil. Dentre as diversas explicações qualitativas para as perdas do Sudeste destacam-se as questões da terceirização, quarteirização, inserção tecnológica, etc. Mas esse debate foge aos limites desse trabalho, e essas questões também atingem as demais regiões, mesmo que em intensidade diferente.

Situação inversamente ocorreu com o Nordeste. Em 1995, a região respondia por 12,2% dos vínculos formais industriais do País. Nenhum dos subsetores apresentava um quarto ou mais de vínculos totais. O subsetor mais empregador era a tradicional indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico. Poucas foram as mudanças no período FHC.

A participação relativa da região nos vínculos formais totais da indústria aumentou de 12,2% para 13,9%. A grande mudança foi a participação na indústria calçadista que de 7% aumentou para mais de 22%. Esse subsetor, intensivo em mão de obra foi o que mais cresceu devido principalmente a realocização dos empreendimentos do Sudeste para o Nordeste. Em 2010, o subsetor calçadista nordestino já era responsável por um em cada três vínculo formal no subsetor brasileiro.

O total da indústria nordestina alcança 15,8% dos vínculos formais totais da indústria brasileira. Dos subsetores industriais apenas o extrativo mineral e o de produtos alimentícios, bebidas e álcool apresentaram declínio relativo em suas participações no quantum nacional. Os demais 13 subsetores apresentaram crescimento.

A tabela 8 mostra o emprego formal do setor industrial no Brasil. Foi feita a divisão total do emprego regional, bem como sua participação relativa e taxa de crescimento para as macrorregiões, total das regiões metropolitanas e das cidades médias não metropolitanas do Sudeste e do Nordeste do Brasil. De acordo com a tabela, a Região Sudeste possui a maior participação relativa em todos os anos. Porém, essa participação vem declinando ao longo dos anos, pois em 1990 a concentração era de 62,8%, passando para 50,9% em 2013. O contrário ocorre com as demais regiões, pois a participação relativa cresceu ao longo de todo o período com exceção do Sul que perdeu pouco mais de 2 ponto percentuais em 2013 em

relação a 2003.

Tabela 8 – Emprego Formal na indústria do Brasil: Absoluto, relativo e taxa de crescimento: 1990-2013.

	1990		2002		2002/ 1990 (%)	2003		2013		2013/ 2003 (%)
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo		Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	
BRASIL	6877909	-	6749291	-	-1,9	6846284	-	11891353	-	73,7
NO	197043	2,86	242995	3,60	23,3	251508	3,67	555032	4,67	120,7
NE	867611	12,61	942278	13,96	8,6	939746	13,73	1871706	15,74	99,2
CO	199461	2,90	346791	5,14	73,9	357908	5,23	778488	6,55	117,5
SE	4319627	62,80	3597187	53,30	-16,7	3631456	53,04	6056766	50,93	66,8
SU	1294167	18,82	1620040	24,00	25,2	1665666	24,33	2629361	22,11	57,9
RMBR	3986038	57,95	3195488	47,35	-19,8	3185801	46,53	5430624	45,67	70,5
CMNMSE	817083	11,88	802778	11,89	-1,8	818389	11,95	1373552	11,55	67,8
CMNMNE	72329	1,05	131688	1,95	82,1	136058	1,99	265487	2,23	95,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Quanto a participação das regiões metropolitanas brasileiras, no total do emprego industrial no Brasil, a tabela mostra que ocorreu uma redução de 12% em 2013 comparada à sua participação no ano 1990. Observadas as duas taxas de crescimento, em 2002 ocorreu uma queda (-19,8%) na quantidade de empregos gerados, apresentando recuperação no período seguinte (70,5%). Isso mostra que a reestruturação produtiva e os condicionantes já mencionados, transformaram o emprego na indústria e conseqüentemente repercutiu na quantidade de trabalhadores. Nas regiões metropolitanas a perda foi aproximadamente de 750 mil trabalhadores.

A participação das cidades médias não metropolitanas do Sudeste, no total do emprego industrial do Brasil não apresenta alterações, ou seja, fica na média de 11,8 %. Ocorreu uma redução na taxa de crescimento (-1,8%) quando comparados os anos de 2002 em relação a 1990. No que se refere a 2013 em relação a 2003, o crescimento foi de 67%, ou seja, um incremento no total de empregos de aproximadamente.

No que se refere às cidades médias do Nordeste, os resultados são bastante diferentes daqueles apresentados pelo Sudeste. Pois o seu crescimento foi de 81% comparando os anos de 2002 em relação a 1990. Ao comparar os anos 2013 em

relação a 2013, a taxa de crescimento foi de 95%.

Essas informações corroboram com as políticas de incentivo à geração do emprego, bem como as discussões apresentadas sobre as desigualdades regionais e de renda no país. Fazendo com que ocorra preocupações, por parte do Governo, em promover políticas de distribuição de rendas.

5.1 O Quociente de Localização para o Sudeste e Nordeste

A tabela 9 mostra a evolução e a quantidade de atividades com especialização da atividade industrial, do ponto de vista do emprego, no Nordeste para o período de 1995 a 2010. O QL para a tabela 9 foi calculado por estado, levando em consideração a participação relativa do segmento dentro do estado e no total do Nordeste e, depois, feito o somatório de cada segmento, visando identificar a quantidade de atividades com especialização do emprego na Região. Em 1995 os segmentos com maiores aglomerações na Região eram a construção civil, com a Bahia liderando com 42736 empregos formais, e os serviços industriais de utilidade pública, com um total de 8 cada um. Alagoas foi o único estado que apresentou índice inferior a 1. A indústria de alimentos só não apresenta representatividade no Maranhão e no Piauí. Quanto à extração mineral o estado com maior representatividade é o Rio Grande do Norte. Em 2002 a perda ocorreu no estado do Ceará, em termos absolutos foram mais de 300 empregos diretos, provocando uma redução da participação relativa no estado.

Tabela 9 – Evolução da quantidade de atividade especializada na indústria do Nordeste: 1995-2010.

SUBSETORES	NORDESTE							
	1995	2002	Saldo	Evolução	2003	2010	Saldo	Evolução
EXTR MINERAL	5	4	-1	-20,0	5	3	-2	-40,0
MIN NAO MET	7	7	0	0,0	7	7	0	0,0
IND METALURG	1	1	0	0,0	1	0	-1	-100,0
IND MECANICA	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0
ELET E COMUM	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0
MAT TRANSP	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0
MAD E MOBIL	1	1	0	0,0	1	0	-1	-100,0
PAPEL E GRAF	0	1	1	0,0	0	0	0	0,0
BOR FUM COUR	1	0	-1	-100,0	1	0	-1	-100,0
IND QUIMICA	1	1	0	0,0	1	1	0	0,0
IND TEXTIL	5	5	0	0,0	5	3	-2	-40,0
IND CALCADOS	2	3	1	50,0	3	4	1	33,3
ALIM E BEB	7	7	0	0,0	7	2	-5	-71,4
SER UTIL PUB	8	6	-2	-25,0	7	7	0	0,0
CONSTR CIVIL	8	7	-1	-12,5	7	7	0	0,0
TOTAL NE	46	43	-3	-6,5	45	34	-11	-24,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Quanto aos saldos, 2002 em relação a 1995, em números absolutos as maiores perdas ocorreram nos estados mais ricos da região. Pernambuco perdeu 22,3 mil empregos, Bahia 8,5 mil, nesses estados a maior perda de postos de trabalho ocorreu na indústria de alimentos. No Ceará a quantidade de empregos que deixaram de existir foi de 3,7 mil apenas na construção civil.

No que se refere à evolução em alguns segmentos permanecerem inalterados ou com evolução negativa, percebe-se que apenas o Pernambuco teve a sua participação absoluta reduzida e foi o estado que mais sofreu perdas de postos de trabalho. No total de perdas para a Região foi de aproximadamente 50,4 mil empregos apenas no setor industrial. Tais reduções ocorreram em todos os estados do Nordeste e em 13 dos 15 segmentos da indústria, ou seja, os segmentos que não apresentaram perdas foram a indústria de produtos minerais não metálicos e a indústria metalúrgica.

Quanto ao período de 2003 a 2010 a redução no saldo não significa efetivamente que ocorreram perdas absolutas. Pois as perdas foram apenas 799 em todo o Nordeste, nos estados do Maranhão 311(indústria da madeira e do mobiliário), Paraíba na indústria do material elétrico (99) e no material de transporte (3), em Alagoas as perdas se concentraram na indústria da borracha (164) e na indústria têxtil (222). Isso mostra que o emprego no setor industrial do Nordeste no período 2003 a 2010 foi redistribuído nos demais segmentos do setor em todos os estados nordestinos.

A tabela 10 mostra a quantidade de especialização do emprego industrial e sua evolução no Sudeste para o período de 1995 a 2010. Para a elaboração dessa tabela usou-se a mesma metodologia utilizada na tabela anterior.

No período, os segmentos com maiores aglomerações na Região eram a Indústria metalúrgica e a indústria têxtil, com maior concentração relativa no estado de Minas gerais. Diferente do Nordeste, a Região Sudeste apresenta aglomerações em todos os segmentos do setor e com 12 segmentos com saldo zero, enquanto no Nordeste esse quantitativo era de 9. Nesse período a perda de empregos no setor foi num total de 403465 pessoas desempregadas.

Tabela 10 – Evolução da quantidade de atividade especializada na indústria do Sudeste – 1995-2010.

SUBSETORES	SUDESTE							
	1995	2002	Saldo	Evolução %	2003	2010	Saldo	Evolução %
EXTR MINERAL	2	3	1	50,0	3	2	-1	-33,3
MIN NAO MET	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
IND METALURG	4	3	-1	-25,0	3	4	1	33,3
IND MECANICA	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
ELET E COMUM	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
MAT TRANSP	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
MAD E MOBIL	1	1	0	0,0	1	1	0	0,0
PAPEL E GRAF	3	3	0	0,0	3	3	0	0,0
BOR FUM COUR	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
IND QUIMICA	3	3	0	0,0	3	3	0	0,0
IND TEXTIL	4	2	-2	-50,0	2	4	2	100,0
IND CALCADOS	1	1	0	0,0	1	1	0	0,0
ALIM E BEB	1	1	0	0,0	1	1	0	0,0
SER UTIL PUB	3	3	0	0,0	3	3	0	0,0
CONSTR CIVIL	3	3	0	0,0	3	3	0	0,0
INDÚSTRIA SE	35	33	-2	-5,7	33	35	2	6,1

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

No período de 2003 a 2010, diferente do período anterior, apenas duas atividades apresentam redução na quantidade absoluta de empregos, a extração mineral no Espírito Santo e a indústria de material elétrico e de comunicação no Rio de Janeiro. Nos demais segmentos do Sudeste o crescimento absoluto foi significativo. Para o Nordeste o crescimento pode ser visto ao comparar as tabelas 8 e 9, os quais mostram que ocorreu uma diversidade da produção no final do período em análise. Nessa redistribuição das atividades os ganhos foram maiores que as perdas, pois, dos 9 estados da Região as reduções de empregos foram pequenas.

A desconcentração da produção como face da reestruturação produtiva, se caracterizou por ser mais uma realocação industrial do que uma descentralização de capitais. Isso deve-se ao fato de a descentralização do principal centro produtor brasileiro ter ocorrido, em grande parte, dentro do próprio território, ou seja, as indústrias realocaram algumas plantas para cidades do interior, próximas à capital ou à região metropolitana de São Paulo. Tal afirmação é ratificada por Caiado (2002), em que o autor mostra a seletividade espacial da desconcentração, inviabilizando a uma reversão das desigualdades regionais.

A continuidade foi feita com as privatizações, bem como a redução nos gastos governamentais (CAIADO, 2002), ocorrendo, então, uma desconcentração bastante seletiva no que se refere ao espaço e, do ponto de vista setorial, sem possibilidade de reversão das desigualdades e da heterogeneidade existente no território brasileiro

Portanto, percebe-se que, de acordo com as tabelas, há um diferencial de indústrias instaladas em cada uma das regiões. No Sudeste são aquelas mais intensivas em capitais como é o caso da indústria metalúrgica, bem como a de material elétrico e de comunicações. Na Região Nordeste localiza-se as indústrias que necessitam de uma maior quantidade de mão de obra, como é o caso do segmento da indústria têxtil e a de alimentos e bebidas.

O Nordeste pouco ganhou com esse processo de realocação industrial no período de governo FHC (1995-2002). O ganho foi concentrado nos principais estados da região, além de vincular-se muito mais a setores tradicionais e intensivos em trabalho, em particular a indústria calçadista (PEREIRA, 2008). Mas isso tem sido uma constatação não apenas no Brasil, afinal Leborgne e Lipietz (1994) já avisavam que nem todas as regiões ganham em países que ganham, e algumas regiões ganham nos países que perdem. Nesse contexto, Pereira (2008) afirma ainda que as regiões que tendem a ganhar são regiões urbanas, no caso do Nordeste, as ganhadoras foram às cidades médias e as que estavam próximas às regiões metropolitanas, em que as cidades médias não metropolitanas do Nordeste tiveram crescimento superior às do Sudeste.

É necessário lembrar que os ganhos são essencialmente em empregos, empresas e produção. Outros ganhos existem, mas são limitados principalmente pelas perdas impostas ao município, ao Estado, ao meio ambiente, à fiscalidade e ao país em geral. As perdas relacionam-se às externalidades negativas, às deseconomias de aglomeração, como, por exemplo, à poluição, à renúncia fiscal, ao aumento dos preços, e às pressões sobre a infraestrutura. Em geral, o Nordeste beneficiou-se muito mais com a desconcentração industrial, ocorrida nos anos 1970 e 1985, do que a desconcentração recente (CANO, 2007).

5.2 Dinâmica do emprego formal industrial nas cidades médias do NE e SE

O crescimento das cidades médias ocorreu principalmente a partir da década de 1990. Segundo Carvalho (2008), nessa época, em meio a uma fase marcada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento industrial, com o esvaziamento da instituição coordenadora do planejamento regional (SUDENE), os maiores estados nordestinos, como Bahia, Ceará e Pernambuco iniciou uma estratégia de concessão de incentivos, a conhecida “guerra fiscal”.

As políticas de atração de indústrias, por meio da renúncia dos tributos, logo depois seriam adotadas pelos demais estados brasileiros. A iniciativa coincidiu com um período no qual as indústrias do Sul e do Sudeste buscavam resolver problemas de deseconomias de aglomeração nos grandes centros, saindo de espaços saturados para reduzir os custos de produção em outras regiões. Muitas empresas intensivas em mão de obra, como as das indústrias têxteis e de calçados, deslocaram-se para o Nordeste, aproveitando os salários mais baixos. Essa estratégia, combinada à proximidade de fontes de matéria-prima, infraestrutura local e desenvolvimento de novos mercados, foi o fato positivo numa década de dificuldades para a economia nordestina (CARVALHO, 2008).

A dinâmica do mercado de trabalho relaciona-se com o contingente populacional e em que medida esta população está economicamente ativa, ou seja, é a taxa de atividade, caracterizada pela percentagem das pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade. A força de trabalho é a população economicamente ativa (PEA) que é constituída pela população ocupada e desocupada (IPEA, 2012). No entanto, utilizou-se neste trabalho a população total e não a PEA. Constam na população total todas as pessoas de uma localidade, ou seja, incluem crianças (abaixo de 10 anos) e idosos (acima de 65 anos) que se encontram fora da idade ativa para o trabalho e por isso não devem possuir emprego formal.

O quadro 1, no anexo, mostra um índice, criado pela divisão do total do emprego industrial pelo total da população das cidades. Tal índice informa que quanto mais próximo de 1, mais ocupada, ou mais precisamente, empregada formalmente estará a população. Tal quadro apresenta o total da população e do emprego formal nas cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e

Sudeste. Nele, apresenta o grau de empregabilidade na indústria das cidades médias do Nordeste e Sudeste. Quanto mais próximo de 1, maior é a proporção de pessoas empregadas no setor. A classificação foi feita em ordem decrescente com base no ano de 2010.

Os menores índices estão concentrados na Região Nordeste. Algumas cidades não tiveram variações de grande relevância, do ponto de vista do índice. O processo de desconcentração beneficiou em parte outras regiões, estados e municípios. Destes últimos, os mais beneficiados foram as capitais e as grandes e médias cidades. No que concerne às médias cidades, elas apresentam maior grau de emprego formal, concentram-se majoritariamente em São Paulo. Das cidades com grau de industrialização acima de 0,10, São Paulo possui 26.

As cidades do Nordeste apresentam-se com elevado grau, maior relativamente que os graus de crescimento das cidades do Sudeste. Mesmo assim, a cidade com maior grau de industrialização, quanto à relação número de pessoas empregadas formalmente na indústria dividido pela população urbana, foi Sobral no Ceará, que até o início dos anos 1990 apresentava industrialização incipiente e características eminentemente agrícolas. Esse fato se deve aos abruptos investimentos realizados pelo setor calçadista, em particular a indústria Grendene que gerou elevado volume de empregos diretos e indiretos.

5.3 Apresentação do QL para as cidades médias do Sudeste

A tabela 11 mostra a quantidades de especialização produtiva por cidade do Sudeste brasileiro, nos anos 1990 a 2013, anos escolhidos. São 81 cidades médias não metropolitanas na Região.

De acordo com a tabela 11 em 1990 para o total das cidades médias na Região Sudeste constava 342 atividades e, em 2013 esse total passou para 402. Ou seja, um crescimento relativo de 14% no período. Algumas cidades merecem destaque, pela importância absoluta e relativa na geração de emprego. Dentre elas podemos citar:

Tabela11 – Cidades médias do Sudeste com especialização produtiva, 1990 a 2013. Anos escolhidos.

CMNM	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2013
ES-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3	4	4	4	6	5	3
ES-COLATINA	5	6	5	6	6	7	6
ES-LINHARES	2	2	3	4	6	7	7
ES-SAO MATEUS	2	3	3	2	1	2	2
SP-AMERICANA	3	4	3	4	6	6	6
SP-ARACATUBA	5	6	6	6	6	6	5
SP-ARARAQUARA	3	5	4	4	3	4	4
SP-ARARAS	6	5	8	9	8	7	6
SP-ATIBAIA	8	7	5	7	7	9	7
SP-BARRETOS	1	2	4	3	4	3	3
SP-BAURU	2	4	5	4	5	4	2
SP-BIRIGUI	4	2	3	6	6	5	6
SP-BOTUCATU	4	5	2	3	5	3	4
SP-BRAGANCA PAULISTA	9	11	6	11	9	9	10
SP-CARAGUATUBA	3	3	2	2	2	3	1
SP-CATANDUVA	3	3	3	3	5	5	5
SP-CUBATAO	5	3	4	3	4	5	3
SP-FRANCA	2	2	3	2	3	3	4
SP-GUARATINGUETA	1	3	2	6	4	5	6
SP-GUARUJA	2	2	1	0	1	0	2
SP-INDAIATUBA	7	8	8	9	8	11	9
SP-ITAPETININGA	5	5	4	5	6	6	7
SP-ITATIBA	5	6	6	8	8	9	8
SP-ITU	10	5	7	10	8	9	9
SP-JACAREI	12	9	12	12	10	11	11
SP-JAU	4	4	5	6	5	4	5
SP-JUNDIAI	9	10	7	9	8	8	8
SP-LIMEIRA	7	7	8	9	9	9	9
SP-MARILIA	2	4	3	4	4	3	2
SP-MOGI DAS CRUZES	7	7	6	7	8	8	8
SP-OURINHOS	4	3	5	4	5	5	6
SP-PINDAMONHANGABA	4	4	3	3	3	6	4
SP-PIRACICABA	5	6	5	8	6	7	9
SP-PRAIA GRANDE	2	2	1	2	2	1	1
SP-PRESIDENTE PRUDENTE	4	6	4	6	4	4	4
SP-RIO CLARO	7	9	10	11	8	8	8
SP-SALTO	8	8	9	11	11	10	11
SP-SANTA BARBARA D OESTE	5	4	5	8	8	8	8
SP-SANTOS	1	1	0	0	0	0	0
SP-SAO CARLOS	4	5	3	6	6	6	6
SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	4	5	3	4	4	5	6
SP-SAO VICENTE	2	1	0	2	2	2	1
SP-SERTAOZINHO	2	3	4	4	4	4	4
SP-SUMARE	8	7	8	8	7	5	5
SP-TATUI	3	6	5	6	8	5	6
SP-TAUBATE	4	4	3	3	4	5	6
SP-VALINHOS	8	7	8	8	8	9	7
SP-VARZEA PAULISTA	9	9	8	9	9	10	10
SP-VOTORANTIM	7	7	7	7	6	7	7
RJ-ANGRA DOS REIS	3	3	1	2	4	3	3
RJ-ARARUAMA	4	3	4	4	4	3	3
RJ-BARRA MANSA	3	3	1	3	3	2	2
RJ-CABO FRIO	2	2	2	3	2	1	1
RJ-CAMPOS DOS GOYTACAZES	4	2	2	4	4	3	3
RJ-MACAE	4	4	1	4	4	4	4
RJ-NOVA FRIBURGO	4	5	4	3	3	3	3
RJ-PETROPOLIS	6	5	4	5	5	5	6
RJ-RESENDE	5	5	5	5	4	6	5
RJ-RIO DAS OSTRAS	0	0	0	2	2	4	3
RJ-TERESOPOLIS	4	3	2	2	2	5	4
RJ-VOLTA REDONDA	2	2	3	3	3	2	4

MG-ARAGUARI	3	5	3	5	4	6	6
MG-BARBACENA	2	3	2	2	2	2	1
MG-CONSELHEIRO LAFAIETE	4	2	4	3	2	2	3
MG-CORONEL FABRICIANO	0	2	1	2	3	3	3
MG-DIVINOPOLIS	4	5	3	5	5	4	4
MG-GOVERNADOR VALADARES	7	4	4	6	7	4	5
MG-IPATINGA	2	3	3	3	2	2	2
MG-ITABIRA	2	2	4	5	4	3	4
MG-MONTE SIAO	2	2	2	2	2	2	2
MG-MURIAE	3	3	2	3	4	4	4
MG-PASSOS	1	2	5	4	3	4	4
MG-PATOS DE MINAS	5	5	4	5	5	5	5
MG-POCOS DE CALDAS	7	8	7	8	8	7	7
MG-POUSO ALEGRE	4	6	5	5	6	6	5
MG-SANTA LUZIA	5	6	8	8	9	7	8
MG-SETE LAGOAS	5	6	6	7	6	6	7
MG-TEOFILO OTONI	1	2	1	4	3	2	1
MG-UBA	4	6	5	5	2	2	3
MG-UBERABA	5	5	6	7	5	7	5
MG-VARGINHA	3	4	3	6	5	5	5
TOTAL	342	362	340	413	403	407	402

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

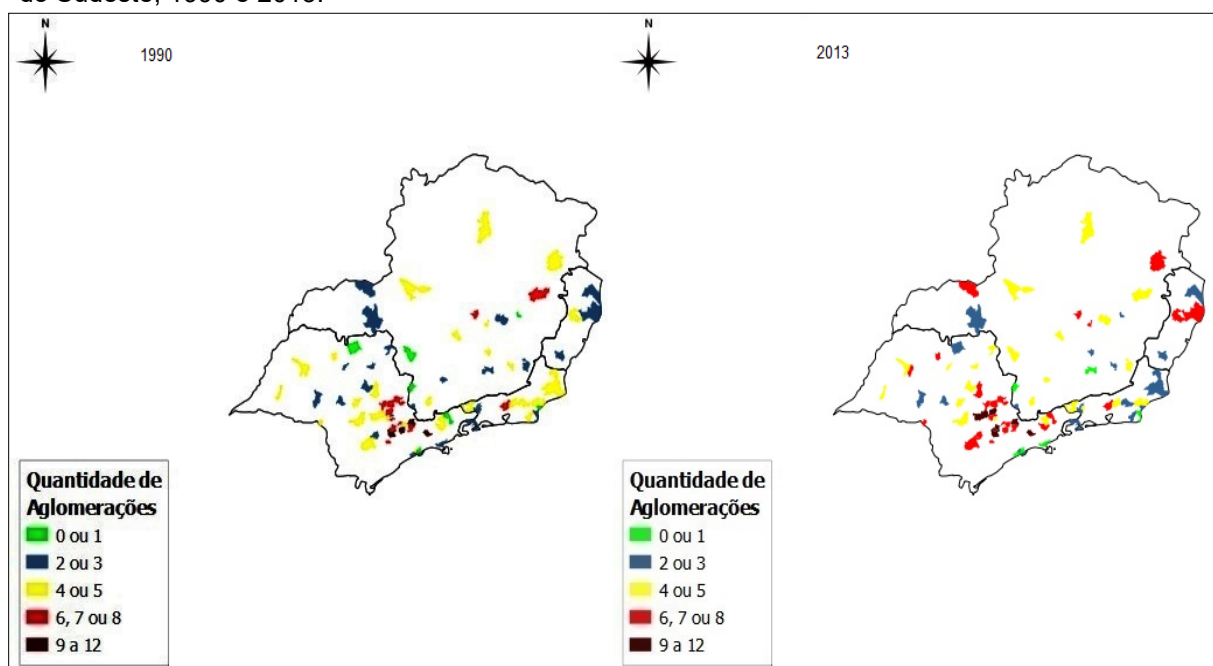
Itu, em 1990 apresentava quase 60% do emprego concentrado nas atividades da indústria minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, elétrica e transporte. Já os dados de 2013 mostram que esse percentual é, aproximadamente, 38%, demonstrando que ocorreu perda relativa do emprego nos segmentos minerais não metálicos, material de transporte, e as indústrias química, têxtil e calçados. Contudo, a indústria de material elétrico foi o segmento que mais gerou novos postos de trabalho no final do período. Apesar das perdas de alguns postos de trabalhos nos segmentos já mencionados, o setor industrial teve um incremento de 30% na quantidade de empregos, demonstrando que enquanto algumas atividades perdem participação, em contrapartida, outras abrem novas vagas de emprego. Alguns benefícios fiscais foram concedidos para atrair novas indústrias para a cidade, inclusive a instalação de um parque industrial (ITU, 2014).

Jundiaí, em 1990 apresentava cerca de 54% do emprego total no setor industrial. Em 2013 esse percentual reduz para 32% em 2013. A cidade possui parque industrial e o segmento que mais emprega é a indústria química. A cidade tradicionalmente ao longo do período é especializada nos segmentos da indústria de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, elétrica, transporte e na indústria química. Comparando o censo de 1991 com o de 2010 a cidade recebeu um incremento populacional de mais de 80 mil habitantes.

Em números absolutos na geração de empregos algumas cidades merecem destaque: em São Paulo: Americana, Araraquara, Franca, Indaiatuba e Piracicaba. No Rio de Janeiro, Macaé é a cidade que mais gera emprego absoluto no setor industrial.

Em todos os anos escolhidos, tabela 12, as cidades do estado de São Paulo concentram mais de 64% de todas as especializações existentes no conjunto das cidades escolhidas do Sudeste.

Figura 7 - Distribuição das aglomerações do setor industrial nas cidades médias não metropolitanas do Sudeste, 1990 e 2013.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

As figuras 7 e 8 mostram os dados dispostos na tabela 12. Essas figuras permitem uma visualização dos anos 1990 e 2013, das cidades que concentravam determinadas especializações produtivas nas cidades médias não metropolitanas (CMNM) do Sudeste.

Em Minas Gerais algumas cidades aumentaram a concentração de aglomerações como é o caso de Araguari, Teófilo Otoni, Santa Luzia e Sete Lagoas. No Espírito Santo a cidade que aumentou a sua concentração foi Linhares. Os investimentos em infraestrutura tornaram a cidade em um dos maiores polos de desenvolvimento econômico do estado. A instalação da fábrica Weg motores, gerou mais de mil empregos diretos. Além disso, instalou-se na cidade as indústrias Brandão Metalúrgica S/A (Brametal), a Perfilados Rio Doce e a Indústria

de Sucos Mais (PMLINHARES, 2015).Do total, 10 cidades perderam atividades produtivas no estado de São Paulo,

Tabela 12 – Aglomerações por segmentos da indústria nas CMNM do Sudeste, 1990 – 2013.

Subsetores - IBGE	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2013
EXTR MINERAL	17	21	17	14	12	14	11
MIN NAO MET	31	28	25	30	30	33	36
IND METALURG	25	29	26	29	34	39	38
IND MECANICA	24	26	22	33	38	32	33
ELET E COMUM	12	15	19	26	24	31	34
MAT TRANSP	13	15	15	19	17	20	24
MAD E MOBIL	31	30	33	31	32	27	27
PAPEL E GRAF	23	20	21	29	26	27	27
BOR FUM COUR	21	19	23	28	30	24	28
IND QUIMICA	20	23	22	27	32	28	28
IND TEXTIL	29	31	28	33	31	30	27
IND CALCADOS	15	14	10	9	10	10	9
ALIM E BEB	36	42	36	39	38	42	39
SER UTIL PUB	20	28	29	35	32	29	29
CONSTR CIVIL	24	32	23	35	27	34	27

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

A tabela 12 mostra que Há uma diversificação da produção para o conjunto das cidades médias do Sudeste. Essa é a mesma tendência da Região como um todo, em que há uma diversificação produtiva não apenas nas indústrias intensivas em capital, mas também naquelas que necessitam de um maior contingente de pessoas, como é o caso da indústria metalúrgica, mecânica, têxtil e alimentos e bebidas.

Desse total, em 1990, existiam 341 especializações da produção no conjunto das cidades médias. As cidades paulistas concentravam mais de 61% das aglomerações produtivas do Sudeste, seguido pelas cidades de Minas Gerais (23%) e Rio de Janeiro (12%). As cidades do Espírito Santo somavam pouco mais de 3% no total das especializações das cidades do Sudeste.

Em 2013, aumentou para 417 a quantidade de aglomerações para o conjunto das cidades médias do Sudeste. Ou seja, algumas cidades aumentaram a sua diversificação produtiva, principalmente no estado paulista. O segmento que mais se redistribuiu nas cidades de São Paulo foi o da indústria de material elétrico, que em 1990, apresentava 11 cidades com importância nessa atividade, e em 2013 contava com 27 cidades, constatando o aumento da participação dessa atividade.

A Região Sudeste, principalmente o estado de São Paulo, historicamente foi favorecida com o surgimento de indústrias, sobretudo em função da atividade cafeeira, especialmente a partir da primeira década do século XX, sendo o setor industrial o responsável pela migração populacional em direção ao estado paulista. São Paulo demonstrava uma grande capacidade de criar uma estrutura industrial, porém, de maneira extremamente concentrada como mostrou Guimarães Neto (1986).

O setor industrial das cidades médias não metropolitanas da Região Sudeste, também segue a mesma tendência de concentração do estado paulista, ou seja, as cidades médias de São Paulo são as que mais concentram atividades produtivas de toda a Região. O pior estado é o Espírito Santo, pois em 2013 alguns segmentos tiveram QL zero.

Essas informações corroboram com o que Diniz (1993) fala sobre o padrão locacional da indústria em que a desconcentração ocorria, porém para áreas pré-selecionadas, em direção às cidades do interior de São Paulo.

5.4 Apresentação do QL para as cidades médias do Nordeste

A tabela 13 mostra as aglomerações por cidades para os segmentos do setor industrial, no total das cidades médias não metropolitanas do Nordeste, nos anos 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2013. No Nordeste são 29 cidades médias não metropolitanas.

Em 1990 para o total das cidades médias na Região Nordeste constava 107 aglomerações industriais e, em 2013 esse total passa para 128. Ou seja, um crescimento relativo de, aproximadamente, 20% no período. Algumas cidades merecem destaque, pela importância absoluta e relativa na geração de emprego.

Do ponto de vista da geração de emprego em quantidade absoluta a maior expressividade está na Bahia com a indústria de alimentos na cidade de Juazeiro, seguido dos serviços industriais de utilidade pública e a construção civil. No estado do Ceará, Maracanaú se destaca na indústria têxtil e de alimentos.

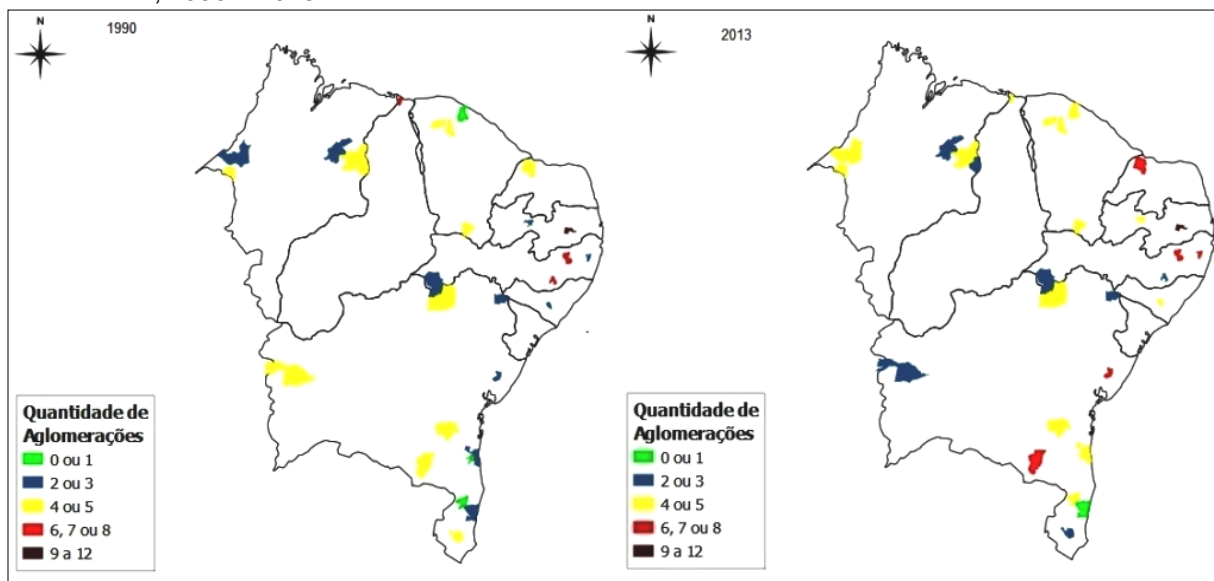
Tabela 13 – Cidades médias do Nordeste com especialização produtiva, 1990 a 2013. Anos escolhidos.

CMNM	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2013
AL-ARAPIRACA	3	2	5	5	5	5	5
BA-ALAGOINHAS	3	5	6	5	4	4	7
BA-BARREIRAS	4	6	4	2	1	2	3
BA-EUNAPOLIS	0	0	2	3	5	4	5
BA-ILHEUS	2	2	2	4	3	3	4
BA-ITABUNA	1	1	3	3	3	3	4
BA-JEQUIE	4	4	5	6	5	5	5
BA-JUAZEIRO	4	4	5	5	3	3	4
BA-PAULO AFONSO	2	1	2	3	4	2	2
BA-PORTO SEGURO	3	2	1	0	0	1	0
BA-TEIXEIRA DE FREITAS	5	3	5	6	3	4	2
BA-VITORIA DA CONQUISTA	5	4	8	5	7	6	7
CE-CRATO	4	6	7	5	6	5	4
CE-ITAPIPOCA	0	1	2	3	3	2	4
CE-JUAZEIRO DO NORTE	4	4	7	8	5	5	4
CE-SOBRAL	4	4	5	5	6	3	4
MA-ACAILANDIA	2	3	2	6	4	4	4
MA-CAXIAS	4	4	5	4	3	5	5
MA-CODO	3	3	5	4	5	3	3
MA-IMPERATRIZ	4	4	5	5	5	4	4
MA-TIMON	4	3	4	5	3	4	3
PB-CAMPINA GRANDE	11	10	11	12	10	10	10
PB-PATOS	3	4	6	9	8	5	5
PE-CARUARU	6	7	4	5	5	5	6
PE-GARANHUNS	6	6	6	6	2	2	3
PE-PETROLINA	3	4	3	1	2	2	2
PE-VITORIA DE SANTO ANTAO	3	4	3	3	2	5	6
PI-PARNAIBA	6	4	7	5	5	4	5
RN-MOSSORO	4	6	9	9	9	9	8
TOTAL NORDESTE	117	123	149	153	138	130	139

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

A crise do início da década de 1990 provocou oscilações na quantidade de empregos no setor industrial. A partir do ano de 1998, esses municípios passaram a promover incentivos fiscais com finalidade de atração de novos investimentos. Os municípios que utilizaram a política de incentivos conseguiram instalar indústria em seu território e conseqüente geração de emprego para a população. No Nordeste uma das cidades, Eunápolis não tinha empregos na indústria em 1994. Porém em 2013 a cidade apresenta emprego em todos os segmentos do setor.

Figura 8 - Distribuição das aglomerações do setor industrial nas cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 1990 e 2013.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Os dados da tabela 13 estão dispostos nas figuras 9 e 10. Percebe-se que apesar de a região apresentar uma quantidade de aglomerações inferior ao Sudeste, ocorreu aumento na quantidade de cidades com aglomerações no setor industrial.

Mossoró foi uma das cidades que aumentou a quantidade de aglomeração industrial em seu território. A principal atividade da cidade é a extração mineral, principalmente o petróleo. Ademais a quantidade de segmentos com índice superior a um, ou seja, a maior participação relativa de empregos industriais ocorreu nos segmentos da indústria: mecânica; papel, papelão, editorial e gráfica; borracha, fumo, couros, peles; e, a construção civil.

Outra cidade que se destacou foi Vitória da Conquista, na Bahia. Em alguns segmentos ocorreu crescimento significativo na quantidade de especializações. A indústria de alimentos em 1990 contava com 307 funcionários, passando para mais de 2000 em 2013. Além desse segmento, a indústria calçadista passou de pouco mais de 20 trabalhadores para mais 1600 empregos diretos nessa atividade.

Tabela 14 – Aglomerações por segmentos na indústria das CMNM do Nordeste , 1990 – 2013.

SUBSETORES	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2013
EXTR MINERAL	8	9	7	6	5	4	5
MIN NAO MET	17	15	15	18	17	17	15
IND METALURG	5	7	10	9	8	9	8
IND MECANICA	6	6	9	8	7	8	12
ELET E COMUM	2	2	2	3	3	5	4
MAT TRANSP	6	7	11	6	4	4	3
MAD E MOBIL	18	13	14	18	12	14	12
PAPEL E GRAF	2	5	7	11	9	11	12
BOR FUM COUR	14	17	18	15	17	13	14
IND QUIMICA	7	10	12	15	11	10	8
IND TEXTIL	5	5	4	6	7	6	5
IND CALCADOS	7	5	7	8	9	8	9
ALIM E BEB	7	10	9	11	9	14	15
SER UTIL PUB	7	11	12	10	11	9	8
CONSTR CIVIL	4	1	10	8	9	8	9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Em 1990 para o total de aglomerações no conjunto das cidades da Região Nordeste constava 117 aglomerações industriais e, em 2013 esse total passa para 139, do ponto de vista dos segmentos do setor industrial, ou seja, um crescimento de 21% na especialização das cidades médias do Nordeste.

As atividades que mais apresentaram dinâmicas foram as indústrias de minerais não metálico, madeira e mobiliário e a indústria da borracha.

Na Bahia, em 1990, as cidades de Ilhéus, Itabuna, Eunápolis e Paulo Afonso apresentavam-se com inexpressiva participação no total do emprego industrial do Nordeste. Em contrapartida, em 2013 a cidade de Eunápolis apresentava-se com participação no emprego em todas as atividades do setor industrial com maior expressividade nos segmentos: produtos minerais não-metálicos; madeira e mobiliário; e borracha e fumo. Do ponto de vista da geração de emprego em quantidade absoluta a maior expressividade está na indústria de alimentos na cidade de Juazeiro, seguido dos serviços industriais de utilidade pública e a construção civil.

No Ceará, a cidade de Itapipoca não apresentava participação na especialização regional no início do período. No caso da indústria calçadista não apresentava emprego em 1990, porém em 2013 o segmento contava com aproximadamente 1400 pessoas empregadas na atividade.

No caso do estado pernambucano a cidade de Garanhuns, em 1990, apresentava seis segmentos com importância na geração de empregos. No final do

período além de Garanhuns, a cidade de Vitória da Conquista ganhou destaque, principalmente na indústria química.

No estado maranhense, os segmentos que mais se destacaram foram: indústria mecânica; papel e gráfica e; a construção civil. A cidade de Maracanaú se destaca na indústria têxtil e de alimentos.

5.5 Análise da Matriz de Transição Markoviana

Para a elaboração da tabela 19, levou-se em consideração a metodologia proposta, ou seja, o conjunto das cidades em pauta. No rank 1 estão as cidades que em 1990 encontravam-se em um intervalo de emprego entre 0 e 2404. Entre 2405 e 5018 é o intervalo com cidades do rank 2. Para o rank 3 estão as cidades entre 5019 e 11153 empregos. E no rank 4 as cidades com empregos acima de 11154.

Através dos dados do emprego formal industrial nas cidades médias das duas regiões, constata-se que a região Sudeste concentrava a maior parte das cidades em análise, como também as de maior grau de industrialização. Além disso, a matriz de transição Markoviana mostra que as probabilidades de crescimento mais acentuado se dão naquelas cidades com maior volume populacional e de empregos, ou seja, quanto maior for o volume de emprego, tendenciosamente maior serão suas chances de continuar crescendo. Isso ocorre em função de as maiores cidades terem maior poder de atração de investimentos e de pessoas. Esse é o caso das cidades médias, as quais se destacam em relação aos pequenos municípios. As cidades de menor volume de emprego terão maior dificuldade ou menor probabilidade de continuar o crescimento. A tabela 19 mostra isso. A probabilidade de superar seus ranks imediatos para superiores são maiores para as cidades de com maior volume de empregos.

Tabela 15 – Probabilidade de transição entre os estados (ranks) – cidades médias não metropolitanas: NE e SE – 2010/1991.

	RANK 1	RANK 2	RANK 3	RANK 4
RANK 1	0,14	0,79	0,07	0,00
RANK 2	0,00	0,00	0,89	0,11
RANK 3	0,00	0,00	0,00	1,00
RANK 4	0,0	0,0	0,0	1,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

A tabela 20 mostra as cidades das duas regiões que pertencem ao rank 1.

Tabela 16 – cidades que pertencem ao rank 1.

UF	CIDADE	UF	CIDADE	UF	CIDADE	UF	CIDADE
BA	Eunápolis	SP	Caraguatatuba	PI	Parnaíba	BA	Itabuna
CE	Itapipoca	BA	Teix. de Freitas	MG	Cons. Lafaiete	BA	Vit. da Conquista
RJ	Rio das Ostras	MA	Caxias	CE	Crato	PE	Vit. de S. Antão
BA	P. Seguro	MG	C. Fabriciano	ES	São Mateus	MG	Muriaé
MA	Timon	RJ	Araruama	MG	Teófilo Otoni	BA	Jequié
MA	Codó	BA	Alagoinhas	MA	Açailândia	SP	São Vicente
PB	Patos	BA	Barreiras	PE	Garanhuns	SP	Praia Grande

Fonte: Elaboração própria com base nos estados da matriz de Markov.

Nas cidades com níveis de emprego entre 0 e 2404 (Rank 1), a probabilidade de elas permanecerem neste mesmo nível é de aproximadamente 14%. A tendência de que essas cidades migrem para os níveis entre 2405 e 5018 (Rank 2) é de, aproximadamente, 79%. Nula a probabilidade de alcançarem patamares de emprego do Rank 4, ou seja, mais de 11 mil vínculos formais. No caso da cidade de Eunápolis, na Bahia, no início do período não tinha nenhum emprego registrado, ao final do período em análise contava com 2548. Das 28 cidades, quatro permaneceram dentro do mesmo intervalo quanto à geração de empregos.

Na tabela 21 estão as cidades constantes no rank 2 da matriz 19.

Tabela 17 – cidades que pertencem ao rank 2.

UF	CIDADE	UF	CIDADE	UF	CIDADE	UF	CIDADE
BA	Paulo Afonso	RJ	Teresópolis	PE	Petrolina	ES	Linhares
RJ	Cabo Frio	SP	Ourinhos	MG	Passos	CE	Juazeiro do Norte
SP	Guarujá	MA	Imperatriz	SP	Várzea Paulista	MG	Uba
BA	Ilhéus	MG	Araguari	SP	Barretos	SP	Catanduva
MG	Barbacena	SP	Guaratinguetá	SP	Tatuí	PE	Caruaru
BA	Juazeiro	MG	Patos de Minas	MG	Varginha	RJ	Angra dos Reis
AL	Arapiraca	SP	Itapetininga	SP	Atibaia	CE	Sobral

Fonte: Elaboração própria com base nos estados da matriz de Markov.

As cidades que estão no intervalo entre 2405 e 5018, estão dispostas na tabela 21. De acordo com a matriz de probabilidade (tabela 19), há 89% de probabilidade de migração para patamares entre 5019 e 11153. A probabilidade de permanecer com o mesmo nível de emprego ou migrar para níveis a partir de 11154 é de, aproximadamente, 0% e 11%, respectivamente. Ou seja, para cidades com

esse nível de empregos não há probabilidade de regredirem na geração de empregos, se forem mantidas as políticas adotadas para atração de empreendimentos. Das 28 cidades, aproximadamente, 20 cidades não permaneceram nesse intervalo.

Tabela 18 – cidades que pertencem ao rank 3.

UF	CIDADE	UF	CIDADE	UF	CIDADE	UF	CIDADE
SP	Araçatuba	PB	Campina Grande	SP	Marília	SP	Pres. Prudente
SP	Araraquara	ES	Colatina	SP	Mogi Guaçu	RJ	Resende
SP	Araras	MG	Divinópolis	MG	Montes Claros	SP	Salto
RJ	Barra Mansa	MG	Gov. Valadares	RN	Mossoró	MG	Santa Luzia
SP	Botucatu	MG	Itabira	SP	Pindamonhangaba	SP	Sertãozinho
SP	Bragança Paulista	SP	Itatiba	MG	Poços de Caldas	MG	Sete Lagoas
ES	Cach. de Itapemirim	SP	Jau	MG	Pouso Alegre	SP	Votorantim

Fonte: Elaboração própria com base nos estados da matriz de Markov.

No que se refere a cidades que estão entre 5019 e 11153, a probabilidade é de 100% de projetar-se para patamares com empregos acima de 11154. A tabela de probabilidade apresenta uma possibilidade nula de essas cidades regredirem para intervalos anteriores. Das cidades que estão nesse intervalo, apenas duas estão localizadas na Região Nordeste: Campina Grande (PB) e Mossoró (RN).

Tabela 19 – cidades que pertencem ao rank 4.

UF	CIDADE	UF	CIDADE	UF	CIDADE	UF	CIDADE
SP	Santos	RJ	Volta Redonda	SP	Taubaté	SP	Americana
SP	Jacareí	RJ	Petrópolis	SP	S. J. do Rio Preto	SP	Sumaré
SP	Valinhos	SP	S. B Doeste	SP	Indaiatuba	MG	Ipatinga
RJ	C. dos Goytacazes	MG	Uberaba	SP	Bauru	MG	Uberlândia
SP	Itu	SP	São Carlos	MG	Juiz de Fora	SP	Piracicaba
RJ	Nova Friburgo	SP	Cubatão	SP	Limeira	RJ	Macaé
SP	Birigui	SP	Rio Claro	SP	Franca	SP	Jundiaí

Fonte: Elaboração própria com base nos estados da matriz de Markov.

Quanto àquelas cidades com níveis de empregos acima de 11154 é nula a probabilidade de esses municípios que estão com essa quantidade de empregos regridam para níveis inferiores, pois a probabilidade de que permaneça nesses patamares é de 100%. Desses dados, podemos inferir que o efeito de aglomeração

se torna mais forte quanto maior for a cidade. As cidades com menor volume populacional encontram mais dificuldades, ou seja, menos probabilidade de aumento na quantidade de empregos em relação às aquelas de maior volume populacional.

O tamanho do município torna-se assim, um fator de atração de mais emprego, mais empresas, ratificando o poder que tem as economias de aglomeração, que consiste na facilidade em contratar trabalho, com menores custos de transporte e aquisição de insumos e, na existência um mercado consumidor mais forte e estratificado. As cidades maiores atraem as pessoas, visto que estas são atraídas - economias de aglomeração – pelas facilidades em encontrar emprego, lazer, moradia, educação e saúde.

A tabela 24 apresenta a distribuição das cidades em 2010, quando comparadas com os estratos de 1991. Nesta tabela constata-se a tendência crescente e acentuada de mobilidade ascendente do emprego formal industrial nas cidades médias. Praticamente não há estabilidade nem retrocesso.

Tabela 20 – Distribuição das cidades em 2010.

Rank 1	Rank 2	Rank 3	Rank 4
4	22	27	59

Fonte: Elaboração com base na Matriz de Transição Markoviana

A matriz de distribuição mostra que das 28 cidades do rank 1, apenas 4 não aumentaram a quantidade de empregos. No caso do rank 2, as 22 cidades são advindas do intervalo anterior. Quanto ao terceiro intervalo, todas as cidades tiveram a capacidade de gerar mais empregos, ou seja, da distribuição dos estratos ocorreu um aumento significativo de cidades, do ponto de vista dos maiores níveis de empregos no setor industrial, pois o crescimento do emprego nas cidades provocou uma migração de cidades com poucos empregos para níveis mais elevados no que se refere a quantidades de empregos industriais em seus territórios.

O fenômeno da economia de aglomeração, mostrando que a tendência das cidades, a partir de certo volume de emprego, é continuar crescendo mais rapidamente. As tendências aglomerativas de população, emprego e estabelecimentos, convergem para promover a interdependência entre os setores, favorecendo a localização de novos estabelecimentos, gerando um círculo cumulativo virtuoso e crescente. Diversas teorias já discutiram essa questão das quais ressaltamos o papel dos Polos de Crescimento, de Perroux; a da Causação

Circular Cumulativa, de Myrdal; e a dos Efeitos de Encadeamento para trás e para frente, de Hirschman.

Esses resultados ratificam o análise descritiva de que ocorreu crescimento do emprego na indústria das cidades médias das duas regiões em pauta.

5.6 Perfil dos trabalhadores na indústria das CMNM do NE e SE

O presente item apresenta a distribuição dos trabalhadores, no setor industrial, segundo as faixas de salários, nível de escolaridade, idade e gênero, ao final dos 1994 e 2010, utilizando-se dos dados da RAIS/MTE. O propósito é apresentar o perfil dos trabalhadores industriais, mostrando sua distribuição dentro do setor nas cidades médias em pauta. Não é escopo deste trabalho comparar as cidades médias das duas regiões em análise, até porque seria, provavelmente, complicado, pois trata-se de duas regiões com estruturas diferenciadas do ponto de vista do tipo de atividade existente em cada uma das duas regiões.

Tabela 21 – Cidades Médias – Distribuição dos trabalhadores na Indústria por faixa etária – Números Relativos (%) – 1994 e 2010.

CIDADES	até 24		25 a 49		50 ou mais	
	1994	2010	1994	2010	1994	2010
CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE	22,59	24,05	69,01	67,66	8,4	8,29
CIDADES MÉDIAS DO SUDESTE	25,39	20,14	67,52	67,88	7,09	11,98

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

A tabela 15 apresenta a distribuição dos trabalhadores industriais nas diversas faixas etárias, nos anos 1994 e 2010. No que diz respeito à idade, é possível observar que significativa parcela de empregados possui idade entre 25 a 49 anos, nas duas regiões. Ou seja, praticamente 70% de todos os trabalhadores do setor estão nessa faixa de idade. Nas faixas até 24 anos e 50 anos ou mais a parcela de trabalhadores somam pouco mais de 30% para os dois anos, nas duas regiões.

A tabela 16 apresenta a distribuição dos trabalhadores na indústria das cidades médias por gênero, nos anos 1994 e 2010.

Tabela 22 – Cidades Médias – Distribuição dos Trabalhadores na Indústria por gênero – Números

Relativos (%) – 1994 e 2010.

CIDADES	1994		2010	
	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE	19,98	80,02	23,31	76,69
CIDADES MÉDIAS DO SUDESTE	21,07	78,93	23,74	76,26

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

No que diz respeito à distribuição dos trabalhadores, segundo o gênero, ocorre uma preponderância do sexo masculino em todas as atividades apresentadas. Embora com ínfima diferença, a participação relativa da mulher é maior nas cidades do Sudeste.

É provável que essa preponderância do sexo masculino no setor industrial seja em função do tipo de atividade exercida nos segmentos. Por exemplo, o caso de atividades como as indústrias metalúrgicas; madeira e mobiliário; construção civil; material elétrico e comunicação; material de transportes são atividades que necessitam de um maior esforço físico, e, foram as de maior destaque no período.

Na tabela 17 visualiza-se a distribuição dos trabalhadores industriais nas diversas faixas saláris dentro das cidades médias não metropolitanas do Nordeste e Sudeste.

Tabela 23 – Cidades Médias – Distribuição dos trabalhadores na Indústria por faixa de salário – Números Relativos (%) – 1994 e 2010.

	1994				
	0-1	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	mais de 10,01
CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE	16,19	52,58	11,75	10,23	9,26
CIDADES MÉDIAS DO SUDESTE	2,8	30,68	23,21	22,2	21,11
	2010				
CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE	10,09	80,13	4,9	3,01	1,87
CIDADES MÉDIAS DO SUDESTE	2,37	60,34	18,5	12,32	6,47

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Há uma disparidade entre a quantidade de trabalhadores que ganham os melhores salários, mais de 10 salários mínimos, e os que recebem os rendimentos entre 0 a 3 salários mínimos. Em 2010, apesar do aumento na quantidade de pessoas com melhorias no nível de escolaridade (tabela 18), ocorreu uma redução na quantidade de pessoas ganhando mais de 10 salários.

No conjunto das cidades médias das duas regiões, não ocorreram

melhorias nas quantidades de trabalhadores com as melhores faixas salariais, pois o crescimento relativo de trabalhadores que recebem entre 0 e 3 salários mínimos foi mais de 90% para as cidades do Nordeste e 62% para as do sudeste. Quanto aos trabalhadores nas melhores faixas salariais ocorreu redução significativa, principalmente nas cidades da Região Nordeste.

Em síntese, no que se refere ao nível de remuneração nas diversas faixas salariais, dos trabalhadores na indústria das cidades em pauta, a evolução foi menos satisfatória do que o comportamento do emprego, ou seja, as melhorias nas ocupações do setor não foram acompanhadas de uma melhoria dos rendimentos desses trabalhadores. Diante de tais informações, pode-se supor que esse aumento de trabalhadores que receberam os menores salários pode ser um fator de atração para que empresas possam instalar-se nessas cidades.

Na tabela 18 estão distribuídos os trabalhadores industriais por nível de escolaridade para as cidades das duas regiões.

Tabela 24 – Cidades Médias – Distribuição dos trabalhadores⁷ na Indústria por nível de escolaridade – Números Relativos (%) – 1994 e 2010.

CIDADES	1994				
	S/ B	BC+MI	MC+SI	SC	M+D
CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE	63,90	18,85	14,98	2,98	0
CIDADES MÉDIAS DO SUDESTE	59,70	24,07	11,86	4,38	0
	2010				
CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE	28,41	26,51	41,95	3,08	0,05
CIDADES MÉDIAS DO SUDESTE	3,80	42,06	46,80	7,20	0,14

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

De acordo com os dados constantes na tabela 19, em 1994, para as cidades das duas regiões, aproximadamente 60% dos trabalhadores da indústria eram formados por pessoas sem instrução ou com ensino básico incompleto. Com ensino médio completo na indústria existiam aproximadamente 13% nas cidades do Nordeste e 43% nas do Sudeste.

⁷ S/B, refere-se aos trabalhadores sem instrução e ensino básico incompleto; BC+MI, são aqueles com o ensino básico completo e o ensino médio incompleto; MC+SI, são os que possuem o ensino médio completo e ensino superior incompleto; SC, trata-se daqueles com curso superior completo, por fim o M+D, são os trabalhadores com mestrado ou doutorado.

Em 2010 esse percentual há um aumento considerável no nível de escolaridade dos trabalhadores industriais. A quantidade de trabalhadores com educação superior completa passa de 35 mil para pouco mais de 95 mil pessoas em 2010 no Sudeste.

Em 2010, todo o setor industrial apresentou participação de pessoas sem instrução ou com ensino básico incompleto, porém, bem inferior à quantidade existente em 1994. Mas a quantidade de trabalhadores com ensino médio completo e superior incompleto melhorou significativamente para as duas regiões. Um ponto que chama atenção é a participação de pessoas com mestrado e doutorado, pois em 1994, não constavam na RAIS pessoas com esse nível de formação, porém em 2010, eles aparecem, embora com participação mínima nas cidades do Nordeste e melhor participação nas cidades do Sudeste.

Para as cidades do Nordeste, os resultados mostram que o nível de escolaridade na indústria, embora tenham ocorrido melhorias importantes, ainda precisa melhorar, pois mais de 54% dos trabalhadores do setor não possuem, pelo menos, o ensino médio completo.

No caso das cidades do Sudeste, em 1994 83% dos trabalhadores não tinham pelo menos o ensino médio completo. Esse percentual em 2010 reduziu para 45%. Outra faixa que apresenta melhorias importantes é a de ensino médio completo e superior incompleto, que passou de 11% em 1994 para 46% dos trabalhadores, com esse nível de escolaridade.

O grau de instrução mostrou-se um atributo importante na contratação de pessoas no setor industrial, pois há uma redução de trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Tais informações ratificam as informações constantes nos níveis salariais, pois a maioria dos trabalhadores na indústria está distribuída nas faixas salariais mais baixas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscou-se identificar a dinâmica do emprego formal, na indústria das cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, no período de 1990 a 2013. Um dos objetivos foi mostrar a concentração relativa do emprego, em função do deslocamento de indústrias em direção às cidades fora das regiões metropolitanas.

O destaque maior dado às questões regionais iniciou-se na segunda metade dos anos 1950, com a implantação do Plano de Metas. No caso do Nordeste essas preocupações foram mais intensificadas depois do relatório do GTDN, o qual foi o ponto de partida para a criação da SUDENE (1959), instituição que se configurou como uma das primeiras ações de planejamento regional no Brasil. Os incentivos proporcionados pela autarquia foram importantes e decisivos para o desenvolvimento da indústria no Nordeste.

Historicamente, a região Sudeste promoveu celeremente a infraestrutura para a implantação de atividades em seu território. Porém, a partir dos anos 1970 inicia-se um processo de desconcentração das atividades da indústria, no intuito de integrar as regiões e redistribuir a produção, propiciando uma redistribuição da renda no país.

Partindo da hipótese da pesquisa, o deslocamento do emprego e da produção ocorrido no Brasil provocou desconcentração, transformando ou reconfigurando a economia e a urbanização de algumas cidades, tanto no Sudeste, como no Nordeste. Inicialmente, esse deslocamento, fruto de uma desconcentração virtuosa (CANO, 2002), ocorreu em direção às cidades das regiões metropolitanas, em particular da região metropolitana de São Paulo e, posteriormente, para às do interior paulista ou para as cidades do seu entorno (DINIZ, 1993, etc.). Nesse contexto as cidades médias não metropolitanas do Sudeste foram aquelas que mais se beneficiaram nesse processo.

Nos anos 1990 ocorreu significativa contração do emprego no Brasil, tendo como um dos determinantes a abertura comercial-financeira indiscriminada e uma reestruturação produtiva marcada pela realocação e destruição-precarização de postos de trabalho. Fato que proporcionou o aumento das importações contribuindo de forma decisiva para o aumento nas taxas de desemprego no período, confirmando a redução do mercado de trabalho brasileiro. Nesse período a guerra

fiscal entre as unidades da federação, foi decisiva para alterar as vantagens locacionais, apresentando-se como uma alternativa para os estados atraírem empreendimentos para os seus territórios com vistas à geração de empregos. Porém, tal atitude não isenta os problemas financeiros para os municípios, pois estes sofrem perdas de arrecadação, em função das isenções concedidas.

Com a implantação do PNDR (2003) buscou-se enfrentar os problemas relacionados à falta de emprego e a miséria existente no país, com a redução das desigualdades existentes entre as regiões brasileiras. A economia já contava com políticas que vinham colaborando com a melhoria das condições no mercado de trabalho no Brasil, em particular dos setores exportadores, devido a mudança no regime cambial em 1998. As políticas assistencialistas e de investimento na infraestrutura (PAC) contribuíram para acelerar o crescimento econômico e por consequência favorecer a distribuição de renda propiciada pela política de valorização do salário mínimo.

Quanto às cidades brasileiras, constata-se que ocorreu uma redução do contingente populacional que migraram em direção às grandes metrópoles do país, advindas do *hinterland* brasileiro, em particular as cidades pequenas e médias. Isso ocorreu, em função de políticas locais (estados e municípios) que proporcionaram a ocorrência de um aumento na geração de empregos. Fatores como a existência de novos empreendimentos em direção às cidades médias foram constatados, principalmente na década de 1990. Esse fato colaborou para o crescimento do emprego nas cidades médias do Nordeste, mesmo que, em detrimento de uma maior destruição de empregos no Sudeste.

Quando compara-se os censos de 1991 e 2010 constata-se que ocorreu aumento de 62% na quantidade de cidades médias no Brasil. Somando o Sudeste e o Nordeste, dos 62% quase mais de dois terços (69%) das cidades médias encontram-se nessas duas regiões.

Em 1995 a Região Sudeste respondia por mais de 60% de todos os vínculos formais existentes na indústria brasileira. Essa concentração relativa foi reduzida significativamente até os anos 2000 devido ao maior crescimento ocorrido nas regiões periféricas, em particular no Nordeste. O Brasil aumentou em mais de 286 mil os vínculos formais na indústria nos anos 1990, mas o Sudeste reduziu tanto absolutamente quanto relativamente sua participação, implicando assim, em uma queda de mais de -9,5% no Sudeste.

Nos anos 2000 ocorreu recuperação do emprego industrial com o aumento na quantidade de postos de trabalho gerados. Entre os anos 2003 e 2013 o emprego industrial no Brasil aumentou em mais quatro milhões de vínculos diretos.

No que se refere a quantidade de cidades com especializações produtivas, o crescimento ocorreu nas duas regiões. Do ponto de vista dos segmentos da indústria, nas cidades do Sudeste o crescimento foi bastante significativo para alguns segmentos como a indústria de mecânica, de material elétrico e de material de transportes. Para as cidades do Nordeste a quantidade de atividades que mais apresentou aglomerações no setor foi a indústria mecânica, da borracha, calçados e a construção civil.

Visualizando o perfil dos trabalhadores na indústria das cidades médias em estudo, constatou-se que, quanto ao gênero existe uma preponderância do sexo masculino nas duas regiões, pois são em média 76% dos trabalhadores no setor.

Ocorreram melhorias significativas nos níveis de escolaridade desses trabalhadores. Em 1994 menos de 15% dos funcionários tinham o ensino médio completo ou superior incompleto, porém, em 2010 esse percentual, para as duas regiões passou para mais de 40%. Contudo, ainda há um grande percentual, de pessoas com baixo nível de escolaridade e qualificação.

A maior quantidade de trabalhadores, nas cidades das duas regiões, encontram-se nas faixas de idade entre 25 a 49 anos (aproximadamente 70%). Quanto aos níveis salariais, constatou-se uma concentração de vínculos formais – 80% no Nordeste e 60% no Sudeste - nas faixas de salários entre 1 e 3, em 2010.

Pela metodologia da cadeia de transição de Markov a maior probabilidade de crescimento do emprego ocorreu em cidades maiores. Isso mostra que, mesmo com o processo de desconcentração das atividades, as cidades com maior porte populacional possuem maior capacidade de atrair empresas. Isso mostra que quanto maior o nível de emprego, maior a probabilidade de mudanças. Ou seja, cidade com a existência de pouca quantidade de emprego tem mais dificuldade em alcançar estados superiores.

No que se refere à finalidade do trabalho, mostrar a dinâmica do emprego industrial nas cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, no período de 1990 a 2013, foi cumprida. Pode-se concluir que ocorreu uma desconcentração do emprego em benefício das cidades médias não

metropolitanas das duas regiões em pauta, pois nos anos 2000 é possível identificar um aumento significativo do emprego e da população.

É certo que há limitação de tempo para a elaboração da dissertação. Algumas sugestões para pesquisas futuras, na mesma temática, são possíveis, tais como: acrescentar ao estudo, as cidades médias das demais macrorregiões, visando analisar a magnitude que cada Região tem na geração de empregos e em que medida ela é influenciada por outras regiões, bem como por suas respectivas unidades federativas.

Além disso, pode-se estabelecer como tema de futura pesquisa o aprofundamento nas contribuições e hiatos inerentes a este trabalho, em particular, identificar se a redistribuição das atividades produtivas provocou reconfiguração industrial nas demais regiões, verificando quais os efeitos ou dependência espacial que os espaços têm entre si. No entanto, essa é tarefa para uma futura tese de doutoramento

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, B. M.B; SADDI, F. da C. Uma alternativa de interpretação ao II PND. **Revista de Economia Política**, vol 17, nº 4 (68), outubro-novembro, 1997.

ALVES, M. A. S. **Guerra fiscal e finanças federativas no brasil: o caso do setor automotivo**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP – Campinas, 2001.

AMITRANO, C. R. O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. Boletim semestral do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp, Nov. 2005/Abr. 2006.

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. ANDRADE, T. e SERRA (orgs). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; (Org.). O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Rev. Bras. Estudos Pop.**, Brasília, 16, n. 1/2 jan./dez. 1999

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Guerra fiscal: competição tributária ou corrida ao fundo do tacho? IN. **Informe-se**. Secretaria de Assuntos Fiscais. BNDES/BNDESPAR, n. 04, janeiro de 2000

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES): Disponível em:
<<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf>>
acesso em 13.10.2014

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília – DF - MTE.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985 – 1998): Pausa ou Retrocesso?** Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas: 2002.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. – São Paulo Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

CANO, W., BRANDÃO, C.A., MACIEL, C.S. e MACEDO, F.C. (Coord) - **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2007**. Ed. Átomo, Campinas, 2007 .

CANO, W., **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 4ª. Ed., Campinas: UNICAMP-IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 2).

_____. Da Década de 1920 à de 1930: Transição rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. In: **Revista Economia**. Brasília (DF), v.13, n.3b, p.897–916, set/dez 2012.

_____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise: A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a

CASTRO, L. B. (2005). Esperança, Frustração e Aprendizado. In Giambiagi, F. e outros. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CAVALCANTI, C. B. **Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna**. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

COSTA, Manuel Augusto. **Urbanização e migração urbana no Brasil**. - Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.31, pp. 35-64, set. 1993.

Figueiredo, E.. Mobilidade intrageracional de renda no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte_20 (3)_427-455_setembro-dezembro de 2010

FARIA, Glauco. **O governo Lula e o novo papel do estado brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. 91 p. (Brasil em debate, v. 3)

FOCHEZATTO, Adelar. ; VALENTINI, Paulo Juliano . Economias de aglomeração e crescimento econômico regional: um estudo aplicado ao Rio Grande do Sul usando um modelo econométrico com dados em painel. **Economia** (Brasília), v. 11, p. 243-266, 2010.

FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Grupo de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste," 2ª edição, Recife, SUDENE, 1967.

_____. **A Fantasia Desfeita**. Paz e Terra, RJ. 1989, 3ª ed.

_____. **Formação econômica do Brasil**. - 24. ed. - São Paulo: Nacional, 1991.

GALINARI, R ; LEMOS, M. B. . Economias de Aglomeração no Brasil: evidências a partir da concentração industrial paulista. In: XXXV **Encontro Nacional de Economia**, 2007, Recife. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007.

GIDDENS, Anthony; CABRAL, Álvaro. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. xlii, 458 p.

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. IN: **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, vol.28, n. 04, out./dez. 1997

GUIMARÃES NETO, L. – **Nordeste: da articulação comercial à integração Econômica do Nordeste**, 1986. Tese de doutorado. Instituto de Economia UNICAMP. Campinas. São Paulo.

GUIRRE, B. M.B; SADDI, F. da C. **Uma alternativa de interpretação ao II PND**. **Revista de Economia Política**, vol 17, nº 4 (68), outubro-novembro, 1997.

IPEA – INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6422&catid=159&Itemid=75. Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

PMRO – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, 2014. Disponível em:<<http://www.riodasostras.rj.gov.br/>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LIMA, Marcos C., **Apontamentos para Definições Conceituais de Cidades Médias**. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br>

LIMONAD, E. - Reflexões Sobre o Espaço, O Urbano e a Urbanização - Geographia, Vol. 1, No 1 (1999).

MATTOSO, J. BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 13-40, 1997.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil : contribuição ao estudo da formação brasileira**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980.

Morais, Ana C. dos S. **Reestruturação produtiva e emprego formal na indústria das cidades médias não metropolitanas do nordeste (1989-2010)**. Monografia– Natal, RN, 2012.

MORAIS, Ana C. S; PEREIRA, W. E; RABELO, R. R. N. Indústria nas cidades médias não metropolitanas da Bahia: distribuição do emprego formal e dos rendimentos – 1990/2010. Anais do **13º Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalização e Território**. Salvador, 2014

MORAIS, Ana C. S. ; PEREIRA, W. E. Cidades médias não metropolitanas das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil: especialização do emprego industrial - 1990/2010. In: **2º Seminário De Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade**, 2014, Campina Grande/PB. A diversidade regional brasileira em perspectiva, 2014.

MORAIS, Ana C. S. ; PEREIRA, W. E. ; OLIVEIRA, A. A. Cidades médias do nordeste: dinamismos e desafios no pós 1990. In: **Seminário de desenvolvimento regional, estado e sociedades**, 2012, Rio de Janeiro. Abordagens e experiências, 2012.

MOURA, R. ; WERNECK, D. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 100, p. 25-55, 2001.

Neves Junior, L. F.; PAIVA, L. H. A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas. IN. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente**. Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008.

OLIVEIRA, C.W.A e GUIMARÃES NETO, L. Emprego Organizado e Regiões nos Anos 90: Quem Perdeu Mais? In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, Vol. 27, N°. especial, p. 37-64, 1997.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto ; NAKATANI, P. A economia brasileira sob o Governo Lula: balanço de suas contradições. In: **I Colóquio Internacional SEPLA, 2006, Santiago do Chile**. Premier Coloquio Internacional Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Critico, 2006. v. 1.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 27, p. 67-92, jul.1990.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil** - 4. ed. - Petrópolis: Vozes, 1988.

PACHECO, C.A. **A Questão Regional Brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 1996.

PAIVA, C. A. N. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.34, n 01, 2006.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. O processo de industrialização e as novas articulações cidade urbano região. In: **Anais do XII Encuentro de Geografos da America Latina - XII Egal**. Montevideo: Editora da Universidade de la Republica, 2009. V. 1.

PEREIRA, William E. N. **A Evolução Econômica de Campina Grande: Uma Avaliação da Economia Municipal a partir do Comércio**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal da Paraíba. 1998

_____. **Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990**. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. CCHLA. UFRN, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 31. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1985

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Rio de Janeiro, 2007.

RAIHER, A. P. ; FERRERA DE LIMA, J. ; STADUTO, J. A. R. . As Atividades Produtivas nas Microrregiões Paranaenses: Especialização, Reestruturação e Perfil Locacional. In: IV Encontro Nacional da Associação de Estudos Regionais e Urbanos, 2006, Foz do Iguaçu. Anais o IV ENABER. São Paulo: ABER, 2006. v. 1. p. 130-145.

RESENDE, Guilherme Mendes; CRUZ, Bruno de Oliveira; MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BARUFI, Ana Maria Bonomi; COELHO, Margarida Hatem Pinto; OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque. **Fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil**. Resende, Guilherme Mendes. Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais / Guilherme Mendes Resende. – Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

REZENDE, A. C. de ; CAMPOLINA, B. ; PAIXÃO, A. N. Clusterização e localização da indústria de transformação no Brasil entre 1994 e 2009. In: **XVIII Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e XVII Encontro Regional de Economia**, 2012, Fortaleza. Anais do XVII Encontro Regional de Economia, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira** - 5. ed. - São Paulo: Edusp, 1994. set. 1993.

Secretaria de Desenvolvimento Regional. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, julho de 2012.

SILVA, M. G da. **Mercado de Trabalho, Ocupações e Rendimentos: A Região Metropolitana de Natal na década de 1990**. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. CCHLA. UFRN, 2008.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2ª ed. São Paulo, 1977.

SOARES, F. A. ; SANTOS, Sandra Maria dos ; Freitas, Elton E. Especialização industrial e economia de escala: uma análise a partir das microrregiões brasileiras. In: **XIII Encontro regional de Economia**, 2008, Fortaleza. Fórum BNB de desenvolvimento. Fortaleza: BNB, 2008.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades Médias: elos do urbano-regional e do público-privado. IN. **Cidades Médias Brasileiras**. Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra (organizadores). Rio de Janeiro, 2001

TAVARES, Maria da Conceição. **A crise financeira global**. Revista de Economia Política, Vol. 3, nº. 2 , abril-junho/1983.

_____. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 3a edição, 1974.

TORRES, Sónia; SOUSA, Rita - Mobilidade da mão-de-obra entre estados do mercado de trabalho da Região Norte, 1998-2000: uma aplicação com cadeias de Markov. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**. Nº 1 (2003) .

GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out./dez. 1997.

VARSANO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. In. **Planejamento e Políticas Públicas**. V. 01, n. 01, Brasília, jun. de 1997.

APÊNDICE

Nos quadros constantes deste apêndice, as letras em alfabeto correspondem aos segmentos industriais.

LETRAS	SEGMENTOS INDUSTRIAIS
A	Extrativa mineral
B	Indústria de produtos minerais não metálicos
C	Indústria metalúrgica
D	Indústria mecânica
E	Indústria do material elétrico e de comunicações
F	Indústria do material de transporte
G	Indústria da madeira e do mobiliário
H	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica
I	Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas
J	Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria
K	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos
L	Indústria de calçados
M	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
N	Serviços industriais de utilidade pública
O	Construção civil

Quadro 1 – Grau de industrialização do emprego formal – cidades médias NE e SE -2010.

UF	CIDADE	1991	2000	2010	UF	CIDADE	1991	2000	2010
SP	Guarujá	0,01	0,01	0,01	PE	Petrolina	0,02	0,02	0,04
MA	Caxias	0,01	0,01	0,01	MA	Açailândia	0,03	0,03	0,04
BA	Porto Seguro	0,01	0,01	0,02	MG	Barbacena	0,05	0,04	0,04
SP	Praia Grande	0,02	0,01	0,02	CE	Itapipoca	0	0,03	0,04
MA	Timon	0,01	0,01	0,02	RJ	Teresópolis	0,04	0,03	0,04
SP	São Vicente	0,01	0,01	0,02	RJ	Camp dos Goytacazes	0,05	0,03	0,04
MA	Codó	0,01	0,01	0,02	RJ	Rio das Ostras	0,01	0,02	0,04
PE	Garanhuns	0,02	0,02	0,02	MG	Montes Claros	0,04	0,04	0,04
MG	Conselheiro Lafaiete	0,02	0,02	0,02	BA	Vitoria da Conquista	0,01	0,02	0,05
RJ	Cabo Frio	0,04	0,02	0,02	MG	Santa Luzia	0,04	0,03	0,05
PI	Parnaíba	0,01	0,01	0,02	SP	Caraguatatuba	0,01	0,01	0,05
BA	Barreiras	0,02	0,02	0,02	BA	Jequié	0,02	0,03	0,05
PB	Patos	0,01	0,02	0,03	CE	Juazeiro do Norte	0,02	0,03	0,05
MG	Coronel Fabriciano	0,01	0,02	0,03	CE	Crato	0,02	0,05	0,05
BA	Eunápolis	0	0,01	0,03	MG	Teófilo Otoni	0,02	0,02	0,05
MA	Imperatriz	0,02	0,01	0,03	PE	Caruaru	0,02	0,03	0,05
AL	Arapiraca	0,02	0,02	0,03	SP	Votorantim	0,07	0,07	0,06
BA	Ilhéus	0,02	0,02	0,03	MG	Patos de Minas	0,03	0,05	0,06
BA	Juazeiro	0,04	0,03	0,03	MG	Juiz de Fora	0,07	0,06	0,06
BA	Alagoinhas	0,01	0,02	0,03	SP	Araçatuba	0,06	0,04	0,06
BA	Paulo Afonso	0,04	0,03	0,03	SP	Itapetininga	0,05	0,04	0,06
BA	Teixeira de Freitas	0,01	0,02	0,03	SP	Ourinhos	0,05	0,05	0,06
RJ	Araruama	0,02	0,02	0,03	PB	Campina Grande	0,04	0,04	0,07
SP	Santos	0,04	0,02	0,03	PE	Vitoria de Santo Antão	0,02	0,02	0,07
ES	São Mateus	0,03	0,02	0,04	SP	Guaratinguetá	0,05	0,05	0,07
BA	Itabuna	0,01	0,02	0,04	MG	Araguari	0,04	0,04	0,07
MG	Governador Valadares	0,03	0,03	0,04	RJ	Resende	0,08	0,06	0,07
RJ	Barra Mansa	0,05	0,03	0,04	MG	Uberlândia	0,04	0,05	0,07
SP	Jacareí	0,1	0,06	0,07	SP	São Carlos	0,13	0,1	0,11
RN	Mossoró	0,03	0,04	0,07	MG	Pouso Alegre	0,08	0,07	0,11
RJ	Petrópolis	0,09	0,05	0,08	ES	Colatina	0,09	0,09	0,12
SP	Presidente Prudente	0,05	0,05	0,08	SP	Franca	0,12	0,1	0,12
SP	São Jose do Rio Preto	0,06	0,05	0,08	SP	Sta.BárbarDoest	0,09	0,07	0,12
MG	Uberaba	0,06	0,06	0,08	SP	Catanduva	0,05	0,06	0,12
RJ	Volta Redonda	0,11	0,07	0,08	SP	Araras	0,12	0,09	0,12
SP	Marília	0,07	0,06	0,08	SP	Piracicaba	0,09	0,07	0,13
MG	Divinópolis	0,06	0,07	0,08	SP	Salto	0,14	0,09	0,13
MG	Muriae	0,03	0,05	0,08	SP	Jau	0,09	0,1	0,13
SP	Bragança Paulista	0,07	0,07	0,08	RJ	Nova Friburgo	0,09	0,09	0,13
MG	Poços de Caldas	0,08	0,08	0,09	SP	Limeira	0,14	0,09	0,13
MG	Varginha	0,06	0,06	0,09	MG	Ubá	0,09	0,09	0,14
ES	Cachoeiro de Itapemirim	0,08	0,07	0,09	SP	Itu	0,16	0,11	0,14
MG	Passos	0,05	0,04	0,09	CE	Sobral	0,03	0,09	0,14
SP	Bauru	0,05	0,05	0,09	SP	Rio Claro	0,09	0,09	0,15
SP	Barretos	0,04	0,04	0,09	SP	Indaiatuba	0,14	0,09	0,15
SP	Várzea Paulista	0,07	0,05	0,09	SP	Jundiaí	0,15	0,11	0,16
MG	Sete Lagoas	0,07	0,06	0,09	SP	Sumaré	0,11	0,09	0,16
SP	Pindamonhangaba	0,08	0,06	0,09	MG	Ipatinga	0,09	0,09	0,16
ES	Linhares	0,03	0,06	0,1	SP	Valinhos	0,2	0,13	0,17
SP	Botucatu	0,1	0,04	0,1	SP	Americana	0,19	0,14	0,17
RJ	Angra dos Reis	0,05	0,02	0,1	MG	Itabira	0,08	0,06	0,19
SP	Tatuí	0,06	0,09	0,1	SP	Birigui	0,17	0,22	0,2
SP	Atibaia	0,05	0,05	0,1	SP	Cubatão	0,3	0,15	0,21
SP	Mogi Guaçu	0,09	0,08	0,1	SP	Itatiba	0,16	0,13	0,21
SP	Araraquara	0,07	0,06	0,1	SP	Sertãozinho	0,1	0,08	0,24
SP	Taubaté	0,07	0,07	0,11	RJ	Macaé	0,14	0,09	0,24

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Quadro 2 - Emprego formal na indústria das CMNM do Espírito Santo – 1994 e 1998.

	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		COLATINA		LINHARES		SÃO MATEUS	
	1994	1998	1994	1998	1994	1998	1994	1998
A	1791	1045	171	104	44	138	693	142
B	4155	4722	300	533	88	127	10	97
C	67	107	382	459	26	82	107	11
D	392	214	45	60	53	51	5	5
E	10	0	1	2	22	52	17	0
F	79	82	56	39	31	40	0	5
G	116	99	550	516	1618	2297	88	183
H	141	157	70	100	34	31	33	64
I	128	113	71	73	61	71	17	10
J	52	100	54	78	5	14	7	3
K	545	517	3391	3823	209	493	46	93
L	754	752	6	3	1	5	0	2
M	909	657	986	1175	553	309	111	187
N	520	587	406	357	218	201	191	204
O	1177	674	340	402	193	218	435	119

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Quadro 3 - Emprego formal na indústria das CMNM do Espírito Santo – 2002 e 2006.

	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		COLATINA		LINHARES		SÃO MATEUS	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
A	1040	1234	167	425	346	214	577	627
B	5938	7011	603	701	170	361	71	84
C	222	250	368	329	496	748	47	53
D	407	622	68	67	121	72	36	25
E		21	4	1	14	3	0	2
F	56	51	51	68	23	20	20	14
G	104	138	359	335	3149	3700	87	13
H	173	199	155	151	70	120	121	134
I	119	145	68	90	41	78	3	1
J	229	115	91	102	61	113	137	35
K	595	538	4567	5389	661	961	125	103
L	690	650	0	4	4	4	3	1
M	702	917	1153	1591	868	2195	200	285
N	306	395	421	473	113	184	149	140
O	634	1916	358	564	671	1622	321	359

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Quadro 4 - Emprego formal na indústria das CMNM do Espírito Santos – 2010 e 2013.

	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		COLATINA		LINHARES		SÃO MATEUS	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013
A	1149	1263	482	601	401	495	806	585
B	8181	8666	822	953	429	384	98	123
C	398	479	366	476	895	1089	63	70
D	835	785	24	33	169	121	56	244
E	45	65	0	6	99	2599	5	0
F	90	119	182	171	35	49	13	25
G	136	211	376	501	3265	3154	16	44
H	220	246	136	139	217	238	146	143
I	195	243	97	84	50	71	17	5
J	113	260	67	82	974	914	52	75
K	474	510	4771	4363	1010	974	112	102
L	766	1133	0	0	0	0	0	0
M	1010	1576	1683	1971	2540	2894	694	806
N	411	404	492	725	267	688	32	98
O	1378	1646	1824	1770	1253	2018	1081	997

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 5 - Emprego formal na indústria das CMNM de Minas Gerais – 1994

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ARAGUARI	21	244	139	246	0	0	25	45	27	77	259	257	1693	0	843
BARBACENA	356	91	485	45	5	3	86	31	132	61	1928	4	404	103	628
CONSELHEIRO LAFAIETE	426	12	172	0	0	69	70	16	8	137	33	0	181	113	247
CORONEL FABRICIANO	0	83	40	0	4	25	114	48	8	16	46	0	137	58	593
DIVINOPOLIS	45	65	3979	63	38	58	178	262	165	385	4105	281	1228	134	1805
GOVERNADOR VALADARES	115	375	590	2	285	149	444	384	558	133	398	131	1885	40	1444
IPATINGA	90	172	12424	21	35	7	702	94	177	35	277	0	318	213	4623
ITABIRA	4416	95	421	2	38	31	49	15	2	9	128	0	259	202	1069
JUIZ DE FORA	36	125	4526	749	43	174	406	1664	456	819	8062	469	2356	1002	6637
MONTE SIAO	3	84	3	0	0	0	0	3	0	0	167	0	28	8	20
MURIAE	67	20	37	54	0	160	62	52	127	183	760	11	285	120	694
PASSOS	68	67	78	40	3	11	55	37	23	38	699	69	2622	109	661
PATOS DE MINAS	125	147	90	10	0	197	129	51	85	133	472	116	743	89	1043
POCOS DE CALDAS	746	991	1254	164	517	67	214	101	92	1128	523	36	992	549	800
POUSO ALEGRE	23	112	660	79	64	877	35	70	25	1255	365	1861	924	186	985
SANTA LUZIA	9	1295	3077	399	117	4	462	488	22	146	75	54	1041	87	264
SETE LAGOAS	109	1378	4485	157	41	1238	137	83	223	46	1282	151	944	391	1549
TEOFILO OTONI	49	105	7	0	0	1	40	36	82	3	97	0	502	156	1037
UBA	185	47	120	25	1	0	3798	76	247	52	789	100	228	81	750
UBERABA	143	529	549	84	208	140	356	247	462	2054	351	2189	2951	404	3332
UBERLANDIA	123	121	986	126	253	292	324	694	2548	419	1472	356	4353	1375	7136
VARGINHA	72	76	376	255	90	44	142	40	90	730	964	37	1274	179	1894

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 6 - Emprego formal na indústria das CMNM de Minas Gerais – 1998

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ARAGUARI	39	227	349	78	0	0	62	73	124	56	270	241	1354	0	350
BARBACENA	27	102	323	46	1	10	131	40	121	319	1673	0	695	0	934
CONSELHEIRO LAFAIETE	128	46	91	0	0	373	113	22	20	195	63	0	130	131	325
CORONEL FABRICIANO	9	151	81	22	4	40	95	35	49	37	91	0	230	65	377
DIVINOPOLIS	77	148	2191	172	142	63	206	533	130	335	4130	141	1314	169	1715
GOVERNADOR VALADARES	151	521	132	9	331	573	492	494	454	93	474	77	2298	38	1687
IPATINGA	74	175	12035	77	0	28	1050	150	204	81	497	1	398	243	4933
ITABIRA	2654	64	317	31	0	8	186	42	31	0	96	0	321	231	860
JUIZ DE FORA	141	268	2385	429	103	1390	507	1375	1403	937	5900	265	2753	871	6257
MONTE SIAO	2	81	3	0	0	0	2	4	0	0	619	0	35	10	93
MURIAE	53	45	65	33	8	168	67	74	89	216	1387	19	383	495	529
PASSOS	19	99	47	46	6	15	160	132	16	3	1592	38	2118	225	825
PATOS DE MINAS	88	200	188	0	0	119	230	58	93	184	806	146	1175	93	1048
POCOS DE CALDAS	654	812	1199	133	605	68	249	195	86	1262	478	10	1881	559	1407
POUSO ALEGRE	107	128	402	24	268	687	52	105	47	1447	984	14	1281	131	1074
SANTA LUZIA	112	956	1242	268	38	10	374	257	23	138	46	8	948	82	674
SETE LAGOAS	248	789	3135	30	124	1055	153	117	232	538	1036	101	1068	281	974
TEOFILO OTONI	61	174	20	2	0	13	33	56	134	11	127	0	460	138	840
UBA	125	70	189	27	1	0	4768	107	182	60	575	75	291	76	717
UBERABA	270	676	395	693	165	64	921	332	243	2449	469	737	2160	456	3456
UBERLANDIA	145	396	1157	211	254	278	327	834	2409	521	1243	350	5429	6	6760
VARGINHA	111	91	435	109	58	39	49	136	820	1011	556	28	1159	189	1096

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 7 - Emprego formal na indústria das CMNM de Minas Gerais – 2002.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ARAGUARI	46	303	423	95	0	15	62	63	112	67	344	249	1607	57	667
BARBACENA	18	80	96	245	0	57	103	47	126	415	1533	0	524	14	1047
CONSELHEIRO LAFAIETE	139	84	147	9	0	155	112	37	21	169	59	2	140	178	240
CORONEL FABRICIANO	8	332	89	26	5	42	70	54	75	161	129	0	185	71	446
DIVINOPOLIS	53	157	3140	140	142	143	199	638	266	786	5284	116	1358	221	1599
GOVERNADOR VALADARES	177	562	245	3	369	275	453	509	379	204	469	73	2832	289	1499
IPATINGA	61	173	11090	128	0	24	345	109	200	147	784	1	738	647	4760
ITABIRA	4243	100	554	43	8	6	188	71	30	49	93	0	343	252	795
JUIZ DE FORA	74	255	2333	476	98	1229	581	1560	1417	1330	5597	222	2240	1696	4489
MONTE SIAO	5	73	2	1	0	0	4	5	0	0	1934	0	57	13	56
MURIAE	35	72	38	17	12	189	49	79	45	96	1966	2	466	458	488
PASSOS	43	105	44	35	2	9	233	136	3	8	2032	45	1222	83	700
PATOS DE MINAS	25	167	187	18	0	121	243	83	65	284	1111	163	880	106	917
POCOS DE CALDAS	814	926	1142	165	420	123	225	225	120	1162	626	10	2096	618	1483
POUSO ALEGRE	115	141	150	115	573	819	51	86	55	2504	696	0	1287	138	827
SANTA LUZIA	27	1095	984	299	200	7	336	289	29	362	137	0	1344	90	1020
SETE LAGOAS	231	821	5261	104	99	592	183	113	249	650	1086	83	1571	414	881
TEOFILO OTONI	65	196	22	0	0	8	31	61	184	17	138	0	421	220	1117
UBA	47	100	253	45	0	13	5019	127	219	230	834	87	306	187	377
UBERABA	115	401	641	1246	234	31	1363	386	220	2768	529	939	2280	694	2919
UBERLANDIA	165	388	1139	396	177	231	513	1011	2598	873	1419	408	9360	650	5937
VARGINHA	96	123	558	503	227	13	59	146	764	1443	489	46	1005	187	1015

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Quadro 8- Emprego formal na indústria das CMNM de Minas Gerais – 2006.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ARAGUARI	65	225	463	147	2	15	18	75	86	106	492	214	2908	98	1335
BARBACENA	12	114	242	37	0	2	74	41	134	454	1437	0	1460	15	482
CONSELHEIRO LAFAIETE	340	116	341	284	0	67	90	39	57	65	58	0	240	4	351
CORONEL FABRICIANO	13	261	112	43	12	41	122	86	85	64	194	0	298	14	553
DIVINOPOLIS	41	163	4105	203	157	143	184	636	373	1182	6041	363	1083	5	1394
GOVERNADOR VALADARES	83	698	475	38	492	30	404	451	527	268	428	51	2635	672	2246
IPATINGA	67	226	13433	687	0	12	216	188	284	296	987	1	1128	471	7224
ITABIRA	10428	83	773	735	0	2	120	102	88	101	147	0	588	251	2013
JUIZ DE FORA	83	306	2429	758	55	1133	664	1854	1748	1512	5646	311	2630	788	3684
MONTE SIAO	6	55	2	0	0	0	0	7	0	0	1505	0	51	0	10
MURIAE	34	125	103	20	7	211	34	95	97	107	3257	116	919	452	573
PASSOS	68	129	67	24	5	5	391	125	45	70	1075	70	3506	76	737
PATOS DE MINAS	40	222	285	48	28	91	281	102	59	292	1059	172	1360	32	1741
POCOS DE CALDAS	1237	879	1440	176	575	171	216	244	56	1000	667	0	2279	574	1550
POUSO ALEGRE	56	158	273	1013	1120	1045	63	163	95	3175	1128	0	2064	11	983
SANTA LUZIA	77	1217	1363	428	82	420	429	259	69	750	111	16	1367	0	1078
SETE LAGOAS	196	870	5962	254	216	2092	163	119	308	559	1422	28	1993	739	1626
TEOFILO OTONI	49	200	44	1	5	13	31	87	291	62	132	0	518	0	1056
UBA	36	114	353	114	0	23	6634	207	164	298	1106	69	479	4	300
UBERABA	93	605	633	1479	50	42	1101	463	363	2814	551	1047	3315	577	2722
UBERLANDIA	210	512	1312	515	70	246	815	1057	2421	1164	1820	432	10593	878	5738
VARGINHA	40	215	495	1374	494	69	81	204	1086	2171	303	51	1185	0	1276

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 9 - Emprego formal na indústria das CMNM de Minas Gerais – 2010.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ARAGUARI	95	248	628	189	5	31	26	85	102	137	589	316	2814	110	1439
BARBACENA	2	164	339	52	0	30	48	53	152	391	578	18	2077	2	859
CONSELHEIRO LAFAIETE	197	162	524	174	0	209	75	53	11	45	62	0	229	16	801
CORONEL FABRICIANO	7	197	132	170	23	40	103	101	81	101	216	10	609	0	849
DIVINOPOLIS	74	216	3946	253	190	147	266	824	347	1219	6384	410	1199	91	1874
GOVERNADOR VALADARES	85	596	331	60	517	71	308	489	404	315	384	41	2682	881	2820
IPATINGA	66	324	22631	364	9	22	168	256	298	280	1017	5	687	65	12061
ITABIRA	11860	100	579	42	13	7	136	107	72	143	394	0	702	1018	3803
JUIZ DE FORA	108	449	3164	854	72	815	926	2398	1381	1824	6229	247	2636	864	8510
MONTE SIAO	10	51	1	1	0	0	11	14	2	0	2007	0	60	0	135
MURIAE	56	137	127	33	5	247	38	78	102	67	4166	172	794	453	1399
PASSOS	40	183	79	67	2	10	546	125	13	59	1689	88	4269	64	1732
PATOS DE MINAS	57	312	421	52	16	177	218	119	63	373	766	212	1959	249	2588
POCOS DE CALDAS	1319	987	1565	223	614	215	305	319	319	945	551	0	2357	675	2594
POUSO ALEGRE	80	937	376	980	871	2193	98	160	259	2652	597	0	2712	9	1699
SANTA LUZIA	91	1391	1037	666	79	756	1109	161	91	962	131	0	1848	0	1083
SETE LAGOAS	146	965	4017	201	396	4855	316	167	285	915	1513	7	2505	681	2227
TEOFILO OTONI	57	216	67	0	2	11	65	86	139	204	135	0	1068	194	3572
UBA	40	186	443	163	4	25	9273	274	150	339	1307	88	432	0	568
UBERABA	159	466	660	709	117	147	1299	881	617	4370	610	830	2906	822	7780
UBERLANDIA	227	905	1530	1000	341	246	1021	1260	2567	1589	2296	158	14284	2111	12795
VARGINHA	130	168	905	1602	583	114	70	207	1170	2455	396	56	1176	4	1423

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 10 - Emprego formal na indústria das CMNM de Minas Gerais – 2013.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ARAGUARI	89	293	668	229	2	36	31	82	79	125	557	313	2966	84	1453
BARBACENA	5	120	295	29	0	16	59	35	202	432	422	23	2274	11	921
CONSELHEIRO LAFAIETE	40	313	492	516	16	44	95	70	17	69	58	0	331	16	1107
CORONEL FABRICIANO	4	131	166	232	26	31	170	82	80	87	225	0	755	0	1385
DIVINOPOLIS	68	358	4082	307	255	173	302	900	343	1238	5695	651	1526	119	2403
GOVERNADOR VALADARES	124	550	275	136	553	113	422	509	514	252	376	14	2707	1016	3231
IPATINGA	80	276	13077	399	43	26	218	219	362	219	1157	10	1245	54	13293
ITABIRA	11142	112	366	82	299	6	137	92	85	288	297	0	663	1050	5106
JUIZ DE FORA	133	712	3097	854	82	1217	1046	2293	1443	1725	5312	47	3067	960	8889
MONTE SIAO	5	78	5	0	0	0	15	6	1	0	1684	0	55	0	71
MURIAE	64	631	88	35	8	232	62	150	99	70	3616	144	798	575	1323
PASSOS	34	126	136	61	2	0	658	129	34	20	1551	67	2487	91	1905
PATOS DE MINAS	94	442	585	98	37	192	321	125	67	606	765	245	3109	302	2809
POCOS DE CALDAS	1245	982	1556	237	787	238	344	283	340	824	467	0	2825	726	3061
POUSO ALEGRE	119	945	557	761	1116	2830	83	190	146	3943	484	0	3200	21	2222
SANTA LUZIA	72	1616	968	524	216	589	913	183	124	793	187	0	2405	114	1272
SETE LAGOAS	165	1161	3917	216	413	2763	300	187	282	1132	1572	7	3658	564	2704
TEOFILO OTONI	83	208	83	3	17	11	62	97	143	113	118	1	366	4	2559
UBA	38	281	518	193	29	35	10278	256	136	323	1004	63	564	34	763
UBERABA	205	582	770	970	101	104	1264	1162	286	6109	694	701	2782	650	8504
UBERLANDIA	202	941	1693	1085	404	311	926	1341	2966	2312	1769	135	8457	2344	16296
VARGINHA	91	246	715	1275	757	167	75	330	1732	2577	293	50	1435	5	2327

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 11 - Emprego formal na indústria das CMNM do Rio de Janeiro – 1994.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ANGRA DOS REIS	27	19	10	2	0	3428	3	36	1	11	0	0	131	1075	2189
ARARUAMA	126	160	12	0	0	5	47	11	20	2	18	0	123	131	117
BARRA MANSA	76	207	4080	55	14	6	30	388	197	569	106	0	569	46	1294
CABO FRIO	1214	1	9	0	0	9	17	13	10	13	78	3	441	220	1023
CAMPOS DOS GOYTACAZES	218	1149	174	57	24	57	280	214	193	224	651	30	5534	590	1382
MACAE	5268	81	446	113	26	29	15	48	14	47	221	0	948	441	1639
NOVA FRIBURGO	88	69	1876	67	11	233	191	226	379	1074	6654	12	431	519	1393
PETROPOLIS	57	241	716	336	33	1328	722	718	2323	1346	7234	5	1516	1421	1331
RESENDE	70	926	921	5	0	1	44	34	7	1229	63	2	882	548	889
RIO DAS OSTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
TERESOPOLIS	22	94	557	11	9	0	419	62	148	364	1377	0	277	108	945
VOLTA REDONDA	42	204	18811	8	101	42	62	182	453	147	168	0	901	385	3020

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 12 - Emprego formal na indústria das CMNM do Rio de Janeiro – 1998.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ANGRA DOS REIS	29	67	19	0	21	105	16	33	1	20	9	2	152	53	5342
ARARUAMA	127	175	103	0	6	0	48	17	57	16	9	0	149	235	733
BARRA MANSA	99	181	2811	12	25	6	40	380	139	303	266	2	639	40	842
CABO FRIO	1121	10	2	0	0	2	31	23	3	11	131	1	278	261	600
CAMPOS DOS GOYTACAZES	141	1824	168	55	4	29	275	182	160	198	534	35	2126	268	1701
MACAE	6034	101	572	184	25	14	39	61	0	30	106	5	1205	93	1818
NOVA FRIBURGO	87	105	1553	70	4	717	258	219	196	562	6641	227	532	363	1196
PETROPOLIS	65	160	512	351	22	109	636	698	623	1740	3918	7	1441	440	1200
RESENDE	29	683	444	113	0	470	25	33	117	730	85	0	782	359	851
RIO DAS OSTRAS	1	24	0	0	0	0	2	10	0	0	9	0	35	0	140
TERESOPOLIS	14	81	145	11	32	7	338	82	476	558	359	1	358	53	968
VOLTA REDONDA	82	377	11504	56	102	10	768	86	42	94	151	0	870	93	4072

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 13 - Emprego formal na indústria das CMNM do Rio de Janeiro – 2002.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ANGRA DOS REIS	45	25	12	0	45	2640	47	25	3	5	8	0	68	113	1210
ARARUAMA	107	153	72	0	0	0	193	10	64	74	9	0	155	93	649
BARRA MANSA	77	167	2452	78	13	24	47	355	232	177	63	2	767	70	607
CABO FRIO	608	43	22	6	0	0	23	26	13	3	110	0	336	252	825
CAMPOS DOS	140	2117	199	51	3	50	212	217	123	192	514	52	2417	809	2852
MACAE	11451	101	1098	1142	280	336	30	105	84	54	92	1	1727	444	8187
NOVA FRIBURGO	125	92	1805	75	22	479	232	260	257	535	8139	1	541	492	941
PETROPOLIS	38	279	597	265	32	603	636	1068	797	1259	4442	5	1408	1543	1543
RESENDE	27	676	392	16	0	900	22	35	116	823	83	0	1003	487	561
RIO DAS OSTRAS	2	31	3	0	118	0	2	28	1	5	17	0	31	23	1114
TERESOPOLIS	15	80	339	41	36	7	270	79	101	907	549	0	585	50	517
VOLTA REDONDA	67	401	8527	175	86	9	202	110	32	127	114	0	445	871	5732

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 14 - Emprego formal na indústria das CMNM do Rio de Janeiro – 2006.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ANGRA DOS REIS	109	39	1205	7	0	7017	184	36	22	0	23	0	352	1798	1999
ARARUAMA	98	319	47	0	0	0	83	21	74	65	40	0	257	282	1412
BARRA MANSA	42	116	3496	62	31	26	47	125	372	315	83	0	478	357	488
CABO FRIO	817	72	47	1	0	6	60	37	8	2	145	0	569	464	782
CAMPOS DOS GOYTACAZES	194	2459	181	211	1	102	296	310	177	345	749	35	3600	1687	5282
MACAE	18496	66	2359	2896	24	123	38	129	250	121	71	0	2792	320	10173
NOVA FRIBURGO	76	155	2293	111	22	404	216	392	264	618	10186	5	823	469	1295
PETROPOLIS	49	282	586	275	30	848	676	1040	1120	1390	5832	10	1729	1509	2338
RESENDE	28	576	477	46	0	1300	26	33	230	819	67	0	438	402	485
RIO DAS OSTRAS	41	40	22	211	0	0	1	24	16	13	15	0	73	5	1120
TERESOPOLIS	11	100	189	46	8	1	307	103	84	1041	550	0	784	45	1063
VOLTA REDONDA	77	263	8961	337	73	10	149	121	60	162	73	0	654	757	5232

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 15 - Emprego formal na indústria das CMNM do Rio de Janeiro – 2010.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ANGRA DOS REIS	111	46	67	9	5	8530	167	36	4	4	39	0	160	2145	4563
ARARUAMA	87	425	81	2	7	0	66	34	106	65	43	0	186	308	1940
BARRA MANSA	78	205	3643	139	19	14	76	169	367	425	80	0	858	96	933
CABO FRIO	574	67	48	17	5	1	76	47	11	229	218	1	301	164	1532
CAMPOS DOS GOYTACAZES	219	2935	404	501	25	173	445	267	132	525	599	31	2359	1622	8091
MACAE	26786	58	2063	5915	17	438	51	149	48	398	87	0	5030	612	7559
NOVA FRIBURGO	105	90	3592	142	15	389	199	426	292	885	11690	0	899	593	1476
PETROPOLIS	25	184	727	532	17	1079	779	1140	1209	1507	6841	31	2043	1664	3659
RESENDE	89	730	1616	63	496	1830	22	62	31	910	91	0	403	283	990
RIO DAS OSTRAS	221	249	181	349	0	2	10	41	29	79	20	0	60	97	2426
TERESOPOLIS	15	74	299	75	7	11	360	145	101	1355	734	0	1245	23	1897
VOLTA REDONDA	40	488	11337	805	158	15	167	163	117	248	123	0	624	492	6657

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 16 - Emprego formal na indústria das CMNM do Rio de Janeiro – 2013.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ANGRA DOS REIS	170	91	84	29	0	8115	161	44	14	50	72	0	433	2211	4393
ARARUAMA	99	357	80	2	14	8	49	27	112	73	38	0	359	361	1876
BARRA MANSA	92	263	3306	293	34	12	81	117	301	544	107	0	772	29	1201
CABO FRIO	561	64	62	3	8	1	85	58	30	385	214	0	198	148	1852
CAMPOS DOS GOYTACAZES	338	3590	575	297	23	365	374	283	148	598	539	22	1708	1914	8341
MACAE	30405	47	1712	6061	93	793	106	147	131	516	141	0	4794	558	17289
NOVA FRIBURGO	66	146	3412	108	4	339	195	372	291	837	10758	0	952	669	1670
PETROPOLIS	30	154	888	542	78	1332	814	1047	926	1259	6386	23	2083	1508	2927
RESENDE	91	898	1814	269	509	1841	24	30	59	935	115	1	373	342	1335
RIO DAS OSTRAS	1992	175	235	937	0	23	4	27	35	147	6	0	57	111	3405
TERESOPOLIS	0	87	535	56	11	10	386	150	81	878	465	0	1473	38	2201
VOLTA REDONDA	44	423	12758	3004	68	21	113	261	166	148	142	0	789	827	6986

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 17 - Emprego formal na indústria das CMNM De São Paulo - 1994

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
AMERICANA	35	33	448	1213	635	84	210	248	2682	732	19792	20	265	513	1464
ARACATUBA	21	280	337	583	99	91	511	275	290	164	525	536	1481	554	1300
ARARAQUARA	54	93	621	967	21	248	129	254	152	286	1690	8	3384	948	3273
ARARAS	8	521	777	1343	154	27	671	507	94	568	705	0	4231	0	865
ATIBAIA	29	258	214	180	164	373	48	58	184	634	918	3	834	701	271
BARRETOS	1	67	98	25	0	67	28	43	205	74	111	0	1308	310	794
BAURU	61	199	608	875	803	166	259	1254	247	1207	1035	206	3950	2399	2818
BIRIGUI	0	15	433	158	189	39	1488	199	141	131	384	13364	94	25	505
BOTUCATU	570	37	167	34	1	2321	1244	49	96	926	643	35	93	367	872
BRAGANCA	183	121	1022	385	851	302	288	450	272	535	1713	255	434	329	356
CARAGUATATUBA	45	74	7	4	0	43	6	8	0	0	9	0	77	110	250
CATANDUVA	1	21	427	677	92	138	343	260	103	302	294	60	1963	109	975
CUBATAO	30	113	9610	0	0	3	248	483	20	5710	32	0	229	389	4895
EMBU	216	482	1074	585	1089	219	191	430	160	1686	384	0	4134	63	3079
FRANCA	1	50	428	587	2	72	197	332	4345	743	343	21893	498	588	1177
GUARATINGUETA	8	156	122	207	7	0	104	71	61	1549	427	1	1170	214	990
GUARUJA	0	22	215	37	12	192	26	25	6	374	67	0	286	833	1766
INDAIATUBA	46	557	2355	860	733	3165	653	87	77	950	2978	19	144	304	597
ITAPETININGA	30	223	28	3	74	38	580	85	16	516	1310	4	1556	341	654
ITATIBA	143	85	231	121	504	463	1479	141	19	663	3689	44	255	137	702
ITU	32	2372	2458	1612	1900	1207	181	419	294	749	843	57	889	0	611
JACAREI	226	390	517	2142	4	131	304	1374	568	1647	2543	4	2016	0	1381
JAU	52	57	197	344	80	65	35	532	274	140	2130	3971	2653	220	423
JUNDIAI	85	3948	6518	1815	1881	83	1877	1934	774	4944	4245	2426	7465	573	2983
LIMEIRA	149	237	1894	4209	363	4504	626	2568	1187	1014	1102	22	3283	418	1266
MARILIA	6	138	1855	412	15	89	200	308	989	605	665	19	4226	755	1137
MOGI DAS CRUZES	637	125	2842	3980	2243	229	251	1028	329	1548	805	1	1528	235	2298
OURINHOS	40	597	256	143	33	35	364	49	102	129	119	2	1372	196	484
PINDAMONHANGABA	21	135	4590	289	7	29	85	418	52	352	405	0	595	153	390
PIRACICABA	138	407	4542	7387	712	1124	411	2098	399	855	2059	34	4067	1345	3609

PRAIA GRANDE	18	110	67	5	5	5	64	34	12	41	48	0	147	285	2181
PRESIDENTE	18	89	255	204	401	248	144	692	527	191	240	320	1827	600	3986
RIO CLARO	193	1261	499	1141	680	50	452	438	553	2420	959	97	1943	1301	1170
SALTO	39	616	502	565	1271	890	2327	446	98	1114	1563	0	55	0	178
SANTA BARBARA D	6	32	868	735	25	60	101	257	167	331	6961	4	2350	161	342
SANTOS	182	102	321	279	34	831	264	876	227	751	754	26	3543	2263	5213
SAO CARLOS	84	236	1502	6650	44	183	256	731	2949	927	1773	9	1133	403	1312
SAO JOSE DO RIO	92	152	2821	552	326	684	2116	744	805	1074	2557	199	1112	703	4372
SAO VICENTE	124	168	75	64	2	45	49	44	3	303	212	27	386	240	972
SERTAOZINHO	0	12	1096	2089	23	36	55	8	99	166	2	0	3871	28	964
SUMARE	0	547	1785	1528	581	398	102	32	468	4239	1919	2	305	272	457
TATUI	25	1174	74	25	675	437	80	295	74	130	1544	6	1064	87	544
TAUBATE	361	136	566	1266	323	8663	195	63	688	347	447	9	415	166	1199
VALINHOS	79	440	758	374	182	3196	144	1625	134	2360	273	0	1574	20	902
VARZEA PAULISTA	0	110	263	805	1	1577	73	211	288	652	814	0	23	0	165
VOTORANTIM	0	813	40	514	765	0	12	886	86	1123	1579	0	38	220	285

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 18 - Emprego formal na indústria das CMNM De São Paulo – 1998.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
AMERICANA	70	48	632	609	448	65	175	599	2845	586	13874	4	488	503	1207
ARACATUBA	6	317	352	732	49	101	641	361	241	271	299	189	3219	444	2343
ARARAQUARA	45	61	678	698	12	376	128	270	186	219	1384	7	2229	375	2257
ARARAS	15	343	746	1877	87	35	662	505	94	782	279	0	2443	0	1341
ATIBAIA	27	303	295	219	64	513	100	134	267	492	1033	9	405	691	328
BARRETOS	1	40	92	17	9	62	27	88	167	82	83	0	535	292	727
BAURU	83	222	586	531	1202	181	297	2422	275	1044	721	17	3263	2156	3910
BIRIGUI	0	35	364	177	219	95	1101	621	193	323	433	9482	170	20	464
BOTUCATU	26	37	286	36	35	1617	812	65	84	358	279	23	124	72	808
BRAGANCA PAULISTA	121	161	923	138	832	318	200	543	196	302	955	5	573	307	393
CARAGUATATUBA	89	49	4	0	0	29	4	16	4	0	35	0	74	147	336
CATANDUVA	3	48	419	523	258	106	113	237	51	336	383	41	1843	81	900
CUBATAO	33	67	6977	1	0	0	612	344	4	3440	23	0	85	84	4488
EMBU	228	317	1087	191	796	75	127	509	262	1869	244	0	1489	42	2919
FRANCA	14	87	315	337	14	36	147	419	2921	668	452	12099	607	514	1396
GUARATINGUETA	34	196	531	266	46	0	133	91	164	1105	272	1	1200	0	627
GUARUJA	0	42	59	42	4	46	30	18	1	381	61	0	630	134	1772
INDAIATUBA	28	689	1828	1295	429	2546	296	207	129	1753	2136	0	353	138	559
ITAPETININGA	35	188	41	11	114	1	478	408	181	70	1120	0	478	349	777
ITATIBA	70	138	213	272	337	468	941	622	104	617	2828	35	260	94	691
ITU	119	1981	1819	1813	1764	614	228	585	510	322	178	24	3319	0	1044
JACAREI	192	558	937	1570	427	391	378	1004	553	1284	1516	0	1446	349	526
JAU	35	68	252	307	40	60	73	702	304	107	1483	3131	955	223	769
JUNDIAI	161	4097	4312	885	1391	843	879	1801	617	3148	2147	84	6252	500	3063

LIMEIRA	143	306	2223	2729	378	3198	735	2447	1347	1289	631	7	1769	196	1327
MARILIA	6	144	2096	221	19	68	351	332	116	872	321	0	3408	504	1878
MOGI DAS CRUZES	757	324	1791	1435	1434	258	296	1102	156	1906	602	0	870	405	2476
OURINHOS	41	570	82	422	7	9	455	58	59	128	131	8	1232	349	473
PINDAMONHANGABA	39	154	4849	208	49	298	169	415	29	141	74	0	513	124	1566
PIRACICABA	48	659	3020	6216	898	675	494	2132	371	792	1267	16	2384	590	3975
PRAIA GRANDE	10	96	151	22	7	5	25	82	0	55	54	0	161	102	2366
PRESID. PRUDENTE	2	112	274	49	266	163	113	739	367	166	212	95	1484	514	3094
RIO CLARO	92	1199	1330	1103	656	53	397	595	508	2619	743	0	1821	1006	1287
SALTO	17	654	444	388	718	733	1690	418	298	853	872	0	155	0	169
SANTA BARBARA D OESTE	36	82	979	1658	64	54	308	284	254	503	4669	0	381	25	230
SANTOS	192	46	311	235	121	196	245	925	146	156	467	3	2421	670	3613
SAO CARLOS	120	277	1231	6464	80	672	180	519	2879	879	1288	7	784	475	1506
SAO JOSE DO RIO PRETO	54	337	2092	397	456	656	1762	493	962	844	1286	101	1648	203	3572
SAO VICENTE	43	269	142	56	14	22	35	57	11	184	107	25	582	100	1073
SERTAOZINHO	0	58	1107	1139	27	199	116	21	710	185	22	0	3721	21	535
SUMARE	4	160	1302	388	314	967	42	49	339	2078	1498	0	385	253	654
TATUI	26	1423	122	34	1021	93	108	358	49	76	1115	1	1118	88	705
TAUBATE	282	428	657	1097	464	8322	156	74	390	820	367	0	494	141	1657
VALINHOS	64	385	537	419	488	2505	376	1402	197	1790	202	0	1548	11	377
VARZEA PAULISTA	0	88	469	710	8	821	126	71	375	475	965	0	548	0	155
VOTORANTIM	0	854	66	145	1205	0	8	455	60	539	1178	0	57	314	84

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 19 - Emprego formal na indústria das CMNM De São Paulo – 2002.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
AMERICANA	3	119	724	2284	864	102	329	661	2499	833	15330	10	1006	433	1157
ARACATUBA	30	212	349	811	5	10	628	387	201	365	546	212	1896	457	634
ARARAQUARA	29	115	690	740	38	523	151	253	155	319	1782	5	3587	322	2768
ARARAS	5	244	1054	1012	407	123	367	474	239	871	308	0	2504	1	702
ATIBAIA	53	467	381	318	135	851	112	191	321	574	544	2	480	443	273
BARRETOS	0	65	94	57	4	52	28	104	265	164	97	1	3495	467	641
BAURU	97	282	497	732	1691	88	356	2030	321	1176	985	67	2904	938	2437
BIRIGUI	0	52	394	216	204	111	1192	728	420	728	731	12972	210	22	592
BOTUCATU	26	25	563	33	18	2565	1187	70	25	508	797	3	112	164	829
BRAGANCA PAULISTA	131	469	581	185	328	501	291	590	259	717	1521	6	687	501	419
CARAGUATATUBA	84	71	23	0	0	11	9	6	8	5	18	0	38	253	176
CATANDUVA	3	90	544	783	173	159	167	267	40	503	314	50	2433	108	1039
CUBATAO	0	58	5930	2	0	125	48	361	20	3199	7	0	462	284	5761
EMBU	203	68	794	328	1012	61	195	552	310	2494	361	0	976	107	2033
FRANCA	20	131	560	486	23	71	249	529	4541	1116	633	17371	650	461	1070
GUARATINGUETA	17	231	602	285	54	23	82	88	156	1012	518	0	783	0	318
GUARUJA	39	30	50	42	8	60	9	31	6	261	48	0	179	208	901
INDAIATUBA	61	856	2273	1252	1028	3239	448	336	182	2325	2344	0	208	538	1254
ITAPETININGA	20	254	47	19	158	2	265	505	157	560	1161	3	682	308	473
ITATIBA	46	194	245	498	1475	672	581	775	97	814	3108	9	359	513	854
ITU	25	1727	1876	1362	1609	718	277	626	504	829	183	0	2332	28	750
JACAREI	185	538	1161	1441	257	566	156	1078	554	1381	1077	0	1596	340	1030
JAU	32	69	342	388	29	20	91	1100	454	188	1731	4264	1406	200	505
JUNDIAI	160	3768	4460	1437	1187	895	1115	1938	694	5081	2629	6	5690	899	2294
LIMEIRA	136	490	2679	2675	500	3613	865	2577	1821	2391	657	0	1255	342	2020
MARILIA	15	148	2064	381	10	96	109	271	230	552	554	2	5263	468	1745

MOGI DAS CRUZES	679	447	1734	1491	1181	400	349	1056	347	2810	383	0	1024	471	3160
OURINHOS	39	573	65	600	0	30	576	84	62	266	174	5	1375	54	425
PINDAMONHANGABA	47	111	4839	269	62	280	97	699	16	383	90	0	177	154	357
PIRACICABA	95	982	3073	6993	155	1849	658	1770	506	946	1373	9	3488	607	3038
PRAIA GRANDE	0	57	82	47	5	3	14	53	0	26	45	0	254	585	2125
PRESIDENTE PRUDENTE	3	171	321	211	398	170	152	765	1525	202	294	22	3722	502	1791
RIO CLARO	164	2024	1604	1508	692	50	931	602	758	2737	861	0	2101	472	1589
SALTO	198	588	539	534	179	797	1623	494	812	742	832	0	325	50	116
SANTA BARBARA D OESTE	23	103	1452	1792	279	200	293	401	282	747	5927	0	454	223	225
SANTOS	129	39	285	416	63	123	173	794	156	210	623	0	2574	714	2850
SAO CARLOS	138	387	1291	8371	143	835	299	757	2580	783	1536	3	945	471	1651
SAO JOSE DO RIO PRETO	10	589	2306	553	467	825	1868	603	1336	841	1783	108	1681	142	4119
SAO VICENTE	48	186	78	9	230	2	33	46	5	178	117	31	482	224	1096
SERTAOZINHO	0	99	2100	2597	73	105	93	48	951	260	94	0	4471	14	630
SUMARE	3	170	1399	442	193	1347	134	43	396	2863	1784	2	445	323	470
TATUI	30	1331	580	218	1458	136	66	359	99	135	177	0	1677	245	600
TAUBATE	260	293	734	2811	385	8413	217	96	312	1140	469	0	424	146	1125
VALINHOS	96	362	571	430	172	2607	163	1178	298	1767	177	5	1661	124	493
VARZEA PAULISTA	1	194	636	934	28	783	159	71	206	492	966	0	797	31	96
VOTORANTIM	0	427	68	223	772	2	44	484	13	490	1362	0	75	374	107

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 20 - Emprego formal na indústria das CMNM De São Paulo – 2006.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
AMERICANA	21	166	1189	2447	653	149	340	904	3239	1168	15665	4	2881	526	1455
ARACATUBA	6	271	392	1027	32	26	907	284	358	491	556	181	1352	558	1057
ARARAQUARA	19	116	710	3034	137	468	115	259	307	369	2742	8	4989	477	2173
ARARAS	12	121	1427	1262	304	184	364	723	167	939	320	0	3491	1	1615
ATIBAIA	69	501	906	1288	161	671	102	172	410	1031	607	0	752	547	743
BARRETOS	0	65	114	120	6	17	31	128	303	456	105	0	4469	274	2146
BAURU	67	177	582	950	2483	124	378	2252	341	1452	1057	98	4147	899	6318
BIRIGUI	11	81	529	200	38	112	1595	1045	392	807	1192	13363	215	40	683
BOTUCATU	16	64	611	79	0	4097	1232	86	81	846	1911	4	427	171	2384
BRAGANCA PAULISTA	99	320	728	526	1412	476	286	709	395	1192	1327	9	1078	462	516
CARAGUATATUBA	102	47	34	0	0	2	8	16	10	0	39	0	99	357	470
CATANDUVA	5	116	603	1152	279	90	272	405	44	661	406	51	3321	72	805
CUBATAO	47	56	6211	254	0	36	1	359	150	4292	2	0	633	705	7435
EMBU	77	138	1269	447	1474	95	211	526	430	2416	394	0	909	266	969
FRANCA	10	197	587	584	19	24	157	789	5122	1624	713	20087	1060	452	1317
GUARATINGUETA	13	160	721	615	0	119	69	130	139	1091	664	0	617	0	848
GUARUJA	0	22	69	95	0	377	38	25	10	236	78	0	350	595	1463
INDAIATUBA	62	1038	2993	2046	1190	5384	393	351	133	2883	2327	0	502	400	1683
ITAPETININGA	21	224	49	26	191	4	674	826	125	788	1265	0	1229	307	652
ITATIBA	38	159	498	1160	2120	670	683	581	262	911	3345	9	565	168	987
ITU	18	1481	2065	2723	2239	709	341	804	660	536	540	0	2560	21	1135
JACAREI	179	546	2154	1849	335	500	299	870	550	1459	1238	0	2306	330	652
JAU	34	56	477	505	36	32	88	1208	569	354	358	7891	1585	226	442
JUNDIAI	87	3525	4694	1868	415	2466	1284	2221	647	6177	2772	4	4836	224	3812
LIMEIRA	143	1025	4233	2714	734	6898	578	2629	1765	2291	905	0	1414	481	2086
MARILIA	15	142	1785	440	33	88	106	344	156	500	549	7	6968	512	2405
MOGI DAS CRUZES	617	670	2723	1358	2043	1002	367	1485	498	1818	409	139	1698	486	4539

OURINHOS	33	505	144	658	0	27	782	91	108	400	210	8	1210	375	310
PINDAMONHANGABA	74	182	5922	289	85	379	48	738	75	605	61	0	299	189	356
PIRACICABA	91	1211	4384	11134	243	1385	1034	1877	764	995	1361	24	3481	644	8051
PRAIA GRANDE	0	49	55	55	0	13	29	74	5	13	94	0	419	520	1940
PRESIDENTE PRUDENTE	3	144	572	217	414	312	131	878	3828	335	336	26	5068	626	2160
RIO CLARO	214	2340	1893	2073	9457	216	1872	680	1005	2779	930	0	2662	278	1379
SALTO	12	609	873	734	637	481	1634	618	966	1516	904	0	906	186	253
SANTA BARBARA D OESTE	65	155	2332	2715	385	319	357	507	563	833	7866	0	660	277	307
SANTOS	455	151	195	497	62	572	174	1175	219	166	628	0	2754	809	3334
SAO CARLOS	151	510	2106	8088	1399	757	155	614	1827	763	1840	1	2904	496	1735
SAO JOSE DO RIO PRETO	14	754	2467	708	529	1248	2342	1048	1732	1236	2175	132	2175	351	4003
SAO VICENTE	34	187	170	872	3	0	25	49	25	167	145	22	576	1322	865
SERTAOZINHO	0	88	3040	5169	155	178	93	54	1159	355	228	5	8090	181	696
SUMARE	0	183	1901	599	82	2811	125	45	547	4622	1656	0	785	364	942
TATUI	33	1225	1031	63	1734	1512	48	389	100	158	672	0	2271	265	527
TAUBATE	231	675	1173	4182	651	7064	345	562	348	1022	532	0	787	125	1300
VALINHOS	55	261	601	523	416	3207	236	1518	333	3067	306	14	2463	225	680
VARZEA PAULISTA	0	221	1179	1078	44	1312	184	45	293	698	1075	0	1225	22	257
VOTORANTIM	0	447	121	378	841	2	79	53	16	900	1409	0	140	414	307

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 21 - Emprego formal na indústria das CMNM de São Paulo – 2010.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
AMERICANA	38	284	1238	2617	712	324	383	950	2973	1812	16509	5	4630	507	3239
ARACATUBA	22	320	544	1953	60	84	971	403	508	761	565	222	2001	552	1850
ARARAQUARA	9	225	977	3802	86	706	173	281	315	397	4656	3	4782	572	4212
ARARAS	43	163	1846	1699	448	539	377	977	210	1384	388	0	4422	22	1487
ATIBAIA	58	1130	1385	1563	331	1382	117	328	495	1309	529	50	1311	438	1102
BARRETOS	8	85	117	203	11	9	31	113	318	697	124	0	4390	249	3366
BAURU	75	327	761	1153	3042	230	542	2183	538	825	1399	7	3813	1623	13587
BIRIGUI	0	90	662	282	398	240	1294	1199	156	504	1500	13922	295	29	855
BOTUCATU	17	34	788	86	0	6059	1343	66	58	1276	276	2	451	341	1026
BRAGANCA PAULISTA	168	284	1548	654	1463	753	286	987	276	1567	1413	0	1021	495	1163
CARAGUATATUBA	192	30	68	2	0	4	36	23	16	1	42	0	248	245	3588
CATANDUVA	0	122	854	2575	432	183	321	372	150	632	365	100	6162	80	1220
CUBATAO	1375	69	8691	448	0	19	2	407	33	2714	24	0	374	489	9859
EMBU	203	65	1638	450	1549	103	233	619	611	3273	378	0	1013	231	1246
FRANCA	21	169	621	619	45	54	246	872	5403	1386	1176	21540	1074	448	2412
GUARATINGUETA	29	138	926	1212	0	244	31	153	181	1370	591	0	461	218	1475
GUARUJA	4	26	128	39	7	708	52	24	0	183	136	0	153	204	2485
INDAIATUBA	142	1478	3357	3149	2083	6978	462	700	210	3157	2304	0	609	590	4188
ITAPETININGA	28	279	56	23	253	16	1114	791	126	857	1830	0	1529	259	1157
ITATIBA	0	213	616	1486	3610	868	731	785	135	1336	3590	12	1651	159	2937
ITU	13	1552	2708	3268	2759	1123	570	884	1010	431	877	0	2746	388	1492
JACAREI	245	821	1649	2025	493	591	60	841	983	1268	1483	0	2681	751	1628
JAU	37	83	876	524	45	62	162	1380	597	488	359	9142	1672	226	545
JUNDIAI	99	3016	5644	8809	2605	4750	928	2164	822	8526	3127	4	7150	422	6906
LIMEIRA	173	1098	4620	4184	713	7969	782	2527	1934	4939	1539	0	1184	599	3316
MARILIA	13	235	2094	802	74	170	127	364	234	568	437	7	7619	432	4132
MOGI DAS CRUZES	747	1050	2791	2496	2378	2220	436	2139	549	1952	615	0	1721	605	7555

OURINHOS	37	602	143	974	10	10	1045	144	55	589	234	3	1305	385	845
PINDAMONHANGABA	89	272	6846	313	607	674	15	926	100	1302	75	19	372	226	1343
PIRACICABA	77	1576	4987	14921	399	2179	1709	1951	771	1721	1440	26	6884	718	5605
PRAIA GRANDE	0	237	75	46	7	17	33	92	2	84	121	0	483	240	2982
PRESIDENTE PRUDENTE	2	284	814	277	1032	317	183	553	2007	403	408	20	5319	820	3069
RIO CLARO	256	2951	1654	5211	1772	400	2837	428	1199	3876	1003	0	2665	453	1751
SALTO	31	700	1085	696	1297	906	1650	694	907	2317	377	0	2149	186	290
SANTA BARBARA D OESTE	88	183	2476	3650	637	333	584	770	654	1207	9217	0	965	319	561
SANTOS	593	248	662	536	17	496	173	900	242	460	705	0	2516	855	5618
SAO CARLOS	151	505	2412	7219	231	1113	174	634	2853	897	1630	22	2427	699	2590
SAO JOSE DO RIO PRETO	21	1050	3106	1123	1068	1949	2411	1138	1806	1677	2592	143	3288	472	7510
SAO VICENTE	36	188	212	259	0	8	37	54	34	258	70	13	463	1427	2771
SERTAOZINHO	1	187	3921	7017	168	140	97	69	1095	551	221	8	10546	370	1896
SUMARE	1	211	2905	576	347	5009	246	62	252	5388	1895	14	1129	87	2716
TATUI	68	1564	1524	148	2415	0	64	46	59	615	898	0	1742	186	898
TAUBATE	276	859	1631	5884	842	10463	348	881	576	1267	521	0	1232	135	3999
VALINHOS	56	542	831	1085	490	2817	238	2003	472	4873	238	25	1841	400	1127
VARZEA PAULISTA	0	432	1234	1740	57	1504	330	266	218	754	1049	0	1577	69	481
VOTORANTIM	0	445	220	675	718	12	188	70	10	941	1339	0	390	385	533

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 22 - Emprego formal na indústria das CMNM De São Paulo – 2013.

Município-São Paulo	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
AMERICANA	30	401	1190	2194	886	372	514	913	3444	1784	14127	2	2405	933	3507
ARACATUBA	53	302	398	2347	50	593	686	517	668	655	468	199	2188	951	2406
ARARAQUARA	70	270	965	4181	115	603	222	386	440	526	5027	1	5197	698	3611
ARARAS	25	301	2006	1826	270	497	395	996	225	1591	295	0	5671	39	1706
ATIBAIA	90	1183	1293	1484	598	2548	164	219	625	1204	439	0	930	294	1473
BARRETOS	0	72	150	298	0	7	30	124	268	696	118	0	4616	43	2612
BAURU	82	468	683	1415	3113	206	488	2100	634	2443	1050	0	3840	1097	7378
BIRIGUI	0	152	433	619	468	282	1165	1177	67	410	1373	13374	364	45	1030
BOTUCATU	37	143	859	160	56	7222	854	67	53	1618	309	0	385	347	1122
BRAGANCA PAULISTA	221	312	1431	811	1516	975	249	1173	433	1485	1488	0	1571	695	1220
CARAGUATATUBA	24	80	121	3	0	1	34	40	11	2	49	0	67	462	781
CATANDUVA	0	167	1000	2191	555	145	306	379	139	498	373	96	6090	296	1791
CUBATAO	0	70	6391	75	0	0	6	26	35	4514	26	0	275	259	8975
EMBU	210	32	1189	423	1653	119	418	522	584	4026	479	0	1520	340	2186
FRANCA	24	273	649	548	59	81	274	897	4767	1344	1302	23196	1276	1125	3088
GUARATINGUETA	46	492	944	960	0	259	75	154	256	1461	503	0	520	239	1947
GUARUJA	397	30	211	38	63	1176	59	15	6	211	128	0	219	237	1766
INDAIATUBA	108	1552	3661	5001	2069	6299	486	684	288	4176	1936	0	696	853	4628
ITAPETININGA	64	371	72	63	287	64	1401	476	96	959	1733	0	1389	288	1506
ITATIBA	45	169	556	1695	2914	1321	810	775	261	1346	2064	6	1176	175	3561
ITU	16	1511	2579	4188	2935	846	674	901	839	872	853	2	3252	766	1986
JACAREI	248	999	972	1730	821	902	74	849	999	1675	1634	0	4220	911	1605
JAU	39	115	1008	618	46	240	118	1286	501	745	359	6409	1680	227	644
JUNDIAI	106	3330	4774	8067	6261	4929	1000	2513	1013	9220	2707	3	7076	432	7307
LIMEIRA	261	1240	4668	4396	715	8341	1241	2239	1958	5715	1637	0	1322	598	4987
MARILIA	16	243	2440	876	54	178	183	383	245	395	454	6	8129	482	3451
MOGI DAS CRUZES	968	1253	2497	2637	2391	2047	539	2125	474	2167	623	0	2373	589	8289

OURINHOS	30	599	173	1221	11	44	1286	123	59	658	349	0	1451	399	926
PINDAMONHANGABA	143	303	8481	526	130	183	32	263	66	1583	44	6	433	243	2418
PIRACICABA	81	1698	5242	15006	1158	6453	1344	1665	874	1816	1583	13	8169	1420	7153
PRAIA GRANDE	0	299	267	71	17	23	42	71	29	113	138	0	522	294	3313
PRESIDENTE PRUDENTE	2	299	573	324	934	352	168	612	2511	466	511	11	6400	735	2495
RIO CLARO	362	2768	1498	5154	2736	322	2086	371	1415	4560	819	0	3103	448	2160
SALTO	106	605	1332	862	894	675	1706	725	535	1806	684	0	1700	263	597
SANTA BARBARA D OESTE	83	229	2387	3668	469	1183	320	723	720	1679	9105	0	1365	337	1110
SANTOS	838	211	708	823	44	319	168	955	253	674	659	0	2406	885	7733
SAO CARLOS	137	442	2333	7329	296	1130	173	742	3208	1009	1746	1	2196	809	3061
SAO JOSE DO RIO PRETO	4	1346	2921	1353	1510	1876	2668	1266	2208	2114	2618	161	3008	504	9966
SAO VICENTE	34	171	270	225	2	3	40	51	24	193	112	13	310	1014	2223
SERTAOZINHO	0	297	4789	7149	155	150	83	53	1078	618	166	0	7134	122	1901
SUMARE	7	186	3100	669	1006	4891	155	79	221	5293	1772	13	1525	151	2520
TATUI	100	2243	379	143	3624	1262	61	546	79	196	839	0	1599	207	897
TAUBATE	341	910	1312	6093	671	11472	433	1020	1062	1186	902	0	1604	516	4433
VALINHOS	65	551	862	1208	272	2383	219	1864	393	2500	382	40	2698	359	1282
VARZEA PAULISTA	0	352	1286	1591	54	1287	335	315	218	683	1156	0	1898	68	679
VOTORANTIM	0	419	303	814	848	1	193	57	22	989	1870	0	557	451	684

Quadro - Emprego formal na indústria das CMNM- 2013.

Quadro 23 - Emprego formal na indústria das CMNM da Bahia – 1994.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ALAGOINHAS	121	102	5	16	0	2	47	31	209	45	29	0	123	144	65
BARREIRAS	0	39	57	0	1	16	29	67	35	134	7	0	646	52	160
EUNAPOLIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ILHEUS	54	48	18	0	0	0	23	27	339	12	74	0	1428	0	143
ITABUNA	24	85	31	27	2	0	45	49	81	203	68	0	724	294	789
JEQUIE	66	4	15	0	0	1	35	40	263	38	540	12	566	21	176
JUAZEIRO	0	167	1	0	0	19	23	46	352	47	172	12	3248	598	236
PAULO AFONSO	0	19	0	3	0	0	4	6	2	0	0	0	46	2540	189
PORTO SEGURO	0	2	2	0	0	0	192	9	0	1	0	0	351	0	128
TEIXEIRA DE FREITAS	31	71	5	0	0	11	52	15	16	3	6	0	24	0	106
VITORIA DA CONQUISTA	87	140	103	69	0	47	61	40	72	216	67	9	224	1	583

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 24 - Emprego formal na indústria das CMNM da Bahia – 1998.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
Alagoinhas	19	217	6	2	0	2	42	65	264	20	24	12	618	214	180
Barreiras	6	76	99	0	0	2	49	56	77	165	25	0	418	81	520
Eunápolis	3	27	9	3	0	7	135	15	13	2	20	0	44	56	780
Ilhéus	2	87	43	718	19	0	84	54	363	6	109	0	814	37	401
Itabuna	43	81	32	8	0	0	63	62	101	209	172	149	666	339	912
Jequié	56	42	39	0	1	2	37	38	203	61	562	462	605	76	355
Juazeiro	15	161	13	0	1	58	4	57	388	22	41	2	2.554	435	972
Paulo Afonso	0	31	0	0	0	2	6	10	11	1	7	0	46	1.368	708
Porto Seguro	0	46	4	0	0	6	17	4	1	2	18	0	50	17	422
Teixeira de Freitas	53	98	10	0	0	19	181	36	28	5	19	0	233	29	261
Vitoria da Conquista	65	344	330	59	3	33	89	154	84	317	109	27	876	159	1.539

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 25 - Emprego formal na indústria das CMNM da Bahia – 2002.

SUBSETORES DO IBGE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
Alagoinhas	23	309	9	0	0	1	58	30	394	14	31	0	579	148	193
Barreiras	2	46	57	0	0	3	103	28	32	143	34	0	639	155	341
Eunápolis	5	90	40	26	0	8	184	15	10	22	35	0	78	28	106
Ilhéus	12	120	40	557	267	0	83	20	321	24	71	0	1.223	6	400
Itabuna	11	53	77	16	10	3	65	90	638	135	1.897	143	679	295	1.220
Jequié	75	142	38	10	2	0	28	29	25	295	703	1.006	822	64	302
Juazeiro	12	41	17	0	0	36	10	59	407	119	117	585	2.374	870	343
Paulo Afonso	0	98	4	0	0	0	15	8	31	13	8	0	194	1.073	1.222
Porto Seguro	0	26	2	0	5	8	21	15	11	7	16	0	80	20	234
Teixeira de Freitas	78	231	21	1	0	16	215	239	32	143	51	0	367	37	827
Vitoria da Conquista	96	355	320	43	11	68	261	115	116	585	211	22	789	135	1.223

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 26 - Emprego formal na indústria das CMNM da Bahia – 2006.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
Alagoinhas	10	550	15	5	4	0	30	41	447	16	62	307	802	0	414
Barreiras	28	81	102	10	0	10	70	69	49	100	55	0	810	134	1.027
Eunápolis	29	135	90	77	0	25	177	764	92	81	55	0	288	44	708
Ilhéus	62	53	92	1.238	346	4	76	55	284	56	57	0	1.164	1	436
Itabuna	37	110	103	31	38	12	79	128	570	49	2.439	141	637	402	969
Jequié	77	138	21	22	2	1	28	34	53	231	628	1.693	1.404	36	253
Juazeiro	27	39	27	5	0	63	16	69	499	91	120	6	453	363	524
Paulo Afonso	2	95	11	0	0	1	31	2	98	10	11	0	239	967	433
Porto Seguro	0	67	20	28	0	1	36	13	1	17	26	0	127	18	371
Teixeira de Freitas	51	258	43	18	6	34	380	85	22	35	80	0	439	27	1.160
Vitoria da Conquista	116	433	303	58	9	50	263	134	364	694	417	2.065	1.192	138	1.743

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 27 - Emprego formal na indústria das CMNM da Bahia – 2010.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ALAGOINHAS	17	685	106	0	0	2	65	34	303	17	93	557	1191	6	738
BARREIRAS	41	137	172	21	0	26	77	135	58	104	102	0	1405	110	662
EUNAPOLIS	4	178	54	232	0	13	176	740	80	65	78	0	202	37	689
ILHEUS	51	126	40	1382	412	7	43	48	329	100	98	0	1261	3	740
ITABUNA	60	176	136	68	43	11	77	139	658	62	2987	6	945	566	1910
JEQUIE	42	246	25	8	9	1	57	65	55	489	664	3827	1156	25	495
JUAZEIRO	26	75	52	85	0	30	28	108	477	54	159	0	2686	457	584
PAULO AFONSO	24	60	10	0	2	2	23	7	12	2	27	0	1216	936	600
PORTO SEGURO	1	104	19	29	20	0	114	48	21	26	41	0	530	18	765
TEIXEIRA DE FREITAS	33	254	91	40	9	69	312	102	72	91	99	237	426	33	2189
VITORIA DA CONQUISTA	174	619	517	106	27	119	438	233	190	1256	672	2037	1783	315	4051

Quadro 28 - Emprego formal na indústria das CMNM do Ceará – 1994 a 2013.

SUBSETORES DO IBGE	1994				1998				2002			
	Crato	Itapipoca	Juazeiro do Norte	Sobral	Crato	Itapipoca	Juazeiro do Norte	Sobral	Crato	Itapipoca	Juazeiro do Norte	Sobral
A	62	0	1	68	29	0	10	127	50	0	19	155
B	292	0	19	487	227	0	95	686	314	0	59	691
C	103	0	102	21	92	0	287	40	139	2	333	95
D	0	0	0	0	31	0	325	2	17	0	327	6
E	12	0	8	0	0	0	0	3	0	0	0	3
F	1	0	45	0	7	0	22	0	5	5	0	22
G	26	6	185	35	43	12	148	123	54	12	151	127
H	53	0	42	22	121	3	76	91	124	5	119	59
I	11	0	1.260	278	15	0	630	42	33	0	1.071	237
J	19	0	122	12	191	2	141	98	146	0	247	104
K	5	0	56	222	31	1	334	233	242	0	545	348
L	117	0	31	2.709	1.834	28	1.242	7.725	2.796	1.031	1.739	12.224
M	149	427	248	359	276	844	410	644	353	1.020	525	827
N	206	25	255	419	146	25	59	381	72	91	213	328
O	201	13	456	281	409	5	775	496	251	4	565	467
	2006				2010				2013			
	Crato	Itapipoca	Juazeiro do Norte	Sobral	Crato	Itapipoca	Juazeiro do	Sobral	Crato	Itapipoca	Juazeiro do Norte	Sobral
A	116	0	23	101	64	0	44	160	67	1	8	242
B	319	20	114	624	612	6	283	605	852	58	350	618
C	162	15	447	54	274	8	849	57	349	9	1007	98
D	7	0	946	2	11	0	390	4	12	0	254	9
E	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	20	1
F	1	2	9	18	0	0	12	0	0	0	15	52
G	34	59	107	167	67	35	172	116	60	41	150	113
H	170	6	120	268	230	6	167	431	266	9	212	596
I	29	2	1.467	251	14	0	1.411	45	49	0	1443	69
J	228	0	277	122	284	0	505	269	110	0	482	255
K	22	3	516	242	126	3	556	323	39	9	446	352
L	2.277	1.727	2.552	15.492	2.688	1.900	4.949	19.247	3288	1380	4946	20387
M	295	844	739	764	265	717	948	894	432	659	1020	935
N	46	76	320	351	78	42	384	328	83	207	193	364
O	97	232	1.033	296	548	155	1.732	1.515	487	52	1474	1360

Quadro 29 - Emprego formal na indústria das CMNM do Maranhão – 1994 e 1998.

	Açailândia		Caxias		Codó		Imperatriz		Timon	
	1994	1998	1994	1998	1994	1998	1994	1998	1994	1998
A	0	0	0	0	109	93	1	0	0	0
B	0	5	163	163	288	318	425	335	382	598
C	411	783	0	8	0	0	90	44	3	0
D	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0
E	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
F	0	0	0	17	2	3	413	48	0	0
G	1.231	707	39	34	4	23	2.150	1.052	4	4
H	9	8	24	12	0	5	62	123	21	73
I	14	12	0	2	0	1	105	207	0	27
J	0	7	177	90	284	220	27	41	6	23
K	0	0	53	18	3	13	78	128	0	0
L	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
M	14	97	219	78	114	77	533	542	45	120
N	167	19	142	133	65	62	210	102	95	97
O	73	113	40	184	9	13	526	608	13	23

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 30 - Emprego formal na indústria das CMNM do Maranhão – 2002 e 2006.

	Açailândia		Caxias		Codó		Imperatriz		Timon	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
A	3	0	0	0	0	100	103	29	0	0
B	3	16	125	128	420	346	244	647	613	611
C	1.312	1.788	0	2	0	1	63	114	116	49
D	62	30	0	0	0	39	26	14	0	11
E	0	0	0	0	0	0	1	9	0	0
F	11	36	10	17	6	0	69	23	0	0
G	662	442	31	16	21	16	509	287	14	1
H	43	37	6	5	9	10	215	243	44	38
I	12	26	0	6	0	0	305	155	26	26
J	301	18	88	161	481	536	93	161	28	25
K	20	32	19	15	11	13	158	243	96	315
L	0	0	0	0	0	0	8	26	7	0
M	127	177	266	469	25	8	681	858	77	438
N	49	86	166	173	58	91	233	394	520	393
O	504	668	238	63	6	5	737	588	47	29

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 31 - Emprego formal na indústria das CMNM do Maranhão – 2010 e 2013.

	Açailândia		Caxias		Codó		Imperatriz		Timon	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013
A	0	1	0	2	98	106	28	56	0	0
B	32	137	178	247	435	614	901	1135	715	859
C	1.152	1797	7	5	0	0	141	241	45	50
D	155	678	5	61	11	6	10	933	0	2
E	2	1	0	0	0	0	25	29	0	5
F	30	28	25	23	0	0	46	26	0	2
G	144	249	8	22	27	24	307	225	21	47
H	35	46	58	68	10	9	228	313	65	81
I	38	23	11	26	49	0	116	129	12	22
J	5	3	187	178	669	696	198	259	41	47
K	46	27	27	44	5	4	209	272	142	113
L	0	0	0	0	0	0	19	10	0	0
M	232	205	541	548	12	4	1.006	1629	613	641
N	42	58	192	24	11	2	302	371	374	64
O	890	1828	280	656	69	125	2.541	5398	251	490

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 32 - Emprego formal na indústria das CMNM da Paraíba– 1994 a 2013

	1994		1998		2002		2006		2010		2013	
	CAMPINA GRANDE	PATOS	CAMPINA GRANDE	PATOS	CAMPINA GRANDE	PATOS	CAMPINA GRANDE	PATOS	CAMPINA GRANDE	PATOS	CAMPINA GRANDE	PATOS
A	609	0	69	14	155	41	267	49	279	57	212	21
B	294	1	604	22	502	28	414	18	601	58	542	84
C	288	57	517	90	624	119	716	89	855	136	978	136
D	16	0	92	0	202	0	192	0	410	0	423	0
E	81	0	286	0	245	0	244	0	213	0	99	0
F	9	0	38	13	65	12	36	10	78	12	75	11
G	83	0	321	22	421	7	543	10	575	13	556	13
H	226	4	427	18	747	35	971	56	1072	35	830	45
I	437	68	320	82	473	159	429	308	610	327	539	241
J	612	0	878	2	926	11	1208	28	1537	74	1519	86
K	991	2	3131	49	2091	125	2786	163	2604	172	2552	163
L	2058	28	454	162	2803	214	6126	186	7984	134	9027	252
M	1120	81	1534	466	1460	511	1770	596	1873	578	1744	608
N	1238	339	796	101	682	111	925	233	1093	299	1132	292
O	540	1	1798	124	2026	306	2245	182	4156	543	7535	640

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 33 - Emprego formal na indústria das CMNM do Piauí – 1994 a 2013

	PARNAÍBA					
	1994	1998	2002	2006	2010	2013
A	14	9	8	7	9	15
B	107	204	233	299	357	349
C	23	27	21	56	80	101
D	0	15	12	0	4	7
E	0	0	2	0	1	0
F	27	9	6	2	2	3
G	28	52	74	66	56	65
H	15	25	35	63	77	90
I	260	164	203	287	165	179
J	391	344	279	191	92	86
K	13	59	92	108	128	125
L	1	0	1	9	15	13
M	259	308	296	475	406	493
N	103	129	322	124	266	277
O	262	461	314	1220	1594	1250

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 34 - Emprego formal na indústria das CMNM de Alagoas – 1994 a 2013

	ARAPIRACA					
	1994	1998	2002	2006	2010	2013
A	27	22	25	39	50	58
B	50	177	168	186	262	407
C	40	97	41	80	152	175
D	0	0	8	2	7	31
E	0	0	0	0	1	2
F	18	37	0	0	40	65
G	87	55	88	231	155	198
H	10	53	67	101	104	107
I	765	1400	774	223	231	215
J	111	158	284	540	686	1084
K	70	60	70	85	94	129
L	29	86	79	51	36	34
M	220	339	1198	1856	2819	2218
N	85	62	88	69	134	214
O	94	70	198	58	620	735

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

Quadro 35 - Emprego formal na indústria das CMNM do Rio Grande do Norte – 1994 a 2013

	MOSSORÓ					
	1994	1998	2002	2006	2010	2013
A	1291	2209	2978	3236	3799	4458
B	272	329	439	424	863	1173
C	46	173	369	675	1897	240
D	88	69	195	707	419	445
E	0	2	0	31	47	74
F	48	31	10	71	174	98
G	94	175	246	313	358	416
H	42	127	233	338	452	423
I	17	50	42	94	151	362
J	355	463	674	712	656	508
K	100	198	257	316	185	151
L	4	2	18	13	1	3
M	2721	2164	2451	2626	2751	3233
N	190	201	185	173	230	57
O	836	2362	1816	3852	5741	6490

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria